

REVISTA ORBIS LATINA

racionalidades. desenvolvimento & fronteiras

ISSN 2237-6976



VOLUME 7, NÚMERO 4

JULHO - DEZEMBRO

2017



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Conselho Editorial

Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)
Dirceu Basso (UNILA)
Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)
Gilcélia Aparecida Cordeiro (UNILA)
Gilson Batista de Oliveira, **Editor** (UNILA)
Janine Padilha Botton (UNILA)
Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)
Luiz Alberto Esteves (UFPR)
Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)
Regis Cunha Belém (UNILA)
Rodrigo Bloot (UNILA)

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina

web site: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis> e ou <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

Volume 7, Número 4, Julho – Dezembro de 2017.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

Periodicidade Semestral.

Multidisciplinar. Interdisciplinar. Planejamento Urbano Regional.

ISSN 2237-6976

I. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento, fronteiras, planejamento urbano e regional.

II. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras – GIRA.

III. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD/UNILA.

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 04, Espaço 03, Sala 10

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3529 2830/ *E-mail*: orbislatina@gmail.com e ou gilson.oliveira@unila.edu.br



APRESENTAÇÃO

A Revista Orbis Latina traz a público artigos aprovados para sua edição regular do segundo semestre de 2017. Cabe destacar que o ano de 2017 foi um ano atípico e enriquecedor para nossa revista, pois tivemos a publicação de quatro números, sendo dois números especiais e dois números regulares.

Os artigos presentes neste número foram submetidos diretamente através do nosso *website*, cuja avaliação contou com diversos colaboradores *ad hoc*, aos quais agradecemos pelo trabalho voluntário e comprometido.

O primeiro artigo, escrito por Mateus de Sá Barreto Barros, traz um estudo sobre participação do México nas relações interamericanas. No trabalho o autor busca evidenciar o posicionamento do México a partir da mudança de eixo da Europa para os Estados Unidos no pós-guerra até a adesão ao Tratado de Livre Comércio do Norte (NAFTA).

O artigo seguinte, cuja autoria é de Celso José Farias e Mirian Beatriz Schneider, busca caracterizar os produtores avícolas da região Oeste do Paraná. Nessa pesquisa, nas palavras dos autores, “(...) confirmou-se a predominância de pequenos produtores com número pequeno de aviários instalados em propriedades pequenas”.

No terceiro, Isabella Costa Trentini, faz uma análise comparativa de custo/benefício de operacionalização de negócio no Brasil e no Paraguai. Esse trabalho busco apontar qual o melhor caminho para tornar mais rentável um negócio que usa recursos dos dois países.

Carlos dos Santos, no quarto artigo, aborda os custos de um condomínio de apartamentos utilizando a metodologia de box e jenkins para séries temporais. Esses métodos estatísticos podem ajudar na “previsão do custeio com energia elétrica, água, folha de pagamento, entre outros (...). O estudo foi feito em um condomínio localizado na cidade de Foz do Iguaçu.

No quinto artigo, intitulado “As contribuições epistemológicas do embate dialógico entre a fé e a razão”, os autores Luis Otávio Sales da Silva Junior, Guilherme de Oliveira Alonso e José Edmilson de Souza-Lima analisam as contribuições epistêmicas do debate realizado entre o filósofo Jürgen Habermas e o papa emérito Bento XVI.

Aproveitem a revista e boa leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira (Editor)



SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS

<i>PARTICIPAÇÃO DO MÉXICO NAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS</i> Mateus de Sá Barreto Barros.....	04
<i>CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES AVÍCOLAS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ</i> Celso José Farias e Mirian Beatriz Schneider.....	30
<i>ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTO/BENEFÍCIO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE NEGÓCIO NO BRASIL E NO PARAGUAI</i> Isabella Costa Trentini.....	48
<i>PREVISÃO DE CUSTOS DE UM CONDOMÍNIO DE APARTAMENTOS UTILIZANDO A METODOLOGIA DE BOX E JENKINS PARA SÉRIES TEMPORAIS</i> Carlos dos Santos.....	74
<i>AS CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DO EMBATE DIALÓGICO ENTRE A FÉ E A RAZÃO</i> Luis Otávio Sales da Silva Junior, Guilherme de Oliveira Alonso e José Edmilson de Souza-Lima	91
<u>ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO</u>	106



PARTICIPAÇÃO DO MÉXICO NAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS

PARTICIPACIÓN DE MÉXICO EN RELACIONES INTERAMERICANAS

*Mateus de Sá Barreto Barros**

Resumo

Com o intuito de ilustrar a importância das relações entre os países latino-americanos é que buscou-se explicar as relações interamericanas atuais a partir da história. Aquelas, em especial no concernente aos países latino-americanos, são desprestigiadas, sobretudo, quando leva-se em consideração às políticas de Estado. No que se refere ao Brasil, muito embora haja tentativas de aproximação por parte de um governo em particular, o legislativo procura desvalorizar os logros alcançados pelos blocos comerciais latino-americanos, principalmente o Mercado Comum do Sul (Mercosul). O México, por seu turno, mesmo que busque estabelecer alianças com demais países do subcontinente, mantém um maior volume de acordos e negociações com os vizinhos do Norte e Europa. As atuais relações subcontinentais, os pré-conceitos institucionais, o menosprezo pelas nações vizinhas, não devem ser utilizadas como parâmetro ou como resumo da importância das relações estabelecidas entre os países latino-americanos ao longo da história. Ao contrário do que se imagina, tais relações são de longa data, remete-se ao século XIX. Naquele momento, os diálogos giravam em torno do reconhecimento das independências, da tentativa de estabelecer pactos de amizade e, por parte do México, acordos de defesa, uma vez que as nações latino-americanas possuíam receio de uma nova investida europeia no continente, ao mesmo tempo que sempre esteve em pauta a Integração Regional e tratados comerciais. A continuidade e o rompimento dos diálogos entre os países latino-americanos dependiam, assim como até hoje, de fatores externos: intervenções de países europeus ou Estados Unidos; crises econômicas mundiais; guerras. E internos: crises político-institucionais; conflitos sociais; crises econômicas internas – a exemplo da Venezuela. Além disso, procurou-se evidenciar o posicionamento do México a partir da mudança de eixo da Europa para os Estados Unidos no pós-guerra até a adesão ao Tratado de Livre Comércio do Norte.

Palavras-Chave: Relações Interamericanas; América Latina; México; Estados Unidos; Tratado de Livre Comércio do Norte

Resumen

Con el fin de ilustrar la importancia de las relaciones entre los países americanos es que se ha buscado explicar las relaciones interamericanas actuales a partir de la historia. Esas, en especial en lo que se refiere a los países latinoamericanos, son desprestigiadas, sobre todo, cuando se tiene en cuenta las políticas de Estado. En lo que se refiere a Brasil, aunque haya intentos de acercamiento por parte de un gobierno en particular, el legislativo busca desvalorizar los logros alcanzados por los bloques comerciales latinoamericanos, principalmente el Mercado Común del Sur (Mercosur). México, por su parte, mismo buscando establecer alianzas con otros países del subcontinente, mantiene un mayor volumen de acuerdos y negociaciones con los vecinos del Norte y Europa. Las actuales relaciones subcontinentales, los preconceptos institucionales, el menosprecio por las naciones vecinas, no deben ser utilizadas como parámetro o como resumen de la importancia de las relaciones establecidas entre los países latinoamericanos a lo largo de la historia. Al contrario de lo que se imagina, tales relaciones son de largo plazo, se remite al siglo XIX. En aquel momento, los diálogos giraban en torno al reconocimiento de las independencias, del intento de establecer pactos de amistad y, por parte de México, acuerdos de defensa, ya que las naciones latinoamericanas tenían temor de una nueva embestida europea en el continente, al mismo tiempo que mantuviera en su pauta la Integración Regional y tratados comerciales. La continuidad y el rompimiento de los diálogos entre los países latinoamericanos dependían, como hasta ahora, de factores externos: intervenciones de países europeos o Estados Unidos; las crisis económicas mundiales; guerras. E internos: crisis político-institucionales; conflictos sociales; crisis económicas internas – a ejemplo de Venezuela. Además, se intentó evidenciar el posicionamiento de México a partir del cambio de eje de Europa hacia los Estados Unidos en la posguerra hasta la adhesión al Tratado de Libre Comercio del Norte.

Palabras clave: Relaciones Interamericanas; América Latina; México; Estados Unidos; Tratado de Libre Comercio del Norte.

* Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo (DIVERSITAS/USP). Professor Doutor da Faculdade de Tecnologia de Cruzeiro (FATEC). E-mail: masbbarros@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

A história da convivência entre os Estados Unidos e a América Latina é impelida por um forte teor ideológico. Contudo, atendo-se à análise da política externa, de cada governo estadunidense em particular, é possível perceber: as pretensões imperialistas; a indiferença diante dos países da região; o descaso e a intervenção direta, sejam por meio de aparatos militares ou por seu *soft power*¹. De igual maneira, do lado latino-americano se fazem presentes: o *antiamericanismo*; as manobras realizadas pelos países ao sul no contexto hegemônico; a união e a solidariedade contra as pretensões estadunidenses².

Segundo Tulchin, o teor conflitivo atingiu o auge no período da Guerra Fria, mas estava presente desde 1898 na ocasião da Guerra Hispano-Americana, resultando na anexação de Porto Rico e no estabelecimento de um protetorado em Cuba. Contudo, acredita-se, veementemente, no fato de a guerra contra o México (1846-1848) já haver demarcado a política externa estadunidense.

Após a luta pela independência, em 1776, a Guerra contra o México/Intervenção dos Estados Unidos no México, a consequente anexação do território mexicano a Oeste foi a maior realizada por aquele país. Outrossim, a tendência imperialista daquele, marcaria, de igual feitio, as políticas dos países latino-americanos, seus posicionamentos e visões em relação à política internacional. Somado a isso, fazia-se presente um componente religioso muito forte, surgido na década de 1840, o Destino Manifesto. Os estadunidenses acreditavam, de fato, que era o povo incumbido por Deus para civilizar/humanizar a América, sem mencionar certamente, a Doutrina Monroe, nascida 20 anos antes. Percebe-se, nessa perspectiva, o fato de os rudimentos do ímpeto imperialista estadunidense, aproximarem-se, demasiadamente, do europeu.

Estes componentes serviram de pano de fundo para as relações interamericanas até o presente. Por conseguinte, elencou-se alguns momentos históricos, considerados definidores, o diálogo entre países no continente, sobretudo as relações envolvendo Brasil e México, haja vista os esforços para estabelecer diálogo entre os dois hemisférios, vínculos de amizade e formulação de acordos permearem as relações de poder existentes.

Tulchin acredita na possibilidade de a política externa latino-americana, na primeira geração pós-independência, demonstrar pouca ou nula evidência de protagonismo³. Não obstante, o fato de os países ao sul possuírem outras prioridades – conformação territorial (a Grã-Colômbia foi dividida em três países distintos: Venezuela, Equador e Colômbia); o desejo expansionista dos outros

¹ O conceito de *Soft Power* foi proposto por Joseph Nye; está relacionado com “a capacidade de um Estado em obter o que deseja através do poder de atração da sua cultura, das suas ideias, das suas políticas domésticas [sobretudo sua política macroeconômica] e de sua diplomacia”. NYE, Joseph. **Soft Power – The means to success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

² TULCHIN, Joseph S. **América Latina X Estados Unidos: Uma Relação Turbulenta**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

³ Tulchin, *op cit*.



países do continente (Argentina, Peru, Chile, Brasil); os problemas internos; entre outros – não significa dizer, em absoluto, que havia pouco protagonismo. Talvez, o que havia era menosprezo no reconhecimento de suas independências e na legitimidade dos respectivos governos.

De todo modo, o México, por ser vizinho próximo dos EUA, sentirá em maior medida, não apenas o ímpeto expansionista deste, mas também o peso de sua economia, assim como a influência direta nas políticas internas do país. Desse modo, procurou-se, nesse artigo, tratar da política externa mexicana, bem como da conformação do Tratado de Livre Comércio do Norte (TLCAN), com o intuito de compreender as relações existentes entre os EUA e o México, os projetos em comum, a exemplo da Integração Física Mesoamericana.

BREVE HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS

Em se pensando as relações internacionais na América Latina, percebe-se que a dinâmica estabelecida estava diretamente concatenada, no primeiro momento, aos interesses dos países europeus e, posteriormente, à forte influência dos Estados Unidos na região. As tentativas de aproximação dos países latino-americanos tinham como pano de fundo: a conturbada conjuntura externa; os problemas sociais, políticos e econômicos internos; e a tendência expansionista dos EUA.

Nesse ínterim, ao longo desse item, apresentar-se-á um breve percurso histórico da conformação das relações internacionais interamericanas, com o intuito de compreender o forjar dos princípios ideológicos e políticos que marcariam as aproximações e a permanência do diálogo entre as nações irmãs.

O ano de 1808, com a chegada de D. João VI à Bahia, marca uma fase importante nas relações internacionais latino-americanas, uma vez que este procedeu à “abertura dos portos” às nações amigas. Para D. João, a medida tinha como objetivo o desenvolvimento das artes e das indústrias. Contudo, para a Inglaterra, a iniciativa terá outra conotação: “ver o mercado regulado pelo liberalismo universal, implantado no Brasil como a primeira experiência histórica”⁴. Seria o início dos tratados desiguais estabelecidos entre a Europa e os países latino-americanos, com o intuito de subjugar-los, estabelecendo o “imperialismo do livre comércio”⁵ como mecanismo de expansão econômica do continente europeu.

Com isso, firmavam-se as bases da dependência e atraso, visto que obstruíram o desenvolvimento da navegação e da indústria nacionais. O Tratado de Comércio e Navegação de 1810 fixava franquias nos portos dos dois países, Brasil e Inglaterra, com ilusória reciprocidade. O Brasil abriu as portas à Inglaterra que, por

⁴ CERVO, Amado Luiz. **Hegemonia coletiva e equilíbrio**: a construção do mundo liberal (1815-1871). In. SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008; CHANG, Ha-Joon. **O Mito do Livre Comércio e os Maus Samaritanos**: a história secreta do capitalismo. São Paulo: Campus-Elsevier, 2008.

⁵ CERVO, Amado Luiz. **Hegemonia coletiva e equilíbrio**, *op cit.*



seu turno, pôde fixar indústrias em território nacional, exercer atividades e culto, enquanto era proibido o consumo dos produtos brasileiros, especialmente o café e açúcar, por serem concorrentes dos produtos das colônias inglesas no Caribe. Tratados como esses iriam ser estabelecidos em toda a América Latina, vinculando-a aos países industrializados por intermédio do suposto liberalismo comercial⁶.

Tais tratados eram celebrados pelas elites dos países latino-americanos por fazerem valer seus interesses, ampliar as exportações, reforçar os vínculos com as formas de trabalhos usuais (semi-servidão ou escravidão), além de terem acesso aos produtos importados. Apesar da desigualdade estabelecida contratualmente, era muito conveniente para as elites expandirem a produção de acordo com os ditames do mercado internacional. Sem levar em consideração que o aumento da produtividade tinha consequências diretas no abastecimento de alimentos internamente⁷.

Os Estados Unidos, contrariamente aos países latino-americanos, tinham uma importância estratégica para a Europa: o acesso comercial aos países asiáticos, e por isso, não viam a necessidade de interferirem em sua política econômica interna. Os EUA puderam, desse modo, conformar territorial e economicamente com o respaldo ou tutela das potências daquele continente.

Apesar de a Inglaterra apoiar a independência dos países latino-americanos, haja vista ser beneficiária direta, as relações entre os países da região, na primeira metade do século XIX, tinham como principal mote o reconhecimento desta, mas, ao contrário do exposto por Tulchin⁸, não foi a única pauta existente. Os acordos de amizade, tratados comerciais e a união do continente latino-americano estiveram presentes durante todo o período. Os diplomatas mexicanos Don Lucas Almán e Don José Mariano Michelena eram verdadeiros adeptos da integração americana. Almán chegou a propor a formação da Confederação dos Estados Americanos.

Para o México, o Brasil era parte importante da política externa. Afinal, estabelecer o diálogo com um país do hemisfério sul poderia estreitar as relações com os demais e fortalecer a ideia de união das nações latino-americanas⁹. O Brasil possuía um fator estratégico, tendo em conta o fato de os países recém independentes viverem sob a tensão de um ataque eminente das antigas metrópoles. Assim sendo, o mais prudente era o reconhecimento mútuo da independência dos estados americanos e a partir disso firmar um pacto militar com o objetivo de unir forças e defenderem-se de qualquer ameaça vindoura. Os acordos de defesa de território estariam acompanhados de vínculos de amizade e tratados de comércio. O Brasil sempre se demonstrou simpático no tocante ao

⁶ *Op cit.*

⁷ Ver SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Tradução Jussara Simões. Bauru – SP: EDUSC, 2001.

⁸ TULCHIN, Joseph. **América Latina X Estados Unidos: uma relação turbulenta**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

⁹ “Brasil foi parte de sua política exterior dirigida às nações hispano-americanas e obedeceu sempre aos desejos da união americana postulados por don Lucas Almán”. SÁNCHEZ, J. Rafael Campos. **Primeros contatos diplomáticos entre México y Brasil**. D.F.: Editorial Praxis, 2000. p. 21.



reconhecimento mútuo e aos tratados de amizade, mas em tempo algum respondeu afirmativamente à proposta da formação de uma liga ofensiva¹⁰.

A preocupação relativa a uma possível intervenção europeia era presente em ambos hemisférios e acabou por surtir em dois princípios no continente americano. De um lado a proposta estadunidense, a Doutrina Monroe (1823), que pedia aos europeus que não interferissem em assuntos relativos ao continente americano. Do outro, estava a versão latino-americana, a asserção bolivariana e a formação de um “sistema internacional americano”, inspirados pelo ideal de paz, pelo direito internacional, aliança política operante na inibição da atuação de uma potência no continente, pelo acordo geral dos Estados Americanos, concluído em 1826, durante o Congresso do Panamá¹¹. Símon Bolívar não incluiu o México e o Brasil na lista de convidados para participar da conferência comunitária por não os reconhecer como estados independentes e o último ainda teria a designação agravante de Império¹².

Apesar da exclusão, o México manteve na política externa a proposta de união continental, indicando, em 1842, como Enviado Extraordinário e Diplomata, o Sr. D. José María Bocanegra, aos Estados da América do Sul. Após o término de sua missão, o diplomata, a pedido da presidência da República, elabora um documento para o Arquivo Histórico Diplomático. No relato, deixa claro o objetivo de sua viagem: o de realizar uma consulta aos países do Sul a respeito de uma assembleia. De acordo com ele, cinco países já haviam concordado em realizá-la¹³ e o Brasil, por seu turno, confirmou presença sem titubear.

O Brasil sabia da importância regional que tinha, assim como da relevância de aproximar-se das nações do centro e norte da América. Na mesma sintonia, o México, tinha claro que não poderia haver segurança, muito menos progresso, no isolamento. Além disso, unir essas nações política e economicamente seria basear-se em vínculos já existentes, uma vez que essas foram vítimas de uma usurpação em cadeia. A união seria, assim, um caminho natural a ser percorrido pelas nações,

¹⁰ Sánchez, *op cit*

¹¹ Cerro, *op cit*.

¹² Tulchin, *op cit*.

¹³ En Buenos Aires, Uruguay y Paraguay, por la enorme distancia en que se hallan respecto de nosotros, se nos mira casi como moradores de otro planeta, y poco o nada podemos influir en sus respectivos, para hacerlos entrar en el pacto de familia que se pretende formar. Pero si es casi inútil negociar directamente con aquellas Repúblicas para esto, no lo es, haciéndolo indirectamente por medio de las administraciones de Chile, Bolivia y el Perú, con quienes los ligan relaciones de vecindad y de comercio, además de las de identidad de origen, idioma, religión y costumbres, que nos son comunes a los pueblos hispano-americanos. Por eso Chile ha conseguido comprometer la confederación argentina, para que concurra a la formación de la Asamblea, y por eso creo también, que en unión de Bolivia y el Perú, obtendría el mismo compromiso respecto del Uruguay y Paraguay. No obstante lo dicho, debe el Gobierno mexicano dirigirles de cuando en cuando sus circulares, insistiendo siempre en la idea indicada, sin necesidad de enviarles agentes diplomáticos que no podrían adelantar más de lo que consiguiesen de ellas los gobiernos de las mencionadas Repúblicas. ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO MEXICANO. **Las relaciones diplomáticas de México con sud-america**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1925, p. 10.



haja vista terem rompido, de igual modo, com a submissão possuidora de sangue, idioma, crenças e costumes¹⁴.

O México tinha razão ao pensar que não havia segurança no isolamento. Pouco tempo depois, em 1846, foi invadido pelos Estados Unidos e em 1848 chega a perder para este país a metade de seu território (**Mapa**). Os Estados Unidos possuíam uma pequena extensão, além de uma política colonial diferenciada: expulsaram ou aniquilaram os indígenas ao invés de submetê-los; mas também, a Grã-Bretanha envolveu, equivocadamente, os colonos em suas guerras, ao invés de enviar as tropas oficiais do Império, com o intuito de controlar as colônias no hemisfério ocidental. Em vista disto, aqueles perceberam que a colônia estava jogando de acordo com seus próprios interesses e este foi o motivo principal da unificação que deu forma aos EUA¹⁵.

Mapa – Expansão dos Estados Unidos da América



Fonte: Site elordenmundial.com

¹⁴ Arquivo Histórico.

¹⁵ Tulchin, *op cit*; Zea. **História da Filosofia Americana**, *op.cit*.



Logo após a guerra, o México procurou conformar-se internamente, recuperar-se, promovendo reformas que, verdadeiramente, viessem a beneficiar a população como um todo. Ao longo desse período, iniciou-se uma série de disputas no campo político, promovendo conflitos armados entre grupos ideologicamente distintos. Os liberais sabiam que para reduzir a base econômica e diminuir a força política dos conservadores era necessário separar o Estado da Igreja. Para isso, Benito Juárez expediu um conjunto de leis (Leis da Reforma) que garantiam ao Estado expropriar os bens religiosos e civis que considerassem necessário para a nação.

Os exércitos liberais acabaram por lograr o êxito na Guerra da Reforma, o presidente Benito Juárez entrou triunfante no dia 11 de janeiro de 1861, levando a cabo o que iniciou: expulsou o representante papal no México, o monsenhor Luiz Clemente e os embaixadores de Espanha, Joaquín Francisco Pacheco, e de Guatemala, Felipe Neri del Barrio por ter prestado apoio ao partido conservador.

Talvez, a medida mais importante tomada por Juárez foi promulgar o estado de pobreza generalizada, suspendendo, em junho de 1861, o pagamento da dívida externa e interna, pretendendo, com isso, sanar, ao menos parcialmente, os problemas internos. De todo modo, não foi o fato de obter a vitória que garantiu ao partido liberal o conforto. Os conservadores não possuíam muitas alternativas, procurando na Europa, aliados para reverter a situação política mexicana. Os reacionários encontraram em Napoleão III a possibilidade de derrubar Juárez e estabelecer uma monarquia no México. Para o Imperador, era uma grande oportunidade, haja vista que uma segunda monarquia, considerando a existente no Brasil, poderia suprimir a influência estadunidense, abrindo caminho para uma monarquização no continente¹⁶.

Fernando Maximiliano de Habsburgo seria o representante da monarquia no México. Para a infelicidade dos reacionários, aquele possuía ideias liberais, por isso, não se viram representados pelo monarca, em sua totalidade. Além disso, o império napoleônico não foi reconhecido pelos países latino-americanos, inclusive, pelo Império brasileiro, mantendo fidelidade a Benito Juárez que, por seu turno, não apreciava a presença europeia e conseguiria reaver o poder após fuzilar Maximiliano em 1867.

Ao longo da primeira década do século XX, os Estados Unidos já haviam substituído os europeus no comércio, nos investimentos e na política latino-americana. A tendência imperialista/expansionista dos Estados Unidos foi baseada em dois princípios subjetivos, um cultural e outro político: a crença de ser uma nação sagrada, eleita por Deus para civilizar/humanizar a América, proveniente da colonização puritana; e a convicção de que uma república eminentemente livre havia nascido na América¹⁷. Percebe-se, todavia, que o traço religioso é parte constitutiva

¹⁶ SÁNCHEZ, J. Rafael Campos. **Primeros contatos diplomáticos entre México y Brasil**. D.F.: Editorial Praxis, 2000, p. 51.

¹⁷ ANDERSON, Perry. **A política externa norteamericana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 14.



dos projetos imperialistas, ao menos no que diz respeito a este continente. Os conceitos adotados pelo emergente sistema internacional (poder e civilização) eram eurocêntricos: “o poder, como característica do Estado-nação, era calculado em termos econômicos e militares, embora envolvesse uma dimensão não específica chamada de ‘cultura’”¹⁸. A cultura seria o instrumento encontrado pelos Estados Unidos para definir e/ou identificar os distintos níveis na escala evolutiva humana.

A desumanização foi um artifício presente nas intervenções estadunidenses e o Panamá é um exemplo disso. Os Estados Unidos empenharam esforços diplomáticos para que os seus interesses fossem levados em consideração e o canal aberto. Entretanto, a demora da Colômbia em formalizar, votar as propostas nas instâncias governamentais e iniciar as operações levou Theodore Roosevelt (1901-1909) à impaciência, atacando o fator que a seu ver seria o de inferioridade quanto aos colombianos, o racial, referindo-se a eles como “macacos”. Destarte, forjou os meios para garantir que os interesses da civilização não fossem, de modo algum, prejudicados, articulou um movimento de oposição no país e fez o grupo decretar independência¹⁹. O canal não ligaria apenas dois oceanos, mas também, raças. Assim, “solidariedade anglo-saxã – foi adicionada a religião, democracia e comércio na retórica vocação da nação”²⁰.

O Theodore Roosevelt acrescentaria à Doutrina Monroe o Corolário Roosevelt, implementando os mesmos meios de dominação elaborados pela Europa, com o intuito combater a concorrência. Tal princípio era aplicado à América Central e ao Caribe, mas causou revolta em todos os países da América Latina, despertando o sentimento de antiamericanismo, repudiando a substituição do imperialismo europeu para o estadunidense²¹.

Em vista disso, o México recorrerá às nações do hemisfério sul com o objetivo de fazer frente ao crescente interesse estadunidense em seu território e na região. As mudanças ocorridas na política externa mexicana no século XX tinham raízes no século anterior: a preocupação com a supremacia dos EUA estabelecida entre 1897-1905. Os Estados Unidos possuíam interesses em controlar pontos geoestratégicos do México, sobretudo, o Istmo de *Tehuantepec*, procurando obter a concessão de passagem comercial e de tropas, o que provocava certo temor ao estado mexicano, uma vez que poderia perder outra parte de seu território²².

Ao longo da primeira década do século XX, o México estava passando por uma grande crise política. Porfírio Días já estava há vinte anos no poder, o que provocava o descontentamento da população, refletido nas manifestações anti-porfiristas que tinham como líderes os irmãos Flores Margón e Francisco I. Madero.

¹⁸ Tulchin, *op cit.* p. 28.

¹⁹ *Op cit.*

²⁰ Anderson, *op cit.*, p.15.

²¹ CERVO, Amado Luiz. **A instabilidade internacional (1919-1939)**. In.: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

²² REYES, Elda Pérez. **La política exterior de México hacia sudamérica, 1900-1910**. Tese de Doutorado – Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Michoacana de San Nicolás, 2011.



Em contrapartida, Madero, adquiria cada vez mais popularidade. Somado a isso, a recessão mundial e a crise da prata causaram verdadeiro estrago na economia do país, além de estremecer as relações com os Estados Unidos, fazendo com que a política internacional mexicana se voltasse para o sul, retomando o diálogo estabelecido no século anterior.

Apesar dos problemas internos, a política internacional porfirista rendeu bons frutos. O fato de este procurar estabelecer vínculos com o sul fez com que tomasse partido em assuntos, por vezes delicados, como o caso da separação do Panamá da Colômbia, que estava sob a tutela dos Estados Unidos, em 1903; o bloqueio dos portos venezuelanos por potências europeias em 1902; e a promoção de três conferências pan-americanas. Ademais, Porfírio iniciou a regulação de investimentos estrangeiros, medida de essencial importância para a consolidação e a manutenção da economia nacional. Concomitantemente, procurou criar vínculos com outros países americanos, com o intuito de encontrar mercados para os produtos mexicanos, aventando a possibilidade de forjar duas linhas comerciais: uma via pelo Pacífico e outra pelo Atlântico, para alcançar os extremos da América do Sul²³.

No entanto, quando se trata de estabelecer vínculos diplomáticos com o Brasil, México assim o fará, baseando-se no ideal norte-americano “de promover pactos y alianzas en América Latina en busca de salvaguardar sus intereses en la región de posibles ambiciones europeas y asiáticas”²⁴. O México seria um ator de fundamental importância para os Estados Unidos, visto que funcionava como porta-voz da política internacional estadunidense na América do Sul. No entanto, o México utilizou esse instrumento como forma de pleitear seus objetivos e interesses, configurando, junto ao Brasil, uma agenda comum, ainda que carregadas de estratégias geopolíticas regionais.

O Brasil também possuía interesses próprios em se aproximar do México por facilitar sua relação com os Estados Unidos, o país tinha pretensões de converter-se na força dominante na América do Sul. Por esse motivo, a política exterior brasileira e mexicana foi assentada na cordialidade. Para o México, era importante causar uma boa impressão porque tal conduta poderia lhe garantir um lugar estratégico na política regional. Assim, a forma com que o Estado mexicano conduziu suas relações se afirmou de maneira positiva, uma vez que lhe rendeu três Conferências Pan-americanas em pouco tempo. Essas conferências tiveram por objetivo articular o rumo nas relações interamericanas²⁵.

No caso do Brasil, ter os Estados Unidos e México ao seu lado respaldaria sua política internacional e o figuraria como país mais importante do sul. Assim sendo, o Brasil aproveitou a conferência científica, por um lado, para se explicar às demais nações dos fatos ocorridos no continente sul-americano e os rumores sobre o país e seu caráter expansionista e, por outro, estreitar vínculos. Na Conferência, Rio Branco se encarregou de informar que o país não possuía qualquer intenção

²³ Ver Reyes.

²⁴ “De promover pactos e alianças na América Latina em busca de salvaguardar seus interesses na região de possíveis ambições europeias e asiáticas”. Reyes, p. 200.

²⁵ Ver Reyes.



expansionista, mas procurou projetar a nação como uma das figuras dominantes no continente²⁶.

Na década de 1920, as opiniões entre os países americanos caminhavam para o consenso e uma política, havendo chances de estabelecer relações e políticas de boa vizinhança a partir de 1933 com a eleição de Franklin Delano Roosevelt. O pan-americanismo parecia ser um projeto mais palpável, porque os princípios latino-americanos de não-intervenção e de autodeterminação seriam partilhados comumente. Em 1925, os Estados Unidos já se viam inclinados a substituir a “diplomacia do dólar e do ‘porrete’ para fazer face aos problemas da América Central e mesmo das nacionalizações do México²⁷.

A Crise de 1929 acarretou em problemas no fornecimento internacional de produtos, ocasionando a quebra do modelo de integração mundial e o consequente “imperialismo do livre comércio”, devido à impossibilidade de manter os contratos desiguais estabelecidos entre os países europeus e a América Latina. Provocou em toda a América uma série de medidas aut centradas, conhecida como o desenvolvimento de estado. Tais medidas asseguraram aos países latino-americanos o maior crescimento econômico do mundo, entre 1913 e 1950²⁸.

As mudanças foram acompanhadas com a alteração do eixo outrora centrada nos países europeus para os Estados Unidos. Houve um grande desempenho dos países latino-americanos, no entanto, não resultou em uma transformação na estrutura econômica. Para Cervo, o continente latino-americano “não criava grandes empresas, não gerava tecnologia, importava máquinas e equipamentos, não exportava manufaturados, contraía dívidas irresponsáveis, exportava poupança”²⁹.

O autor está parcialmente correto, visto que foi nesse período que surgiram empresas estatais importantes. No México, o período nacionalista foi essencial para a estatização de indústrias e de recursos naturais estratégicos como o petróleo. A Petróleos Mexicanos (PEMEX) foi fundada em 1938, o monopólio da exploração por meio do Estado promoveu um impulso econômico.

No período posterior a 1950, o Estado brasileiro seguiu o modelo nacionalista, criando a PETROBRAS e em 1973 a EMBRAPA, conformando o denominado Complexo Agroindustrial (CAI). O complexo possuía forte dependência do Estado responsável pela implementação de políticas favoráveis ao setor que incluía desde créditos com reduzidas taxas de juros até o desenvolvimento de novas tecnologias e inovações biológicas. Houve uma forte concentração dos investimentos no setor agrário, refletindo, de algum modo, as estruturas políticas do país. A ausência de

²⁶ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **Obras do Barão de Rio Branco: Discursos**. Brasília, 2012.

²⁷ Cervo acredita que o livre comércio existiu apenas como força discursiva, uma vez que na prática, os países europeus, especialmente a Inglaterra, estabeleceram acordos desiguais, impedindo a exportação de produtos que competiam com as suas colônias no Caribe, enquanto os produtos e indústrias ingleses encontravam em solos americanos o espaço para reproduzir seu capital. CERVO, Amado Luiz. **A instabilidade internacional (1919-1939)**, *op cit*, p. 153.

²⁸ *Op cit*; BARKIN, David. **Un Desarrollo distorcionado: la integración de México a la economía mundial**. Siglo veinteuno: México, 1991.

²⁹ Cervo. **A instabilidade internacional (1919-1939)**, p.153.



diversificação da indústria se deu, em parte, pelos interesses políticos das elites nacionais.

A partir da década de 1980, os Estados latino-americanos foram paulatinamente mudando, em velocidades distintas, do Estado desenvolvimentista para o paradigma neoliberal. Em 1989, o Diretor-adjunto da equipe de planejamento de políticas do Departamento de Estado dos EUA, Francis Fukuyama, exortou que havia chegado o "Fim da História". Ele vislumbrou, no colapso da União Soviética, não apenas o fim da guerra fria entre o Bem e o Mal, mas a vitória do capitalismo contra o comunismo, uma vitória triunfal dos EUA, bem como do modo de compreender e organizar o mundo.

Essa perspectiva estava atrelada a uma outra forma de conceber o período, denominada pelo pesquisador sênior do "Institute for International Economics" em Washington, John Williamson, como "Consenso de Washington". Embora muito mais humilde que Fukuyama, Williamson entendia que era necessário estabelecer um conjunto básico de requisitos, uma agenda mínima de responsabilidades associadas ao livre funcionamento das forças de mercado. Para o chamado "Consenso de Washington", é a construção da agenda comum que pode superar as crises geradas por colapsos sociais e econômicos que, tradicionalmente, em especial na América Latina, levaram ao uso do aparato militar para orientar o modelo econômico para o pagamento da dívida externa ou como forma de constrangimento financeiro ao Estado devedor.

Havia naquele consenso um cenário de liberalismo sustentável e amparado pelas melhores práticas alinhadas ao que na economia política se conhece como o modelo ortodoxo. Ideias como equilíbrio orçamentário de longo prazo, prioridade na contenção da inflação, liberalização da taxa de câmbio e limites ao endividamento público tornaram-se as regras de ouro da boa governança dos países alinhados ao "Consenso de Washington". Este não deixava de ser o retorno do imperialismo do livre comércio, baseado no não reconhecimento das assimetrias entre estados ricos e pobres, fincado, fundamentalmente, no *soft power*, mas justificado e defendido pelo aparato militar estadunidense na região.

Rivero³⁰ faz um resgate histórico da formação dos Estados-nação. De acordo com o autor, alguns países não possuíam qualquer capacidade de obter o *status* de Estado-nação e adentram o século XXI como sendo Entes Caóticos Ingovernáveis (ECIs). Segundo o ex-diplomata peruano, o fato de os países colonizadores apressarem-se em reconhecer a independência e a incentivarem a consequente formação do Estado-nação dos países colonizados ocorreu com o intuito explícito de se eximirem completamente de qualquer responsabilidade perante estes. No

³⁰ RIVERO, Oswaldo de. **O Mito do Desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Gilbert Rist realiza um estudo aprofundado sobre as origens do desenvolvimento, desde os filósofos gregos. O autor revela que a concepção a ideia de desenvolvimento tem uma mudança crucial com Santo Agostinho, deixando para trás a tradição circular que havia. O desenvolvimento, assim como a vida possuía um ciclo, o nascimento, o desenvolvimento e a morte. A partir da intervenção cristã ele será concebido de modo linear e infinito. RIST, Gilbert. **El Desarrollo: historia de una creencia occidental**. Los libros de la Catarata: Espanha, 2002.



entanto, os problemas sociais, étnicos, econômicos e políticos enfrentados pelos novos países fez com que – alguns desses localizados na América Latina e Caribe – não se configurassem como Estados-nação, mas como “Quase-Estados-nação”.

Os países colonizadores, por seu turno, deixaram a cargo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial toda a responsabilidade em criar projetos e financiar medidas para ajudar a formação e a consolidação destes “Estados”. Nessa perspectiva, a “dedicação quase exclusiva aos países do mundo subdesenvolvido, aliada à submissão de seus governos, transformou o FMI e o Banco Mundial em um poderoso e iluminado *clero supranacional*³¹ – de acordo com Rivero – “dedicado a pregar com fervor e convicção um *credo econômico único* para salvar os países subdesenvolvidos do inferno da pobreza e fazer deles economias capitalistas emergentes”³². A busca incessante pelo desenvolvimento lembra, conforme o autor, a caçada ao *Eldorado*, uma espécie de atualização do mito.

Lima, por sua vez, chama atenção para a importância do período da construção da Indústria latina-americana, em 1945, fazendo-se presente como um grande debate no campo das ideias, permitindo o diálogo entre os extremos, assentindo haver um projeto autônomo. Não obstante, o Consenso de Washington, a crise fiscal, o neo-estruturalismo, seus limites e contradições foram fatores restritivos para os países latino-americanos, configurando o que denominou de pensamento único. O autor faz uma ressalva sobre a importância de um novo paradigma que dê conta dos aspectos, tanto sociais quanto econômicos, além de levar em consideração questões presentes no contexto latino-americano, como a existência de outras etnias em um mesmo território, que comumente, não são inclusas nas discussões sobre o Estado-Nação³³.

No entanto, é sabido que os representantes desse clero supranacional são os representantes diretos de grandes empresas transnacionais, como afirma Stiglitz:

The institutions are dominated not just by the wealthiest industrial countries but by commercial and financial interests in those countries and the policies of the institutions naturally reflect this. The choice [of] heads for these institutions symbolizes the institutions' problem and too often has contributed to their dysfunction. While almost all of the activities of the IMF and the World Bank today are in the developing world (certainly, all of their lending), they are led by representatives from industrialized nations. (By custom or tacit agreement the head of the IMF is always a European, that of World Bank an American). They are chosen behind closed doors, and it has never ever been viewed as a prerequisite that the head should have any experience in the developing world. The institutions are not representative of the nations³⁴.

³¹ Grifo nosso.

³² Rivero, p. 65.

³³ LIMA, Marcos Costa. **Development and Globalization in Periphery: the missed chain.** Perspectivas, São Paulo, v. 32, p. 15-46, ju/dez. 2007.

³⁴ “As instituições são dominadas não apenas pelos países industrializados mais ricos, mas pelos interesses comerciais e financeiros desses países e as políticas das instituições refletem isso. A



As instituições e seus líderes promoveram medidas e elaboraram receitas com alto teor conservador, sem levar em consideração os processos históricos particulares. Esse cenário internacional é reconhecido por Rivero como “selva global”. Para o autor, as medidas anunciadas pelo alto clero e as teorias econômicas, elaboradas pelos economistas liberais mais fervorosos, configuram, o que denominou de *Darwinismo Internacional*³⁵. Isto porque “o raciocínio econômico neoclássico que inspirou os políticos ultraliberais de finais do século XX utiliza-se dos mesmos axiomas básicos de *dualismo*, *conflito* e *evolução* expostos por Charles Darwin”³⁶.

Wallerstein faz uma crítica interessante a essa “fé secular”, denominada de progresso, pois os marxistas acreditavam “no progresso com, pelo menos, a mesma paixão”. Segundo o referido autor: “era difícil aclamar o proletariado sem antes prestar homenagem à burguesia”³⁷. Para este, a ideia segundo a qual o capitalismo apresenta um progresso em relação aos sistemas anteriores, necessitando apenas de alguns ajustes é infundada. Toda análise é realizada a partir de uma perspectiva unilateral, a qual os padrões, índices e categorias foram empreendidos pelas Organizações Internacionais, levando em consideração seus interesses privados, para justificar as medidas e executar a difusão do modelo de progresso/desenvolvimento adotados.

De todo modo, em 1990, os países latino-americanos já haviam concluído tal movimento, com a chegada de Carlos Salinas de Gortari no México, Alberto Fujimori no Peru, Fernando Collor de Melo no Brasil, assumindo a pauta internacional de maneira acrítica. Os dirigentes percebiam a abertura do mercado e a privatização de indústrias nacionais, como um processo modernizador, aceitando, assim, o discurso ideológico do centro hegemônico do capitalismo.

Nesse período, o México se afastou por completo da América do Sul, alinhando sua política aos Estados Unidos, atrelando a economia à política externa estadunidense, aberto a começar a configurar o Tratado de Livre Comércio do Norte. A única dissidente no continente foi Cuba que não consentia com a política dos EUA

escolha dos diretos destas instituições simboliza o problema das instituições e, frequentemente contribuiu para a sua disfunção. Enquanto quase todas as atividades do FMI e do Banco Mundial hoje estão no mundo em desenvolvimento (certamente, todos os seus empréstimos), eles são liderados por representantes das nações industrializadas. (Por costume ou acordo tácito, o diretor do FMI é sempre um europeu, o do Banco Mundial e um americano). Eles são escolhidos por trás de portas fechadas, e nunca foi visto como um pré-requisito que a cabeça deve ter qualquer experiência no mundo em desenvolvimento. As instituições não são representativas das nações. STIGLITZ, Joseph. The Promise of Global Institutions. In. David Herd e Anthony McGrew. The Global Transformations Reader Introduction to the Globalization Debate. Cambridge, UK: Polity Press, 2003. P. 479.

³⁵ Grifo nosso.

³⁶ Rivero, p. 88.

³⁷ WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. P.83-4



e manteve seu discurso antiamericano presente em suas relações com os países da região.

A Argentina denominou esta fase como *Estado Normal*, em contraposição ao período anterior, Estado desenvolvimentista, que foi adotado por toda a América Latina. Para a Carlos Saúl Menem (1989-1999) e seus dirigentes, o *Estado Normal* significava romper com os princípios diplomáticos latino-americanos da não intervenção e autodeterminação, “como também os princípios do direito internacional de que a ONU é guardiã, em favor de uma ordem regulada por relações de força”³⁸. Contudo, significava também subordinar a economia interna às regras impostas pelo Consenso de Washington.

Os países latino-americanos, com exceção de Cuba, procuraram tirar o maior proveito da relação com os Estados Unidos, o centro do sistema internacional que se formava. As relações internacionais se reduziram à “diplomacia ornamental” relativa aos novos temas abordados: i) meio ambiente; ii) governança global; iii) direitos humanos; e iv) intervenções humanitárias. Por certo, são temas de grande relevância, entretanto, os assuntos econômicos em nível internacional ficaram a cargo dos Ministérios econômicos, que por sua vez eram ocupados por jovens que haviam estudado em universidades estadunidenses ou trabalhado em alguma instância do FMI e o Banco Mundial³⁹. No caso particular do México: Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) concluiu o mestrado em administração pública em Harvard; Ernesto Zedillo (1994-2000) estudou em Yale; Vincent Fox de Quesada (2000-2006) fez uma pós-graduação em alta gerência em Harvard e foi o presidente da Coca Cola América Latina.

Percebe-se que havia uma filiação intelectual clara, não apenas por membros do governo, mas da presidência. Os Estados Unidos não apenas mudaram o eixo econômico das relações internacionais, mas também o cultural e o intelectual, ao passo que centrou energia em proferir um discurso ideológico modernizador, com o intuito de reatar os vínculos de dependência.

George H. W. Bush (1989-1993), assim que a Guerra Fria chegou ao fim, buscou a participação dos países latino-americanos para solucionar, de maneira conjunta, conflitos no continente. A necessidade dos Estados Unidos em buscar e estabelecer alianças “levou muitos no hemisfério a enxergar uma abertura para as mudanças nas políticas dos EUA que não haviam sido totalmente previstas, e que eram contrárias ao desejo histórico do país de agir livremente na região”⁴⁰.

As iniciativas dos Estados Unidos em estabelecer a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) acabaram surtindo em iniciativas pouco desejadas, os projetos de integração inter-regional: o Mercosul e o Pacto Andino. Tal conjuntura fortaleceu as relações entre os países sul-americanos, estimulou o regionalismo no continente latino-americano, assim como ampliou o protagonismo dos países da região na

³⁸ CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal**: as relações internacionais da América Latina. Revista Brasileira Política Internacional. 43(2): 5-27, 2000, p. 6.

³⁹ *Op cit.*

⁴⁰ Tulchin, *op cit.*, p. 138.



comunidade internacional⁴¹. Havia, no entanto, espaços, não necessariamente contra-hegemônicos, mas que permitiam o uso da autonomia dos países latino-americanos sob o sistema de subserviência ao centro de poder.

Bill Clinton (1993-2001) continuou a política internacional de seu antecessor, agregando um princípio latino-americano à sua agenda política, o hábito das reuniões de cúpula. Os EUA sediaram a primeira Cúpula das Américas realizadas em Miami, em 1994. Os Estados da América Latina tiveram grande participação na formulação da pauta, incluindo até mesmo questões relacionadas ao livre comércio. Dois anos após o fim da Guerra Fria, alguns países do continente sul-americano e da América Central envolveram-se em disputas territoriais: Argentina e Chile disputavam a região montanhosa na fronteira entre os dois países; Argentina e Uruguai buscavam entendimento em relação à fronteira fluvial. El Salvador, Honduras e Nicarágua estabeleceram acordos para desarmar as minas terrestres ao longo do Golfo de Fonseca.

Os Conflitos Armados na América Central ocorreram a partir da década de 1960 como contraposição aos regimes ditatoriais implantados ou apoiados pelos Estados Unidos, com a finalidade de salvaguardar seus interesses geopolíticos na região. Os conflitos extrapolaram as fronteiras estatais, incorporando Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua.

No final da década de 1990, havia uma oposição marcada a pelo menos dois quesitos da política externa estadunidense, o embargo a Cuba e a crescente militarização estadunidense no combate ao narcotráfico. As tentativas de diálogo a respeito destes pontos foram frustradas, tanto no governo de George H W Bush como de Bill Clinton. Isto explica, ao menos em parte, os rearranjos políticos efetivados pelos países latino-americanos para enfrentar a hegemonia estadunidense no novo século⁴².

Com o advento do 11 de setembro, no primeiro ano do mandato de George W. Bush (2001-2009), os Estados Unidos retomaram o unilateralismo. Encerrou-se a conformação de alianças, focando sua política externa no combate ao terrorismo, ao narcotráfico, angariando críticas duras por parte dos países latino-americanos, especialmente do hemisfério sul, representando, em muitos países, o fim do ciclo neoliberal.

A crise do neoliberalismo, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, conduziu a importantes mudanças em todo o continente sul-americano, tendo como consequência uma resposta nas urnas e a vitória da esquerda em toda a região: Evo Morales na Bolívia, Hugo Chavez na Venezuela, Rafael Correa no Equador, Lula no Brasil. No caso do México, a proximidade com os Estados Unidos fez com que tendesse a estabelecer o Tratado de Livre Comércio do Norte (TLCAN), em 1994, tutelando a economia mexicana à estadunidense, além de provocar problemas em setores sensíveis da sociedade, a exemplo do campesinato e o levante do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN). Tal tratado é o pano de fundo da política externa mexicana até então, mas não se limita a ele.

⁴¹ Tulchin, *op cit.*

⁴² *Op cit.*



Desatar os laços com os Estados Unidos, ao menos parcialmente, levava a América Latina a buscar a autonomia no cenário internacional, não possuindo mais aquele como tutelo. Sem a proteção dos EUA, os países latino-americanos teriam que se responsabilizar por suas ações, “aqueles que não o fazem são conhecidos como ‘Free Riders’ [...] uma crítica comumente direcionada à América Latina”⁴³. A perspectiva de Tulchin é parcial e não representa o conjunto dos países latino-americanos. Possuir autonomia é exercer o direito de se posicionar ou silenciar-se, de assumir responsabilidades que estão dentro do alcance de cada nação em particular. Afirmar que os países latino-americanos estão de carona na política internacional é dizer o mesmo em relação à história.

Quando Barack Obama assumiu em 2009, quase toda a América do Sul possuía presidentes esquerdistas que faziam, de algum modo, oposição aos Estados Unidos. Ao contrário de Bush, a política externa de Obama retomava a abordagem colegiada aplicada no governo de Bill Clinton. Além disso, sua agenda tratava de assuntos delicados como a ruptura do embargo econômico com Cuba, reformas nas políticas migratórias e uma nova abordagem em relação ao tráfico de drogas. O único ponto de pauta que conseguiu cumprir foi reatar os laços com o país caribenho. Em relação aos demais, os impasses políticos internos, a perda da base política no legislativo fez empacar as propostas de Obama.

No Brasil, Lula e Celso Amorim (Ministro das Relações Internacionais) procuravam articular os países da periferia do sistema capitalista, tanto os países africanos de língua portuguesa quanto os que viriam a compor os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Apesar de ser um acrônimo forjado pelo banco Goldman Sachs para designar os países emergentes com maior crescimento, foi muito bem acolhido com o intuito de forjar um grupo político, convertendo o crescimento econômico em influência geopolítica⁴⁴.

Outrossim, a aproximação que o presidente tentava fazer em relação à América Latina foram atrapalhados por episódios como o de Honduras em 2009, quando o Senador da Carolina do Sul, James “Jim” DeMint, atendeu ao pedido do lobista do Conselho do Comércio de Honduras, Lenny Davis, para que aquele deixasse de apoiar o governo de José Manuel Zelaya Rosales. Apesar de ser membro da elite comercial e agrária de Honduras, logo quando assumiu a presidência, Zelaya, demonstrou simpatia ao governo de Hugo Chaves, declarou a intenção de compor a Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA), ampliou a participação popular na política. O estopim ocorreu por Zelaya propor um referendo nacional com o desejo de mudar a constituição para a população ter mais poder no governo do país⁴⁵.

⁴³ *Op cit*, p. 164.

⁴⁴ PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2013; LIMA, Marcos Costa. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. In.: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2013.

⁴⁵ *Op cit*.



O acontecimento evidencia não apenas o fato de América Central possuir resquícios do sistema penetrado – quando as elites agrárias procuravam os EUA para intervirem em benefício daquelas – mas também, o poder que um político estadunidense possui em exercer sua influência na política interna de outro país e sem o consentimento do governo central. O ocorrido inviabilizou qualquer tentativa de Obama em se aproximar da América Latina, buscando na reconciliação com Cuba, anular ou ao menos reduzir o sentimento antiamericano no continente.

O continente latino-americano continuou empenhado na tentativa de construir uma organização hemisférica sem a participação dos Estados Unidos. Durante o encontro do Grupo do Rio (Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe), no México em 2010, criou-se a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) que foi formalizada em 2011, em Caracas. O grupo possui como objetivo maior “operar de modo independente dos EUA na preservação da paz na região quando consideravam que a militarização norte-americana era inapropriada, constituindo uma ameaça aos interesses nacionais”⁴⁶.

A América Latina continua em busca de autonomia no cenário internacional, por hora conturbado, em meio às crises político-econômicas internas e externas, às derrotas sofridas pela esquerda em todo continente, marcando o fim do *lulismo*, do *chavismo*, do *kirchnerismo*, do *castrismo* e com os dias de Evo Morales contados, haja vista não ter vencido o referendo que o possibilitava se candidatar pela quarta vez.

Os governos de Mauricio Macri na Argentina e Michel Temer no Brasil tomam rumos distintos de seus antecessores, voltando-se para uma lógica mais “neoliberal”, podendo dar um destino diferente ao que os países latino-americanos vinham buscando ao longo dos anos, haja vista demonstrar-se mais alinhado aos Estados Unidos. Percebe-se, assim, que a história das relações internacionais no continente é marcada por eventos de magnitude, por conflitos de interesses interestatais, por intromissão alheia, por convicções políticas e ideológicas, o que demonstra, de fato, a fragilidade de se aglutinarem, assim como de manter uma autonomia, de se representar de forma unida no sistema internacional, de aumentar o volume comercial e aproximar-se cultura e educacionalmente.

A POLÍTICA EXTERNA MEXICANA

É importante atinar para a análise da política externa do México apontar para dois caminhos distintos, dependendo da perspectiva do observador. Ora, é possível perceber o teor apaixonado daqueles que vislumbram, na aproximação com os Estados Unidos, o grande momento vivenciado pelo país, o logro econômico, o desenvolvimento da economia mexicana, o aumento do volume de negócios. Ora, os

⁴⁶ Tulchin, *op cit*, p. 202.



críticos enxergam a aproximação como anulação completa ou parcial da autonomia política e econômica mexicana, obedecendo aos ditames do grande vizinho do Norte, relegando a este o seu próprio destino. Em vista disto, buscou-se examinar a política externa mexicana *per se*, entre a dependência e autonomia, no estabelecimento das relações com os países latino-americanos.

A partir da assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC), o México reduziu e muito o diálogo com outros países e, principalmente, com o continente latino-americano. Isso se deu por diversos motivos: i) as crises econômicas consequentes da assinatura do tratado; ii) os conflitos internos no país; e iii) aproximação e subalternidade em relação aos Estados Unidos. Este último não ocorreu sem ajuda do setor empresarial que vinculava seus interesses ao estabelecimento de laços de proximidade com os EUA, visando maior participação no mercado interno mexicano voltado para a exportação. O espaço de atuação ocupado pelo México na América Latina era tão pequeno a ponto de o presidente dos Estados Unidos George W. Bush (2001-2009), em uma conversa particular com seu homólogo mexicano Vincent Fox (2000-2006) do Partido da Ação Nacional (PAN), advertir que o México estava perdendo influência na região⁴⁷.

Na década de 1980, seria impensável que algo similar a essa advertência pudesse ter ocorrido. O México era uma referência de estabilidade política, nunca instaurou uma ditadura, apesar da proximidade com os Estados Unidos e de ter tido governos democráticos de linha dura como Gustavo Diaz Ordaz (1964-1970) que procurou conter o movimento de contestação, inspirado em maio de 1968, de forma militarizada. Mas, de todo modo, o país abriu as portas para os exilados políticos de toda parte do mundo, fugidos das ditaduras militares ou socialistas.

A partir do governo Fox, o México procurará restabelecer sua política externa, adotando, em parte, a pauta estadunidense: i) a Guerra contra o narcotráfico; e ii) o controle da imigração ilegal. Para Tulchin, o México havia – em relação a este quesito, especificamente – de “assumir suas responsabilidades de uma maneira dedicada”⁴⁸. A política mexicana sempre passará pelo judicioso crivo dos Estados Unidos, seja por sua proximidade ou simpatia ao bolivarismo ou a Cuba, qualquer movimento que demonstrasse solidariedade a estes ideais seria execrado pelos EUA. Isto não significa dizer que o México não possuísse suas divergências em relação à política estadunidense, mas seria cauteloso ao pronunciar críticas abertamente.

No entanto, diante da repreensão de Bush, Jorge Castañeda Gutman, Ministro de Relações Exteriores de Vicente Fox, acreditava que seria um ótimo momento para uma reforma ampla nas relações hemisféricas e compôs um forte discurso para Fox apresentar em Washington. Neste, Fox/Castañeda advogava em prol do término do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), um tratado de defesa mútua, assinada em 1947 na cidade do Rio de Janeiro, e instrumento de dominação dos Estados Unidos.

⁴⁷ SUDAREV, Vladimir. **México y América Latina**: nueva etapa de relaciones. Traducción del artículo publicado en la revista rusa Латинская Америка No 6, 2013.

⁴⁸ TULCHIN, *op cit*, p. 220.



A proposta apresentada defendia a autonomia das nações no continente americano, mudando o foco do TIAR para uma questão mais interna em combate ao crime organizado internacional. Esta proposta foi apresentada no dia 09 de setembro de 2001, dois dias antes dos atentados terroristas que atingiria as torres gêmeas e o Pentágono nos Estados Unidos. Um advento que não poderia ter sido previsto por Fox nem seu ministro Castañeda, mas que levou à perda de credibilidade deste⁴⁹. O 11 de setembro iria forçar os EUA a retomar o unilateralismo no continente, dificultando assim, qualquer possibilidade de mudança nas relações internacionais, sobretudo no que diz respeito à defesa nacional militarizada e imigração.

É importante ressaltar que os dois presidentes possuíam vínculos com setores empresariais e tinham a tendência em aprimorar tais relações, ampliando a área de atuação geográfica do TLC, na tentativa de conformar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Por isso, era importante para Bush que Fox retomasse o diálogo com a região de maneira mais sistemática, fazendo do México, o porta-voz dos interesses dos EUA na América Latina, algo muito semelhante ao ocorrido no século XIX⁵⁰. Fox promoveu algumas iniciativas, pouco eficientes.

A primeira já mencionada anteriormente, foi a extinção do TIAR ou seu reordenamento estratégico; a segunda foi a proposta de intensificação do Grupo dos Três (G-3), criado em 1989. O G-3 era composto por México, Colômbia e Venezuela, tinha como propósito aumentar a integração econômica entre os países, além de estabelecer vínculos de cooperação com os países centro-americanos e caribenhos. Contudo, ao perceber que o Grupo estava alinhado à perspectiva neoliberal, Hugo Chaves (1999-2013) retirou a participação da Venezuela em 2003, provocando a fragmentação e o fim do Grupo, passando à América Central a ser a única opção de atuação da política externa mexicana.

A região já era uma área de influência mexicana e com o intuito de coordenar as diversas políticas nacionais em prol de objetivos comuns foi criado em 1991 o Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla que funcionaria como um Fórum de dirigentes mexicanos e dos países centro-americanos. Na perspectiva de fortalecer a liderança na região, antes mesmo de Vicente Fox tomar posse do cargo presidencial em 2001, já ventilava uma proposta de atuação mexicana na região: o Plan Puebla Panamá, que teria como meta principal aproximar a América Central ao ALCA e encurralá-la entre os dois principais sócios dos Estados Unidos no continente, México e Colômbia. Além disso, o México tentará arbitrar conflitos na região, especialmente nos diálogos entre o governo colombiano – sob a administração de Álvaro Uribe (2002-2010) – e os guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN), mas não obteve sucesso.

⁴⁹ *Op cit.*

⁵⁰ Sudarev, *op cit*; CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina.** Revista Brasileira de Política Internacional, nº43 (2), 2000; SOARES, Maria Susana Arrosa. **Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina.** ALAS. Disponível em: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf. Acesso em 05/09/2016.



Na tentativa de restabelecer relações históricas e de demonstrar uma autonomia política, ainda que contrárias a Washington, Fox buscará a reaproximação com Cuba em 2002, uma vez que desde a assinatura do TLCAN em 1994, os presidentes mexicanos não visitavam o país. O México era o principal parceiro comercial de Cuba, mas os quase dez anos de negligências levaram a quase estagnação do fluxo de mercadorias. No momento da visita, Fox chegou a criticar o embargo estadunidense à ilha e pleiteou a retomada e normalização das relações.

Contudo, a política mexicana demonstrará sua real face, a perda parcial da autonomia, quando em 2002 o presidente Vincent Fox ligou para Fidel Castro e o pediu para que não comparecesse ao fórum da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento que teria acontecimento na cidade de Monterrey (México), tendo em vista a presença do presidente George W. Bush e, por isso, seria interessante evitar o encontro⁵¹. Fidel Castro tornou público este fato e as relações entre os dois países entraria em uma fase de estremecimento, provocando a retirada da embaixada de Cuba do México em 2004 pelo fato de o México ter votado a favor do envio de um representante especial dos Direitos Humanos da ONU em Cuba. Este foi um evento pontual e estranho, por certo, haja vista o México respeitar o princípio da não intervenção dos países latino-americanos.

Assim é possível perceber que a política mexicana irá se encaminhar no liame entre os objetivos próprios do governo mexicano e a ampliação da área de influência dos Estados Unidos na América Latina. Em verdade, a política externa de Vincent Fox estava vinculada à estadunidense pelo fato de ele realmente acreditar nos preceitos econômicos defendidos por aquele, e por seus interesses particulares, enquanto empresário se fazerem presente na expansão do modelo defendido pelos EUA.

A ideia presente na diplomacia mexicana de que o México não seria apenas uma ponte político-econômica entre os dois hemisférios, mas sim o responsável por harmonizar os interesses entre os Estados Unidos e a América Latina seria seguida pelo presidente mexicano. Essa doutrina foi formulada por Raúl Villanueva, nomeado embaixador no Chile em 2004⁵². Com base nisto, Fox buscará uma aproximação maior com o hemisfério sul, demonstrando interesse em participar do MERCOSUL na condição de membro. Vincent Fox buscava aproximar-se com o intuito de promover a ALCA e convencer os países do Sul a comprarem a causa. No entanto, as divergências existentes na percepção política, econômica e de integração regional entre os países provocará o distanciamento de Fox.

A situação chegaria a seu estopim na cúpula presidencial das Américas na cidade de Mar del Plata (Argentina), ocorrida em novembro de 2005. Na ocasião, Bush e seus aliados não conseguiram finalizar a proposta da ALCA e por isso retirou-se da cúpula antes do encerramento formal. Vincent Fox, por seu turno, tomou à frente na defesa do projeto. Em resposta ao pronunciamento do presidente

⁵¹ Sudarev, *op cit.*

⁵² Sudarev, *op cit.*; VERDUZCO, Alonso Gómez-Robledo. **La Política Exterior Mexicana: sus Fundamentos Principales.** Anuario Mexicano de Derecho Internacional, vol.1., 2001.



mexicano, Hugo Chávez o chamou de “Cachorro del Imperio”⁵³. Além disso, o indigenismo presente na América do Sul, tendo como um de seus principais expoentes, o presidente boliviano Evo Morales apoiou os movimentos indígenas mexicanos, especialmente o EZLN, que tinha como pauta principal a autodeterminação dos povos originários e o reconhecimento da autonomia do Estado Indígena, provocando conflitos de interesses entre os países.

O presidente eleito em 2006, Felipe Calderón, também do PAN, continuou a política de aproximação com a América do Sul, em especial a Argentina. Na época, o neoliberalismo já demonstrava sinais de fracasso e já não fazia mais parte da política econômica da maior parte dos países americanos, especialmente dos localizados ao Sul. Dessa maneira, a ALCA deixou de ser o mote de atuação estratégica do México, procurando nas relações bilaterais uma forma de estreitamento. A Argentina, por conseguinte, irá buscar fora da América do Sul parcerias com o intuito de debilitar a forte dependência que possuía em relação ao Brasil; o México era tido como uma excelente via para alcançar seus objetivos. Mas, as relações entre os dois países não durariam muito pelo fato de a Argentina tomar medidas protecionistas e cessar o comércio com o México.

De todo modo, Calderón continuará com a mesma perspectiva de seu antecessor. Buscará uma parceria com a América Latina, ao passo que estreita e vincula sua política e economia aos Estados Unidos, procurando ampliar a área de atuação e consequentemente do Tratado de Livre Comércio, exercendo, na linha tênue que divide dependência/autonomia, a sua influência.

Destarte, verifica-se que o presidente Vincent Fox foi importante para a política externa mexicana à medida que recuperou as relações que haviam sido suspensas por quase dez anos e Calderón por ter continuado com a política de seu antecessor. De algum modo, Fox traçou o fio condutor da política internacional mexicana para América Latina e Caribe. Em relação a este, em muitas ocasiões reproduziu fielmente os mesmos instrumentos utilizados pelos Estados Unidos: i) o peso de sua economia; ii) o poder de atuação de seus empresários, acompanhados pela existência não ameaçadora, mas presente das forças armadas, para estabelecer sua hegemonia na região. Certamente que o comércio com o Caribe não substituirá em volume e importância o TLCAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das relações internacionais é importante para elucidar o fato de os Estados Unidos conservarem os rudimentos do imperialismo. Antes mesmo de pôr em prática o ideal expansionista, justificou-o religiosamente através do Destino Manifesto e por uma concepção clara de raça, exemplificada e defendida a partir de

⁵³ “Filhote do Império”. Ver.: BBC BRASIL. **Chávez chama Fox de ‘cachorro’ e gera polêmica no México.** 11 de novembro de 2005. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/11/051111_mexicoas.shtml. Acesso em 10 de outubro de 2012.



uma dita superioridade cultural. Na mesma década em que tais princípios foram idealizados, empreendeu-se a guerra contra o México (1846-1848), suprimindo mais da metade de seu território, estabelecendo com toda a América Latina uma distinção de raça, marcada nas relações entre o continente latino-americano com os EUA.

Certamente, estes elementos foram mais ou menos valorizados dependendo do caráter político do chefe de estado estadunidense. Mesmo porque, a história evidencia que, em muitos momentos, a aceitação da subalternidade foi utilizada como instrumento, por parte da América Latina, para alcançar objetivos práticos, estabelecer novos acordos e reposicionar-se politicamente no continente americano. Outra forma encontrada para equilibrar as relações internacionais foram os acordos e os pactos de união firmados pelos países latino-americanos, sendo o México uma das nações mais interessados em assentá-los.

Por certo, a história também avulta que os setores econômicos procuraram influenciar a política internacional. A propagação do ideal neoliberal – inclusive por meio dos sistemas educacionais – a vitória do capitalismo sobre o socialismo, a morte da utopia foram alguns recursos empregados para impor uma ideologia. A década de 1990 foi um período de assimilação desta perspectiva, ainda presente na agenda política do continente.

O Tratado de Livre Comércio do Norte, assinado em 1994, ocasionou o princípio da precarização do trabalho, a inflação e a desvalorização do peso mexicano, além de alterações no modo de produção nos Estados Unidos e Canadá, causando desemprego, reformas trabalhistas que levaram à perda de direitos conquistados. As empresas destes países buscaram maiores incentivos e encontraram no México, não apenas o acolhimento fraterno, mas impostos mais baratos, legislações mais frágeis, mão-de-obra barata, ausência de proteção trabalhista e frágil sistema previdenciário, reduzindo e muito, os custos operacionais do setor produtivo.

Mesmo os momentos que sucederam a assinatura do TLCN foram marcados por fortes tensões, não unicamente em relação ao conflito de interesses entre setores da sociedade, o levante de Chiapas, mas também dentro do próprio Partido Revolucionário Institucional (PRI). O candidato do partido, Luis Donaldo Colosio foi assassinado no dia 23 de março de 1994. Ernesto Zedillo (1994-2000) assume a candidatura presidencial e é eleito. Em setembro do mesmo ano, o presidente do partido e cunhado de Carlos Salinas de Gortari – o ex-presidente dos Estados Unidos Mexicanos – Jose Francisco Ruiz Massieu também foi morto. Duas figuras importantes foram eliminadas, levando a crer na divisão interna ou em interesses difusos que comprometeriam o caminhar do Tratado.

O TLCN foi, antes de qualquer coisa, um acordo entre empresários e amigos políticos. Não por acaso, após finalizar seu mandato, Ernesto Zedillo trabalhou nos altos cargos de empresas estadunidenses, tais como a Procter & Gamble (P&G), ALCOA e Union Pacific. Atualmente, desempenha a função de diretor do Centro para os Estudos da Globalização na Universidade de Yale⁵⁴. Após o término de seu

⁵⁴ Ver <http://ycsg.yale.edu/about-center-1>



mandato, assume Vicent Fox Quesada (2000-2006) que foi presidente da Coca-Cola América Latina, amigo pessoal do presidente estadunidense George W. Bush (2001-2009).

Estes dois presidentes foram cruciais para dar continuidade e robustez ao Tratado de Livre Comércio e ao projeto neoliberal iniciado em 1980, pauta principal do *soft power* estadunidense. Tanto Zedillo como Fox garantiram o avanço do Tratado, mas também abriram precedentes para as mudanças políticas necessárias para a ação da iniciativa privada sobre o território mexicano. Ações marcadas por violências simbólicas e materiais, o não reconhecimento sobre as formas de organização indígenas/ camponesas e o completo menosprezo pelos recursos naturais comprovam a venda do país.

De fato, o imperialismo não reconhece outros padrões de racionalidade que não o europeu, trazendo consigo sua essência avassaladora, a pior de todas, a usurpação de vidas, sangues, terras, línguas e costumes⁵⁵. Não cogita sequer a convivência mútua ou o reconhecimento legal das formas de ser e agir em troca da ampliação do território econômico do capital financeiro. Desse modo, percebe-se que o imperialismo é o mote maior da política estatal. Como força discursiva se utilizam dos mesmos preceitos europeus, não se desvencilhando dos aspectos coloniais que permeiam a economia/cultura e a política na América Latina.

Com a eleição de Donald Trump no dia 09 de novembro de 2016, muitas especulações foram feitas a respeito de seu mandato devido às promessas realizadas ao longo da corrida eleitoral. Toda declaração dada pelo novo mandatário estadunidense provocava ecos e ruídos no lado mexicano. O presidente Enrique Peña Nieto (2012-2018) se sentia na obrigação de responder às provocações, enfatizando a importância do México como principal parceiro comercial dos Estados Unidos, como maior importador e exportador. O posicionamento, por vezes, em tom desesperador de Nieto (a retomada insistente do papel do México frente à economia estadunidense em seus discursos) pôs em dúvida a autonomia e soberania do México frente aos EUA. Em realidade, o PRI perdia o mote maior de sua política internacional, da mesma forma, via esvaír todo o esforço empreendido para concretizar as reformas tão defendidas por Peña Nieto.

A eleição de Trump somada à baixa popularidade de Peña Nieto, ocasionou uma onda de protestos, tanto no México como nos EUA. No caso mexicano, o candidato populista, Andrés Manuel López Obrador, ex-prefeito da Cidade do México e líder do Movimento Nacional de Regeneração do México, ganha apoio popular e se situa entre os favoritos para 2018. Além disso, o ex-presidente Vincent Fox, antes aliado dos EUA, se posicionou contrário ao comportamento de Trump por seus comentários racistas, anti-imigração e discurso de ódio. Indiretamente, fez uma defesa a sua própria política de governo: ao alinhamento político-econômico com os

⁵⁵ Esta perspectiva não está presente apenas no México. Na conjuntura atual do Estado e governo brasileiro, procura-se expandir a fronteira agrícola sobre os territórios indígenas já demarcados e reconhecidos legalmente, reduzir ou retirar os direitos trabalhistas conquistados, reduzir o papel do Estado. As reformas e medidas encampadas pelo Estado brasileiro são muito semelhantes ao que o México fez a partir da assinatura do TLCN.



EUA; às ideias liberais adotadas ao longo de seu governo; à diminuição do papel do Estado junto à população. Entretanto, posicionou-se em defesa do México, do povo mexicano nos EUA.

Do lado indígena, EZLN convocou o V Congresso Nacional Indígena (CNI) – ocorrido entre os dias 29 e 31 de dezembro de 2016 em San Cristobal de las Casas, Chiapas – com o intuito de eleger uma mulher indígena que participará como candidata independente nas eleições do próximo ano⁵⁶. A proposta indígena vai na contramão da política vigente e visa a atender as demandas das populações indígenas e camponesas, a exemplo da autodeterminação dos povos, valorização do trabalho, reconhecimento e demarcação de áreas naturais e sagradas, distribuição de renda, entre outros. Os Estados indígenas vêm demonstrando na prática como firmar seus territórios, estabelecer relações comerciais, econômicas e políticas, valorizar a educação e a cultura.

O mais interessante é que os indígenas, por mais que quisessem reconhecer a autonomia e autodeterminação de seus territórios, não cogitaram, até o presente momento, em tomar o poder do Estado Central. Nem por vias democráticas e muito menos autoritárias e ditatoriais. A iniciativa surge diante das circunstâncias e da possibilidade de um futuro ainda mais truculento para a população rural, sobretudo com as novas reformas em marcha.

Em um primeiro momento, poder-se-ia pensar que a nova conjuntura política, a eleição de Donald Trump, e as incertezas relativas ao Tratado de Livre Comércio do Norte, faria com que o México investisse tempo e dinheiro na efetivação do Plano de Integração Física Regional, uma vez que os empresários e o capital mexicano possuem certa vantagem frente aos países da região. Conquanto, já há mais de cem dias da posse de Donald Trump, o cenário não tem sido nada favorável a ele. As promessas de campanha esbarraram nas oposições dentro do próprio partido – na ala moderada, a maior parte do congresso –, na refutação das “cidades santuário” contra a política anti-imigratória encampada e o discurso de ódio presente ao longo de sua campanha e do seu mandato, além do escândalo de espionagem envolvendo a Rússia.

No que diz respeito ao México, as propostas tanto populistas quanto indígenas tendem levar o país a outro caminho: ao rompimento das relações com os Estados Unidos, a relações menos assimétricas com os países mesoamericanos e caribenhos, maior diálogo com os países latino-americanos, a maior presença do Estado em relação à economia e sociedade. Seja como for, o México deve recuperar sua autonomia política e institucional, valorizar o campo arrasado pelo TLCN – em nome de sua soberania alimentar –, prestigiar o poli cultivo em detrimento das plantações e monoculturas de todo o tipo, reaver sua responsabilidade em relação à política energética. Ademais de incentivar, financiar, pesquisas que elucidem novos caminhos e formas de conduzir o país, desvinculando-se da política econômica do vizinho do Norte.

⁵⁶ LA JORNADA. **Comienza Congreso Indígena que eligirá a mujer para la elección presidencial.** Visto em 30 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2016/12/30/politica/012n3pol>



Referências

- ANDERSON, Perry. **A política externa norteamericana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO MEXICANO. **Las relaciones diplomáticas de México con sud-america**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1925.
- BARKIN, David. **Un Desarrollo distorcionado: la integración de México a la economía mundial**. Siglo veintiuno: México, 1991.
- BBC BRASIL. **Chávez chama Fox de ‘cachorro’ e gera polêmica no México**. 11 de novembro de 2005. Disponível em:
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/11/051111_mexicoas.shtml. Acesso em 10 de outubro de 2012.
- CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina**. Revista Brasileira Política Internacional. 43(2): 5-27, 2000.
- _____. **Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871)**. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. **A instabilidade internacional (1919-1939)**. In.: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CHANG, Ha-Joon. **O Mito do Livre Comércio e os Maus Samaritanos: a história secreta do capitalismo**. São Paulo: Campus-Elsevier, 2008.
- LIMA, Marcos Costa. **Development and Globalization in Periphery: the missed chain**. Perspectivas, São Paulo, v. 32, p. 15-46, ju/dez. 2007.
- _____. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. In.: PIMENTEL, José Vicente de Sá. O Brasil, o BRICS e a agenda internacional. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2013.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **Obras do Barão de Rio Branco: Discursos**. Brasília, 2012.
- NYE, Joseph. **Soft Power – The means to success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.
- PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2013.



REYES, Elda Pérez. **La política exterior de México hacia sudamérica, 1900-1910.** Tese de Doutorado – Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Michoacana de San Nicolás, 2011.

RIST, Gilbert. **El Desarrollo:** historia de uma creencia occidental. Los libros de la Catarata: Espanha, 2002.

RIVERO, Oswaldo de. **O Mito do Desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SÁNCHEZ, J. Rafael Campos. **Primeros contatos diplomáticos entre México y Brasil.** D.F.: Editorial Praxis, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes.** Tradução Jussara Simões. Bauru – SP: EDUSC, 2001.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina.** ALAS. Disponível em: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf. Acesso em 05/09/2016.

STIGLITZ, Joseph. The Promise of Global Institutions. In. David Herd e Anthony McGrew. The Global Transformations Reader Introduction to the Globalization Debate. Cambridge, UK: Polity Press, 2003.

SUDAREV, Vladimir. **México y América Latina:** nueva etapa de relaciones. Traducción del artículo publicado en la revista rusa Латинская Америка No 6, 2013.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina X Estados Unidos:** Uma Relação Turbulenta. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

*Recebio em 05/09/2017
Aprovado em 19/12/2017*



CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTORES AVÍCOLAS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

CHARACTERIZATION OF POULTRY PRODUCERS IN THE WESTERN REGION OF PARANA

Celso José Farias*
Mirian Beatriz Schneider**

RESUMO

Este estudo, que é parte de uma dissertação de mestrado, tem como objetivo descrever sobre a caracterização dos produtores avícolas da região Oeste do Paraná. Para esta pesquisa foram analisadas parte do questionário aplicado aos produtores investigados. Em termos metodológicos, este trabalho caracteriza-se como pesquisa quantitativa-qualitativa. Como principais resultados, confirmou-se a predominância de pequenos produtores com número pequeno de aviários instalados em propriedades pequenas. Porém somados no sistema de integração resultam nos maiores produtores e exportadores de carne de frango do Estado do Paraná, logo o estado é destaque na produção e exportação nacional.

Palavras-chave: Produtores avícolas, Nova Economia Institucional, Região Oeste do Paraná.

ABSTRACT

This study, which is part of a Masters dissertation, aims to describe the characterization of poultry producers in the western region of Paraná. For this research, part of the questionnaire applied to the producers investigated was analyzed. In methodological terms, this work is characterized as quantitative-qualitative research. As main results, the predominance of small producers with a small number of aviaries installed in small farms was confirmed. But added in the system of integration are the largest producers and exporters of chicken meat in the State of Paraná, so the state is prominent in the national production and export.

Keywords: Poultry Producers, New Institutional Economics, Western Region of Paraná.

* Mestre em Economia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professor universitário da União Rondonense de Ensino e Cultura Ltda - ISEPE RONDON e da UNIMEO - União Educacional do Médio Oeste. E-mail: celsofarias@hotmail.com

** Pós Doutorado em Economia Aplicada pela USP. Doutora em História Econômica pela Universidad de León/Espanha. Professora Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, atuando Colegiados do Curso de Ciências Econômicas e nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e de Economia. E-mail: mirianbraun@unioeste.br



1. INTRODUÇÃO

A atividade avícola no formato moderno iniciou-se no Brasil por volta de 1940, no estado de São Paulo, com a chegada dos imigrantes japoneses, o que antes era uma produção caseira voltada ao consumo, passa a ter uma atividade industrial, que logo se estende aos estados de Santa Catarina e Paraná (BELUSSO, 2010).

A industrialização da atividade avícola ocorre pelas agroindústrias, através de avanços tecnológicos, melhoria na alimentação e medicamentos, além da expansão de mercado. Outro fator que contribuiu para o aumento da produção foi o constante crescimento do consumo da carne de frango, o valor nutritivo do alimento e o baixo valor comparado a outras carnes, motivos que alavancaram o mercado. (CIELO, 2015; BELUSSO, 2010).

A carne de frango é uma das fontes de proteína de origem animal mais consumida em todos os continentes, não apresentando restrições culturais em nenhuma região, além do valor de mercado ser menor em relação a outras carnes, supera o consumo das carnes bovina e suína (ABPA, 2016).

O consumo brasileiro per capita da carne de frango também tem aumentado de acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal ABPA, o país apresentou uma evolução positiva, em 2007 o consumo era de 37,02 kg/hab, já em 2015 aumentou para 43,25 kg de carne de frango por habitante e a tendência é chegar a 47 kg por habitantes nos próximos anos.

Frente ao cenário mundial o Brasil ocupa posição de destaque no que se refere à produção e exportação de proteína de origem animal, principalmente a carne de frango. A produção nacional do complexo de carnes em 2015 apresentou a carne suína com 13,5 mil toneladas, em seguida a carne bovina com 35,9 mil e a carne de frango com 50,6 mil toneladas USDA, (2016).

A oferta da carne de frango brasileira tem acompanhando o crescimento da demanda interna e externa decorrente do aumento da competitividade e produtividade.

A avicultura brasileira ocupa a segunda posição na produção mundial, produzindo um total de 12,31 mi toneladas de carne de frango em 2015, ficando atrás apenas dos EUA com uma produção de 16,56 mi toneladas. E, desde 2010, ocupa a liderança mundial na exportação de carne de frango. (ABPA, 2015; CIELO, 2015; COSTA *et al*, 2015).

Quanto às exportações da carne de frango o Brasil continua sendo o principal exportador mundial, de acordo com os relatórios da USDA (2016) o país tem condições de ampliar ainda mais a sua posição de liderança e expandir os resultados.

Dentre os estados brasileiros com maior produção de frango, os estados da região sul são destaques no cenário do agronegócio e referência na produção, somados os dados de abate em 2015, o total corresponde a 62,83% da produção nacional. A região Sul é também a maior exportadora de carne de frango quando somados os volumes de produção dos três estados, a região Sul é responsável por 76,66% de toda exportação nacional (SECEX, 2016).



Dos estados que formam a região Sul, o estado do Paraná desde o ano de 2003 se destaca como o maior produtor de carne de frango do país, responsável pela produção de 35 % do total em 2015 (ABPA, 2016).

Diante dos dados do estado do Paraná, cabe citar que a região Oeste paranaense é responsável pelo abate de 32,57% do total de frangos produzidos no estado. O trabalho de produção, abate e exportação é coordenado pelas agroindústrias de processamento de aves instaladas na região, estas por sua vez se destacam entre as 15 maiores empresas do setor, no âmbito nacional como maiores exportadoras da carne de frango em 2015 (ABPA, 2016).

Nesse cenário o sistema agroindustrial da região estudada é em sua grande maioria coordenado por agroindústrias através do sistema de integração/parceria, entre produtores avícolas e instituições integradoras.

2. METODOLOGIA

Para chegar ao pretendido no trabalho, a investigação ocorreu através de questionários aplicados na região indicada na pesquisa, afim de conhecer as condições socioeconômicas dos produtores avícolas. Desta forma a pesquisa se caracteriza como pesquisa de campo, portanto, o objeto central de análise dos dados será os questionários.

Entende-se que a pesquisa de campo representa a possibilidade de conhecer a situação dos produtores, nenhuma outra ferramenta poderia dar esta percepção para a pesquisa, o interesse foi de captar dados e informações econômico-financeiras, como por exemplo: tamanho da propriedade, capacidade produtiva, faturamento, se o produtor tem outra atividade além da avicultura, entre outros.

No oeste paranaense são 3950 produtores avícolas vinculados as agroindústrias conforme a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, desta forma a pesquisa abordará uma amostra entre o total da população de produtores.

Para a realização da pesquisa foram aplicados questionários na região estudada, com perguntas fechadas, ao número amostral de 98 produtores avícolas, a coleta de dados ocorreu de março a junho de 2016 e foram distribuídos em diversas cidades e distritos, proporcionalmente ao número de produtores integrados com as agroindústrias da região.

A coleta de dados foi realizada nos municípios: Toledo, Cascavel, Medianeira, Matelândia, Nova Santa Rosa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Assis Chateaubriand, Palotina, Tupãssi, Pato Bragado, Ouro Verde do Oeste, Cafelândia, Corbélia, Entre Rios do Oeste, Quatro Pontes.

E os distritos: Vila Nova, Cerro da Lola, Dez de Maio, Sede Alvorada, Xaxim, Concórdia do Oeste, Nova Concórdia.

Desta forma, a distribuição ocorreu da seguinte maneira.



Quadro 1 - Número de produtores avícolas por integradoras no Oeste do Paraná

Agroindústrias	Nº total de produtores da agroindústria	Amostra
Copacol	890	22
Brazil Foods (BRF)	323	8
C. Vale	448	11
Coopavel	350	9
Cooperativa Lar	528	13
Copagril	230	6
Globoaves	222	5
*Outras	959	24

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores a partir dos dados da ADAPAR (2016).

*O termo outras foi utilizado para as agroindústrias localizadas próximas a região Oeste e que oferecerem parcerias com os produtores da região, abaixo o nome destas integradoras e a cidade as quais estão localizadas.

Averama Indústria e Comércio de Alimentos – Umuarama

Cooperativa Central Aurora - Mandaguari

JBS – Maringá

Franco Bello – Itaquiraí MS

Canção GTFoods - Maringá

A pesquisa foi respondida por 100% dos entrevistados e após a coleta, os dados foram tabulados e chegou-se aos seguintes resultados:

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para atender ao propósito do trabalho foram elaboradas questões sobre a idade do produtor responsável pela propriedade, escolaridade, se a atividade foi herdada dos pais/avós ou o produtor que a iniciou, se a atividade conta com mão de obra familiar, se sim, quantos funcionários contratados, identificação se há na propriedade criação de outros animais, ou outra atividade, tamanho da propriedade, quantidade de aviários, metragem, capacidade de alojamento, qual integradora pertence e a distância.

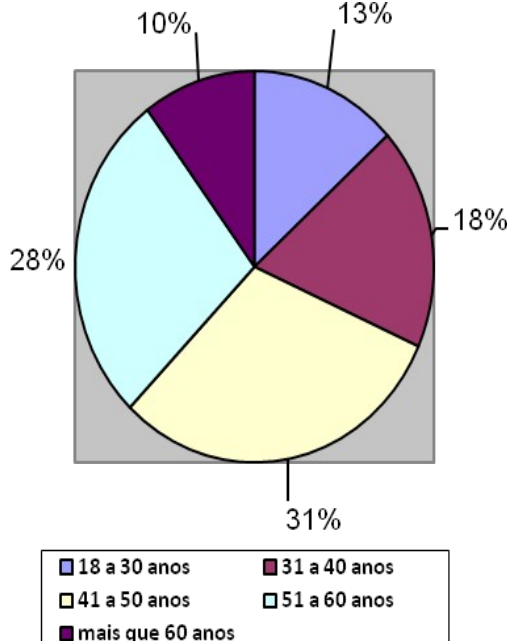
Quadro 2 - Protocolo de questões sobre a caracterização dos produtores avícolas

Objetivo	Tipo de análise	Variáveis
Identificar o perfil socioeconômico dos produtores avícolas investigados.	Caracterização da atividade avícola.	<ul style="list-style-type: none">- Idade do produtor responsável;- Escolaridade;- Atividade herdada ou não?- Atividade com mão de obra familiar ou contratada;- Identificar a criação de outros animais;- Outra atividade familiar na propriedade;- Tamanho da propriedade;- Quantidade de aviários na propriedade;- Metragem dos aviários;- Capacidade de alojamento; com a integradora;- Distância até a integradora;- Qual integradora?

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

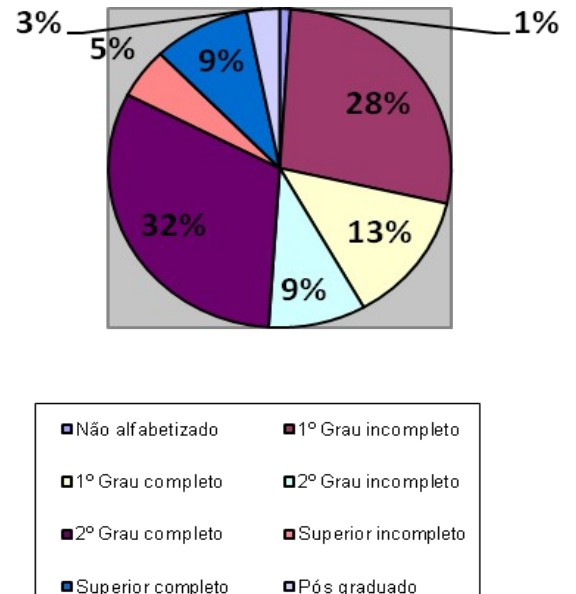


Gráfico 1 - Idade do Produtor



Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

Gráfico 2 - Escolaridade do produtor



Conforme pode ser observado no Gráfico 01 – a faixa etária predominante entre os proprietários dos aviários pesquisados é de 41 a 50 anos de idade o que corresponde a 31% do total, em seguida a faixa etária de 51 a 60 anos de idade com 28% e as demais distribuídas entre as opções. Notou-se que 13% dos entrevistados responderam possuir idade entre 18 e 30 anos, nesses casos conforme relatado pelos entrevistados há uma sucessão familiar presente nas propriedades onde os filhos e/ou netos assumem a gestão do aviário.

Em relação à sucessão familiar, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o êxodo rural caiu 10% em relação à década anterior. Mesmo com esta diminuição significativa, de 2000 para 2010, foram mais de dois milhões de pessoas deixando os campos em busca de novas oportunidades nas áreas urbanas.

Estudos do Sebrae sobre negócios familiares tanto nos campos quanto nas cidades também deixa a desejar para quem está visando a sucessão familiar. O material aponta que apenas 1/3 dos negócios chegam à segunda geração, e, uma porcentagem mínima de 5%, chega à terceira (SEBRAE, 2016).

Os estudos sobre os jovens rurais baseiam-se principalmente nas evidências da continuidade da sua migração para o meio urbano, na tentativa de explicar os motivos para este fenômeno. Estes estudos investigam porque a sobrevivência das unidades de produção familiar estaria relacionada diretamente a permanência dos jovens no campo, para dar continuidade às atividades agropecuárias da família (CAMPOLIM, 2005).



Vale observar ainda que 10% dos produtores possuem idade superior a 60 anos, mesmo na situação de aposentados continuam exercendo suas atividades, muitos alegam que o valor recebido como aposentadoria não é o suficiente para se manterem e a continuidade da atividade agrega valor a renda da família.

O gráfico 01 também revela que a atividade pode ter uma defasagem nos próximos anos, já que o percentual de filhos e netos que dão continuidade a atividade é pequeno em relação ao total estudado, é uma preocupação constante dos produtores entrevistados e a atividade pode sofrer com este gargalo.

Conforme o Gráfico 02 - O grau de instrução (escolaridade) do responsável pela propriedade, a maioria dos entrevistados responderam ter o 2º grau completo com 31% das respostas, em segundo lugar 1º grau incompleto com 27% das respostas.

A maioria dos entrevistados possuem escolaridade até o segundo grau, somados representam 82% do total dos respondentes, já os entrevistados que possuem maior escolaridade apresentam uma correlação com o gráfico 03 (localizado abaixo) pois são os herdeiros da atividade que tem assumido as responsabilidades da propriedade, alguns jovens relataram durante a entrevista que se deslocam até as cidades próximas para estudar e após a conclusão dos estudos retornam para a propriedade, muitos destes concluíram a graduação em cursos relacionados a atividade rural para agregar conhecimento técnico e prosseguir com a atividade familiar.

De acordo com o IBGE (2015) o número de pessoas da zona rural com mais de 12 anos de estudo triplicou em apenas uma década. Desta maneira conseguem continuar no campo e vislumbrar rendimentos melhores colocando em prática o conhecimento acadêmico.

Conforme observado no Gráfico 03 - A atividade avícola foi iniciada pelo atual produtor ou se houve uma sucessão familiar. A maioria dos entrevistados iniciou a atividade, correspondendo a 72% das respostas.

Ao relatarem como iniciaram a atividade os respondentes contaram como foi o processo de imigração para esta região, a maior parte deles vieram dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, lá exerciam atividade rural de plantio e colheita de grãos e após a mudança para a região Oeste do Paraná tiveram a oportunidade de atuarem como produtores avícolas, era o início da atividade, por volta de 1970 impulsionada pelas Agroindústrias da região (Sadia, Coopavel) e precisavam de produtores dispostos a fazer parte deste processo (CIELO, 2015; BELUSSO,2010).



Gráfico 3 - Início da atividade avícola na propriedade



Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

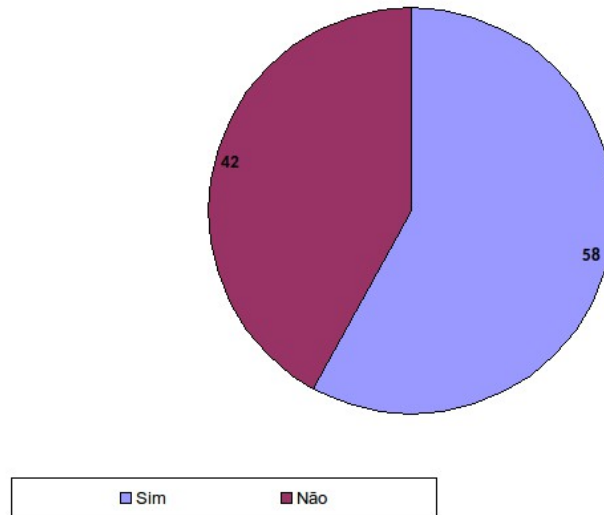
Em consonância ao Gráfico 04 - A maioria dos produtores responderam que não contam com mão de obra terceirizada, 58% dos entrevistados realizam a atividade apenas com a mão de obra familiar. Alguns produtores relataram como é a rotina de trabalho deles e a disponibilidade o qual dispensam para que o trabalho seja realizado, a criação de frangos é uma atividade diária, pois há a alimentação e ração dos animais, o cuidado com a temperatura ambiente, o manejo, além da limpeza do local.

Quanto ao período que o produtor dispõe com a atividade avícola, os produtores relataram que o turno o qual mais se dedicam ao trabalho é no período matutino, onde ocorre a distribuição da ração e água, a limpeza do galpão e a verificação/conferência da saúde dos animais, se estão alojados de forma adequada.

Esse fato corrobora a discussão de Williamson (1985) sobre a especificidade dos ativos humanos: experiência profissional e o conhecimento específico a cerca da atividade, sendo que o mesmo ocorre na avicultura onde o trabalho se torna específico uma vez que é característico da atividade e exige dedicação.



Gráfico 4 – A propriedade dispõe de mão de obra terceirizada?



Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

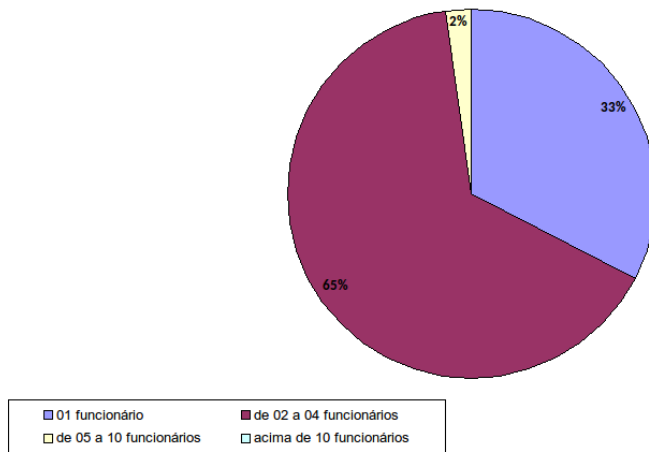
Notou-se através da pesquisa que as propriedades com número maior de aviários apresentaram mão de obra terceirizada, ou seja, além da mão de obra familiar, é necessário contratar mais trabalhadores para desempenhar as tarefas dos aviários.

Apenas duas propriedades dispunham de atividade totalmente terceirizada, os chamados “caseiros” a família que mora na propriedade e é responsável pela execução das atividades, como forma de remuneração, segundo os entrevistados o proprietário repassa cerca de 15 a 20% do lucro obtido por lote.

Quando perguntados se havia na propriedade mão de obra contratada, 41,2% dos entrevistados responderam que sim. Destes que contam com a mão de obra terceirizada quanto ao número de funcionários existentes na propriedade 32% contam com 01 funcionário e 65% tem de 2 a 4 funcionários e apenas 2% responderam ter de 5 a 10 funcionários, conforme o Gráfico 05.

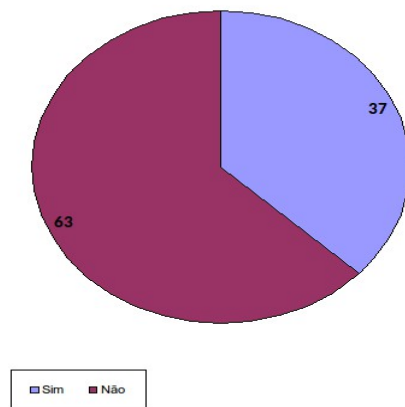


Gráfico 5 - Número de funcionários



Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

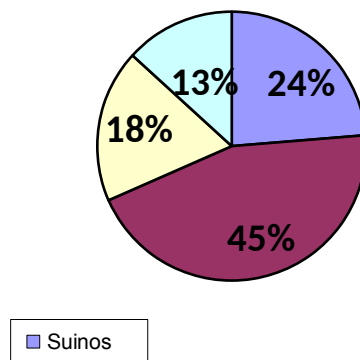
Gráfico 6 - Criação de outros animais



Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).



Gráfico 7 - Tipos de animais criados.



pesquisa de campo (2016).

Fonte: Resultado da

Conforme o Gráfico 06 - A criação de outros animais na propriedade, 37% dos entrevistados respondeu que sim e 63% que não possuem a criação de outros animais como atividade comercial.

Observa-se que a criação de outros animais aqui questionado na entrevista não se refere a animais de consumo próprio, pois a maioria das agroindústrias proíbe os produtores de realizar a criação de outros animais para evitar a contaminação, salvo se estes animais forem destinados a comercialização integrada, como o caso do frango.

Uma característica de algumas propriedades foi a criação de frangos e suínos em parceria com a mesma integradora, segundo os produtores esta situação é comum e torna-se “facilitada” pelo fornecimento dos insumos, visitas técnicas e acompanhamento por parte da agroindústria.

Os outros produtores que criam outros animais que não são comercializados junto às agroindústrias, necessitam de laudo técnico da integradora a fim de regularizar a atividade e evitar possíveis contaminações e infecções sanitárias.

De acordo com o Gráfico 07 - os tipos de animais criados na propriedade e 45% dos entrevistados responderam que realizam a atividade bovina, 24% a



atividade suína, 18% ambos (tanto atividade bovina quanto a suína) e 13% dos entrevistados realizam a criação de outros animais não citados anteriormente.

Gráfico 8 - Outra atividade na propriedade

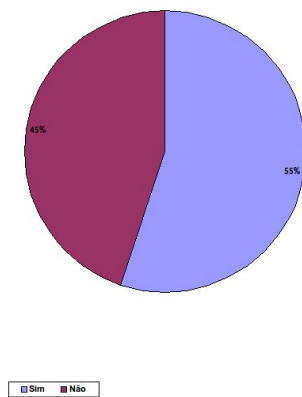
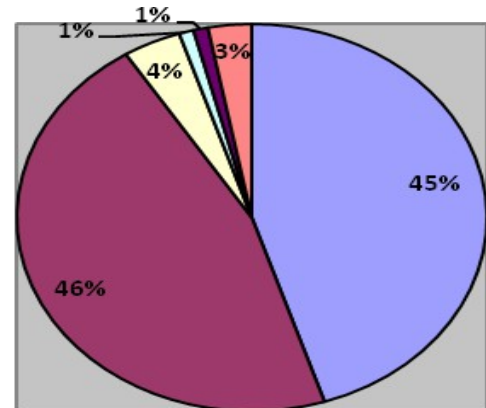


Gráfico 9 - Atividades na propriedade



Milho **Soja** **Trigo**
Hortaliças **Frutas** **Outras**

Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

Conforme observado nos Gráficos 08 e 09 - na atividade existem outras atividades além da criação de animais, 55% dos entrevistados responderam que sim e 45% que não.

Dos que realizam outra atividade foi questionado sobre o plantio e a maioria dos entrevistados realizam o cultivo de milho, correspondendo a 45% e soja com 46% das respostas. Houve também entrevistados que produzem trigo, com 4% das respostas, hortaliças 1%, frutas 1% e outras atividades com 3% do total.

A policultura é muito presente na região Oeste do Paraná como abordado anteriormente na revisão da literatura, as propriedades em sua maioria não são grandes em termos de hectares, os produtores então acabam dividindo as atividades entre a criação de animais e o plantio de grãos.

Ocorre também nesses casos que alguns produtores são cooperados e recebem do mesmo movimento pago pelas cooperativas por atividades em questão,



segundo relato de alguns produtores, as próprias cooperativas “incentivam” os produtores a plantar oferecendo crédito para subsidiar os custos iniciais da lavoura.

Gráfico 10 - Tamanho da propriedade (em hectares)

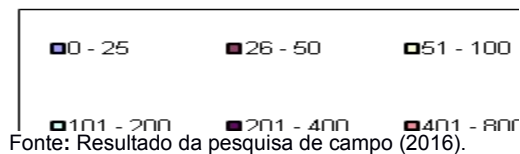
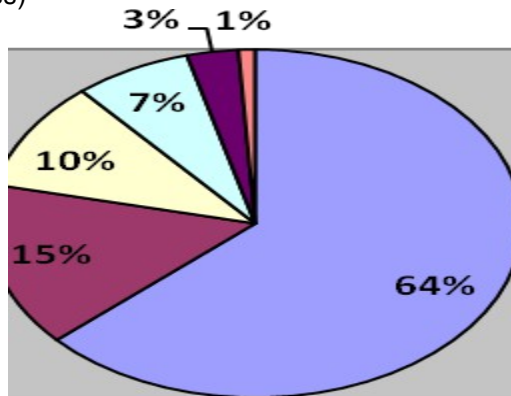
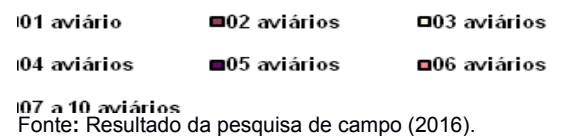
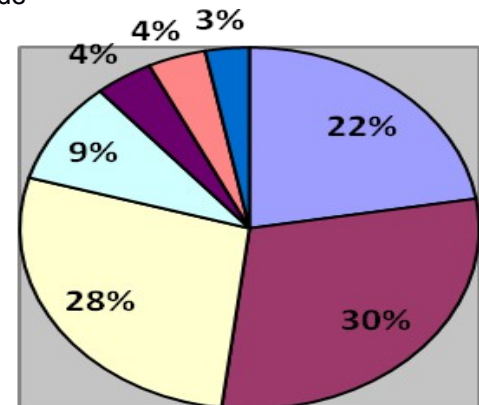


Gráfico 11 - Quantidade de aviários na propriedade



O tamanho das propriedades pesquisadas, 64% do total dos entrevistados possuem até 25 hectares, posteriormente 15% apresentam de 26 a 50 h.a., 10% de 51 a 100 h.a. e 11% maior que 101 h.a..

Conforme a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, Art 4º, Parágrafo II – a pequena propriedade é a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais, a média propriedade é superior a quatro e inferior a quinze módulos e a grande propriedade superior a 15 quinze módulos fiscais.

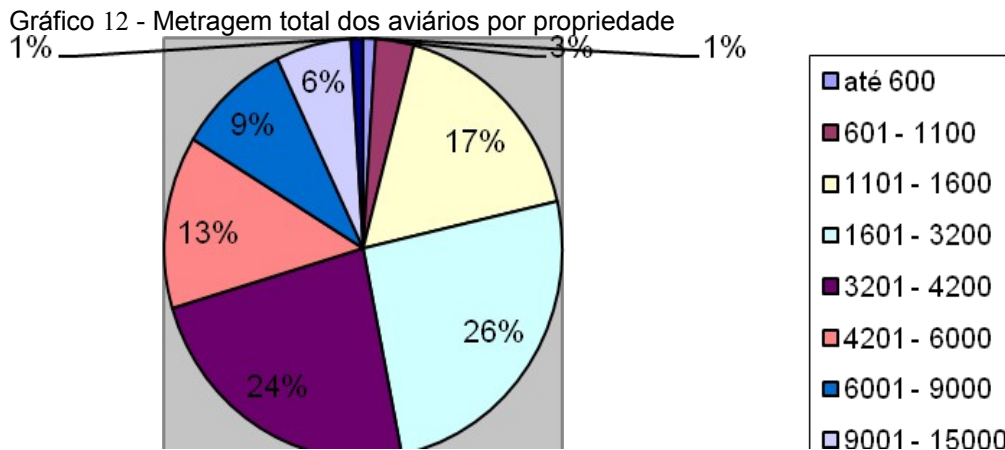
De acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA – a dimensão dos módulos fiscais rurais são variáveis, depende de cada município e região. No caso da região Oeste do Paraná, a média é de 18 hectares.

Sendo assim, 89% dos entrevistados possuem pequena propriedade, 10% média propriedade e apenas 1% possuem grande propriedade. Pode-se dizer que através desta pesquisa que a maioria dos produtores avícolas da área estudada na região oeste paranaense tem pequenas propriedades rurais.

Conforme o Gráfico 11 - O perfil do produtor do Oeste paranaense é observado pela quantidade de aviários na propriedade, 30% dos entrevistados possuem 02 aviários, 28% possuem 03 aviários, e 22% 01 aviário, apenas 20% dos entrevistados possuem 04 ou mais aviários. Desta forma esta questão confirma que



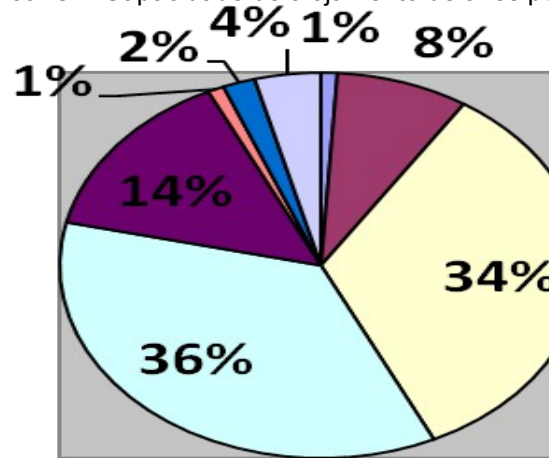
a atividade tem predominância familiar, sendo na sua maioria composta de pequenas propriedades, com pequenos aviários e com limitada capacidade de investimento em tecnologia, criando assim uma distância em relação as agroindústrias, estas por sua vez, tem investido cada vez mais em tecnologia de ponta para a atividade. Alguns produtores relataram essa situação: “não conseguem se modernizar de acordo com as exigências das agroindústrias” ou quando o fazem precisam recorrer a financiamentos.



De acordo com o Gráfico 12 - A metragem total dos aviários, a questão aborda em metros quadrados, sendo somados caso tenha mais que um aviário localizado na propriedade. A maior parte dos entrevistados responderam ter como metragem área de 1601 a 3200 m², sendo 26% dos respondentes, 24% dos entrevistados possuem área de 3201 a 4200 m², em seguida 17% dos entrevistados com área de 1101 a 1600 m². Vale ressaltar que a maioria dos aviários possuem metragem de 10m por 120m.



Gráfico 13 - Capacidade de alojamento de aves por lote



Até 12000
115001 - 30000
12001 - 15000
30001 - 60000

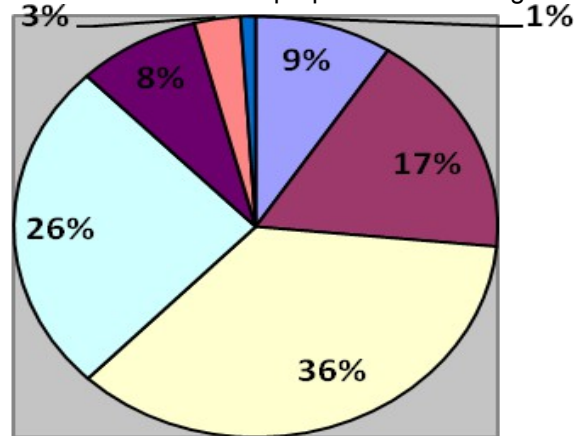
Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

Quanto à capacidade de alojamento total por lote, conforme demonstra o Gráfico 13 - a maioria dos entrevistados 36% responderam ter em sua propriedade a produção de 30001 a 60000 aves por lote. Em seguida 34% dos entrevistados responderam que a capacidade de alojamento por lote é de 15001 a 30000 aves. Após, com 14% das respostas, a capacidade de alojamento em média é de 60001 a 90000 aves por lote. Já 8% dos entrevistados, conseguem alojar 90001 a 120000 aves por lote. Para 4% dos produtores tem capacidade maior que 150001 aves por lote.

Traçando um perfil da região estudada, cada aviário aloja em média 15000 frangos por lote, conforme as questões anteriores onde perguntava o número de aviários somados, os entrevistados que responderam possuir 02 aviários e 03 aviários totalizam quase 60%. Sendo assim, o produtor que possui 02 ou 03 aviários tem capacidade de alojamento de 30000 a 45000 aves por lote.



Gráfico 14 - Distância entre a propriedade e a integradora (Km)



até 10 Km

de 11 a 20 km

de 21 a 50 Km

de 51 a 100 Km

de 101 a 200 Km

de 201 a 300 Km

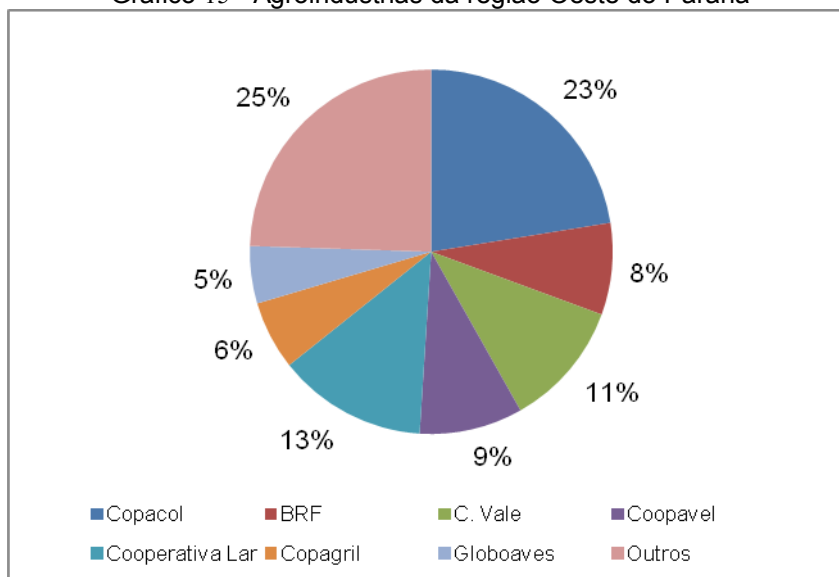
mais que 300 Km

Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

Conforme o Gráfico 14 - A proximidade entre os produtores e as integradoras está presente na região Oeste e confirma o perfil dos produtores. Do total, 36% mantém parceria com as integradoras com distância entre 21 a 50 km, outros 26% estão de 51 a 100 km da integradora, 17% de 11 a 21km. Dos entrevistados, 9% responderam que estão até 10km da agroindústria. Já 8% deles estão de 101 a 200 km de distância. Para 3% a distância é de 201 a 300 km. Apenas 1% dos produtores estão há mais de 300 km de distância, como anteriormente mencionado o fator distância influencia também nos resultados repassados aos produtores e quando os custos são de responsabilidade das agroindústrias.



Gráfico 15 - Agroindústrias da região Oeste do Paraná



Fonte: Resultado da pesquisa de campo (2016).

A pesquisa teve como propósito entrevistar produtores vinculados a todas as integradoras presentes na região Oeste, para tal feito foi necessário criar uma proporção de acordo com o número de produtores cadastrados em cada agroindústria conforme abordado no Gráfico 15. A opção “outras integradoras” localizadas próximas a região Oeste que possuem produtores instalados na região, apresentou 25% das respostas, destas foram citados a JBS da cidade de Maringá, a Averama na cidade de Umuarama, Aurora em Mandaguari, Frango Bello na cidade de Itaquiraí – MS e Canção (GT Foods) cidade de Maringá.

Em seguida a integradora que teve maior número de entrevistados foi a Copacol, localizada na cidade de Cafelândia, que correspondeu a 23% dos entrevistados. Posteriormente, representando 13% dos produtores Cooperativa Lar, da cidade de Medianeira. Logo após 11% dos entrevistados a Cooperativa C.Vale, da cidade de Palotina e região. Em seguida, os produtores da Coopavel localizados em Cascavel e entorno corresponderam a 9% dos entrevistados. Subsequentemente, BR Foods da cidade de Toledo e distritos próximos com 8%. Em seguida, Copagril da cidade de Marechal Cândido Rondon e região com 6%. Por fim, os produtores da Globoaves da cidade de Cascavel e região com 5% dos entrevistados.



4. CONCLUSÕES DO ESTUDO

Com relação ao perfil socioeconômico do produtor avícola da região Oeste do Paraná nota-se que 31% dos entrevistados possuem de 41 a 50 anos de idade e 28% de 51 a 60 anos de idade.

A atividade foi iniciada por 72% dos produtores, dos quais 58% do total não possuem mão de obra terceirizada na propriedade, sendo o trabalho realizado pela família. Dos 42% que possuem mão de obra terceirizada, 65% contam com dois a quatro funcionários.

Quanto ao grau de escolaridade, 49% dos entrevistados possuem escolaridade do 2º grau completo a pós graduação e apenas 1% não possui escolaridade, notou-se que o grau de instrução dos entrevistados é acima da média da população, tanto da população rural quanto urbana, de acordo com os dados do IBGE.

Continuando a abordagem do perfil do produtor da região oeste paranaense 64% dos produtores possuem a propriedade com o tamanho de até 25 hectares e 15% de 26 a 50 hectares, somados correspondem a 79% do total o que caracteriza como pequena propriedade. Lembrando que conforme o INCRA pequena propriedade é caracterizado por até quatro módulos fiscais, sendo assim pode-se inferir que a maioria dos entrevistados são pequenos produtores.

Em relação a quantidade de aviários, predomina na região propriedades com poucos aviários: 30% possuem dois, 28% possuem três e 22% um aviário. Confirma-se através do estudo que 80% do total dos entrevistados são pequenos produtores com número pequeno de granjas.

Dos dados observa-se ainda que a metragem total dos aviários varia de 1101 a 4200 m². Sendo: 26% com metragem de 1601 a 3200 m², 24% de 3201 a 4200 m², 17% de 1101 a 1600 m², totalizando, portanto 67% dos entrevistados com pequenos aviários.

Outra questão que complementa o perfil do pequeno produtor é em relação ao alojamento de aves, 78% dos entrevistados possuem capacidade para alojar até 60.000 aves por lote.

Quanto a criação de outros animais na propriedade 63% dos produtores não possuem. Já em relação a outra atividade 55% dos produtores responderam que sim. Destes que possuem outra atividade 46% plantam soja e 45% milho.

Em relação à distância 88% dos entrevistados estão localizados até 100 km de distância da integradora a qual possuem parceria.

Diante dos dados a teoria estudada neste trabalho veio a somar os dados coletados na pesquisa e assim responder aos anseios e objetivos traçados.

A pesquisa evidenciou ainda que mesmo os produtores sendo pequenos possuem poder de escolha entre as agroindústrias e a distância não é o principal fator de escolha e ainda são disputados entre as integradoras.



REFERÊNCIAS

ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/> Acesso em: 08/10/2016.

BELUSSO, D. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná. 2010.** 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2010.

CAMPOLIN, Adalzig Inês. **Educação Rural: Um debate necessário.** ADM – Artigo de divulgação na mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá – MS, n 87, p.1-3, 2005.

CIELO, Ivanete Daga. **O Sistema de integração da avicultura de corte na mesorregião oeste paranaense:** uma análise sob a ótica da Nova Economia Institucional. Tese Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo, 2015.

COSTA, Luciano de Souza; GARCIA, Luis Alberto Ferreira; BRENE, Paulo R.A. **Panorama do setor de frango de corte no Brasil e a participação da indústria avícola paranaense no complexo dado seu alto grau de competitividade.** IV SINGEP – Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade. São Paulo, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410480>. Acesso em 16/11/2016.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, Art 4º, Parágrafo II
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm. Acesso em 02/06/2016.

SECEX. Secretaria de comércio exterior. Disponível em:
<http://portal.siscomex.gov.br/legislacao/orgaos/secretaria-de-comercio-externor-secex>. Acesso em 26/08/2016.

Sistema Nacional de cadastro rural. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em 12/06/2016.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>. Acesso em 10/08/2016.

USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Disponível em: <http://www.usda.gov/wps/portal/usda/usdahome>. Acesso em: 28/09/2016.

WILLIANSON. O. **The economic institutions of capitalism.** New York: Free Press, 1985. 450 p.

Recebido em 02/10/2017
Aprovado em 19/12/2017



ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTO/BENEFÍCIO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE NEGÓCIO NO BRASIL E NO PARAGUAI

COMPARATIVE COST/BENEFIT ANALYSIS OF BUSINESS OPERACIONALIZATION IN BRASIL AND IN PARAGUAY

Isabella Costa Trentini*

RESUMO

O presente estudo avalia a possibilidade da operacionalização de uma fábrica de forminhas de papel, analisando duas opções de operação, uma completamente no Brasil, e outra com produção no Paraguai e distribuição no Brasil, tendo como principal quesito de avaliação o custo/benefício em todos os níveis de operação, permitindo visualizar qual das opções trará maior rentabilidade e lucratividade ao projeto. Os objetivos deste estudo são avaliar os custos/benefícios de cada uma das propostas de logísticas aqui expostas, e identificar qual é a melhor opção de execução entre elas. A avaliação é feita através de levantamento de dados, em grande maioria mensuráveis, e alguns parcialmente subjetivos que possuem valores e custos a serem avaliados e estudados. Após obtenção dos dados, eles são comparados e avaliados dentro do contexto geral a fim de obter a opção com o melhor custo/benefício. No desenvolver do estudo ambas as opções apresentaram diversas vantagens e desvantagens competitivas, as quais foram individualmente avaliadas e em seguida analisadas como uma operação completa a fim de se chegar a melhor proposta de solução. Ao final do estudo a conclusão chegada foi que a operação de melhor custo/benefícios é aquela que mescla as duas opções, obtendo-se as matérias-primas no Brasil, enviando-as para o Paraguai para sua industrialização e então retornando-as ao Brasil para a venda, desta forma obtém-se o menor custo total e possibilita a expansão dos negócios da organização.

Palavras-chave: custo/benefício, logística, produção.

ABSTRACT

This paper studies the possibility of operationalization of a factory of paper pans, analyzing between two options of operations, one completely in Brazil, and one with the production in Paraguay and distribution in Brazil, having as the main aspect of analyses the cost/benefit in all levels of operation, allowing to be seen which of the options will bring greater rentability and profitability to the project. The objectives of this study are to evaluate the costs/benefits of each of the logistic options here presented, and identify which is the best execution option between them. The evaluation is conducted through data collection, most of them quantifiable, and some subjective that have values and costs to be assessed and studied. After the data collection is done, they are to be compared and assessed within general environment in order to obtain the option with best cost/benefit. In the course of the study both the options presented many competitive pros and cons, which were individual evaluated and after evaluated as a whole with the objective of obtaining the best solution proposition. In the end of this study the outcome was that the operation with best cost/benefit is the one that unite both options, purchasing the raw materials in Brazil, exporting it to Paraguay and returning them as final products to be sold, this way it possible to obtain the lower cost and have the possibility of business expansion.

Keywords: cost/benefit, logistics, production.

* Graduada em Administração pela Faculdade Integrada das Cataratas. E-mail: isabella.c.trentini@gmail.com.



1. INTRODUÇÃO

Este tema foi escolhido por sua importância e aplicação real ao estudar a operacionalização de um novo negócio, sempre tendo como objetivo a maior rentabilidade do negócio proposto.

O Brasil enfrenta um período de grande recessão nos últimos anos somando a burocrática legislação e a cara tributação que possui, muitas empresas vem optando por passar suas operações a países vizinhos que possuem um custo menor, estão em desenvolvimento e oferecem incentivos governamentais para a industrialização.

Este é o caso do Paraguai, que possui custo de mão-de-obra menor, com apenas 16,50% de oneração sobre a folha de pagamento para a empresa, com impostos sobre lucro e sobre vendas de apenas 10% (TRADING ECONOMICS, 2017), incentivo à exportação com isenção de impostos e projetos tais como a maquila¹ (FRETES, 2017).

O presente estudo busca responder o questionamento: Qual operação logística apresenta melhor custo/benefício, dentro das opções analisadas, para a implementação e operacionalização de uma fábrica de forminhas de papel, as quais têm como principal mercado de venda o Brasil?

E tem os seguintes objetivos:

- a. Analisar e abordar individualmente, os custos específicos gerados para iniciar e manter as operações, dentro das opções propostas.
- b. Analisar dentro dos custos listados e estudados se existe custos com valores finais iguais para as duas opções, para estes serem eliminados por não afetarem o resultado final, e separar para análise aqueles que possuem custos diferentes em cada uma das opções.
- c. Analisar cada custo que possui diferença de valores, em cada uma das opções propostas, percebendo através de pesquisa e cálculos, qual será o valor de cada um dos procedimentos logísticos e financeiros necessários, e a diferença entre as opções.
- d. Fazer uma avaliação geral, listando com especificidade quais os valores necessários para operacionalização final de cada opção, detalhando o que é necessário para tal, e seus custos específicos. Comparando, por fim, a rentabilidade das opções, benefícios presentes e potenciais futuros na análise da escolha.

Para isso avalia-se comparativamente as opções de funcionamento, sendo elas a operacionalização completa no Brasil, ou a produção no Paraguai com um distribuidor no Brasil. Para a análise das opções e dos resultados, e também para a conclusão do questionamento, o principal aspecto a ser analisado é a questão de custos/benefícios em todos os níveis de operação, permitindo visualizar qual das opções trará maior rentabilidade e lucratividade ao projeto.

¹ O regime de maquila é um benefício tributário que reduz grandemente a taxa de impostos para empresas que importam materiais para industrialização parcial ou total de produtos cujo destino é a exportação.



Para alcançar uma melhor percepção dos custos de operacionalização do projeto e analisar as opções para menor custo de oportunidade, serão utilizados métodos como, análise dos dados referentes a custo de produção, logísticas diversas, avaliação da utilização de benefícios contábeis e fiscais, para uma melhor visão de todo o processo, pois como dizem os autores “os gerentes monitoram o custo dos processos para que os mesmos estejam sob controle e que a empresa use eficientemente os recursos” (ATKINSON, BANKER, *et al.*, 2000, p. 125).

Este estudo servirá de ferramenta a todos os empreendedores, por propor modelos de análises que podem ser utilizados para diversos planos de negócio, projetando diferentes tipos de operacionalização que podem ser aplicados em diversos negócios, inclusive aqueles já em andamento, sendo estudado através de extensas fontes, tais como livros, análises, pesquisas e *know-how* gerencial e acadêmico dos participantes deste estudo.

A metodologia escolhida para este estudo, e como ela será aplicada será definida a seguir para que a leitura e o entendimento do tema se façam da melhor forma, pois a leitura “... serve como meio eficaz de aprofundamento dos estudos e aquisição de cultura geral.” (MARCONI e LAKATOS, 2007, p. 15).

Iremos tratar a metodologia em quatro classificações das pesquisas na área de administração, sendo elas, sua natureza, sua forma, seus objetivos e o procedimento.

Quanto a natureza uma pesquisa aplicada, traz uma solução para um problema real, em uma empresa específica, que de fato será aplicada diretamente na situação tratada e então observada, ou seja, “...as observações são feitas no ambiente real, registrando-se os dados à medida que forem ocorrendo...” (LAKATOS e MARCONI, 1991, p. 195), podendo ser utilizada também em outras empresas em situações semelhantes.

No caso aqui descrito será analisado custo/benefício de duas operações, sendo uma a industrialização no Paraguai com distribuição no Brasil e a outra a produção e distribuição diretamente pelo Brasil, utilizando os métodos de estudo aqui abordados e aplicando-os, pode-se realizar diversas outras aplicações em diferentes ramos e negócios os quais poderão se aproveitar do conhecimento contido no desenvolver deste trabalho.

Quanto à forma, os dados serão abordados de forma quantitativa e qualitativa, por avaliar diversos dados com valores exatos para serem comparados e avaliados através de quadro comparativo, o que caracteriza como quantitativo, porém ao avaliar as questões de benefícios mais subjetivos, tais como burocracia, facilidade de mão-de-obra qualificada, entre outros, enquadra-se também como qualitativo por propor-se a definir qual dentre as opções é a melhor.

A avaliação de forma qualitativa e quantitativa se deve ao fato de que é completa e envolvida com o dia-a-dia empresarial e seus componentes, não de forma puramente sentimental, mas no nível de avaliação da relevância e da significação do problema estudado para o próprio pesquisador. (SEVERINO, 2000)

Para melhor avaliação dos dados será utilizado como principal ferramenta de organização e comparação de informações uma tabela, conforme a



tabela exposta no Apêndice deste trabalho, na qual serão expostos todos os custos e métodos de avaliação, sejam eles quantitativos ou qualitativos, tudo isso visando a melhor abordagem do dados e facilidade de compreensão para o acompanhamento do estudo aqui apresentado.

Quanto ao objetivo, é uma pesquisa exploratória pois avalia uma situação existente, tornando-a mais familiar e construindo hipóteses de solução dentro da situação estudada, tendo como procedimento a pesquisa bibliográfica ou o estudo de caso.

Neste trabalho o procedimento usado é o de estudo de caso. Por ser exploratória existem algumas necessidades que devem ser cumpridas: "...pressupõem que o investigador tenha um conhecimento aprofundado a respeito dos fenômenos e problemas que está estudando." (KÖCHE, 2009, p. 126)

A empresa já é operante e será avaliada dentro das possibilidades de operação aqui expostos com o intuito de desenvolver conhecimento e aplicação prática, sempre visando a maior rentabilidade dos negócios.

Quanto ao procedimento, o utilizado neste estudo como citado acima é o Estudo de Caso, por se tratar do estudo profundo e exaustivo de um problema, que permite que seja ampla e profundamente detalhado, com o propósito de se obter conhecimento e desenvolver uma solução.

Por tratar-se de uma empresa existente e um projeto já em andamento que será avaliado é possível a obtenção de dados que causem impacto nas mudanças de decisões, como exposto a seguir:

No método do estudo de caso, leva-se em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo do assunto investigado. Todos os aspectos do caso são investigados. Quando o estudo é intensivo, podem até aparecer relações que, de outra forma, não seriam descobertas. (FACHIN, 2006, p. 45)

Será usada como principal ferramenta de avaliação o quadro comparativo desenvolvido através dos conceitos aqui estudados, com diversos aspectos que devem ser avaliados para a execução deste estudo e o sucesso da solução aqui proposta. O exemplo do quadro desenvolvido se encontra no Apêndice deste estudo.

2. DESENVOLVIMENTO

Os dados foram coletados através de pesquisa de mercado e estudo de caso, serão analisados individualmente e depois como um todo para que se tenha um entendimento mais profundo de cada critério e do resultado da análise de dados como um todo, ao visualizar o quadro geral para realizar estudo de soluções.

Foram escolhidos para este estudo treze critérios baseados principalmente nos conceitos propostos pelos autores Dutra (2010), Lins e Silva (2005) e Leone (2008).



Para a comparação será considerando cada critério sendo realizado completamente no Brasil e completamente no Paraguai, para após isso confrontar os resultados encontrados em cada uma das hipóteses.

Após serem analisados os dados obtidos será descrito qual das opções possuem vantagem naquele critério, ou seja, para executar o que está sendo avaliado qual país possui o melhor custo/benefício, ao findar da análise individual será efetuada uma análise de todos os critérios de forma conjunta, para uma visão geral da operação estudada.

2.1. CRITÉRIO 1

O primeiro critério que será avaliado é o custo do papel, que foi impresso das cores necessárias para a produção da forminha e já estão cortadas utilizando as facas com o formato ideal para a obtenção do produto final desejado.

Tabela 1 - Critério 1

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Custo do papel já cortadas (por folha)	<i>Custo cotado na gráfica é de R\$ 0,57 por folha já pronta para a produção</i>	<i>Custo cotado na gráfica é de R\$ 0,41 por folha já pronta para a produção</i>	Opção 2

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Analisando os dados fornecidos pela tabela podemos perceber que a diferença de custo do mesmo material já processado no Brasil e no Paraguai é 18 centavos, o que significa um custo 28% menor comprando o papel e fazendo os processos necessários para esta matéria-prima no Brasil.

Isto se faz verdade devido a alguns fatos, o primeiro é de que o papel no Paraguai é importado e no Brasil é de produção nacional, além disso, apesar de vários custos serem menores no Paraguai, o fato de ter maior demanda proporcional a quantidade de lugares que ofertam os serviços no Paraguai faz com que o preço aumente baseado na lei da oferta e demanda, que diz que quando há excesso de demanda "...os consumidores não são capazes de comprar tudo o que desejam ao preço praticado." (MANKIW, 2017)

Portanto neste critério e no momento em que este estudo foi realizado, a vantagem de custo é encontrada no Brasil, e se apresenta como uma vantagem considerável para esta opção.



2.2. CRITÉRIO 2

O segundo critério avaliado é o custo da embalagem onde serão adequados os produtos para venda no ponto de venda, com base no mesmo projeto estes foram orçados e negociados o custo final, já entregue, sem a inclusão da mão-de-obra necessária para a montagem da caixa ou acomodação dos produtos fabricados.

Tabela 2 - Critério 2

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Custo da embalagem (R\$/pacote)	<i>Custo cotado na gráfica é de R\$ 0,489 por folha já pronta para a produção</i>	<i>Custo cotado na gráfica é de R\$ 0,487 por embalagem desmontada</i>	<i>Opção 2</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Podemos verificar através dos dados coletados que existe uma pequena vantagem de preço quando a embalagem é fabricada no Brasil, e isso pode ser impactante quando se produz grandes quantidades.

Porém esta diferença poderia ser desconsiderada se não fosse pelos seguintes pontos: primeiramente, no Paraguai, por ter demandas altas em gráficas com qualidade de serviço, as mesmas exigem prazo maior para entrega dos pedidos e isto, para uma produção, é prejudicial; em segundo lugar, existe ainda a possibilidade de redução do preço cotado no Brasil, por existirem benefícios fiscais a serem explorados, inclusive dentro da possibilidade de exportação da matéria-prima.

Observando desta forma a vantagem nesse quesito é do Brasil pela pequena diferença de preço, mas mais importante, pela agilidade em questão de prazos e potencial de redução de custos dentro do sistema fiscal brasileiro.

2.3. CRITÉRIO 3

O terceiro critério avalia o custo de embalagem novamente, mas agora relativo a embalagem para transporte para ponto de venda e transporte aduaneiro no caso de exportação. Esse é um critério importante por se tratar de algo que garante a integridade do produto até a chegada do ponto de venda.



Havendo problemas com esta embalagem o produto não será aceito, e terá custos de devolução e até perda por questão de danificação do produto durante o transporte.

Tabela 3 - Critério 3

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Custo da embalagem para transporte (R\$/caixa)	<i>Custo cotado na fábrica é de R\$ 1,88 por caixa, já incluso o custo de entrega</i>	<i>Custo cotado na fábrica é de R\$ 1,94 por caixa, já incluso o custo de entrega</i>	<i>Opção 1</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Como observado no exposto acima, a vantagem neste quesito é da fábrica no Paraguai, com exatamente a mesma qualidade de material o preço ainda assim se mostra inferior.

Haviam produtos de custo menor, porém com menor durabilidade e resistência, portanto foi escolhida uma fábrica que importa sua matéria-prima do Brasil e apenas industrializa no Paraguai, gerando assim um produto final de melhor qualidade, e ainda assim devido a diferença de impostos e custos de pessoal, o preço oferecido pela fábrica foi aproximadamente 3% menor do que o obtido no Brasil.

Portanto a vantagem deste critério é do Paraguai, por obter menores custos finais, porém ainda há a possibilidade de adquirir conhecimento de outros fornecedores de caixas de papelão no Paraguai, que tenham a qualidade desejada e um preço ainda mais competitivo, porém não é o mesmo caso para o Brasil, pois a empresa já fez suas cotações levando em conta seu tempo de mercado e parceria desenvolvida para atingir o valor apresentado.

2.4. CRITÉRIO 4

O próximo critério é muito importante por se tratar de um produto que depende muito mais de pessoas do que máquinas, possuindo baixo custo de investimento em máquinas, porém necessitando da mão-de-obra básica para a execução do produto, se tornando assim um dos principais custos a serem considerados na formação de preço.



O custo da mão-de-obra é um critério de avaliação que considera o custo de cada pessoa que irá se fazer necessária para a produção, sem as quais é impossível a produção.

Tabela 4 - Critério 4

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Custo de mão-de-obra direta (h)	<i>Custo de R\$8,98 por hora</i>	<i>Custo de R\$11,08 por hora</i>	<i>Opção 1</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Através do quadro que teve seus dados coletados no mercado de trabalho, podemos analisar e chegar à conclusão de que o custo do mesmo funcionário trabalhando o mesmo período de tempo é aproximadamente 23,4% maior no Brasil em comparação ao Paraguai, o que é uma diferença extremamente significativa para um item tão essencial no processo de produção deste item.

Mas além desta diferença, há outros pontos não tão evidentes que fortalecem a vantagem da Opção 1:

O primeiro é que estes custos foram considerados apenas o horário normal de trabalho, sem considerar horas extras, adicionais noturnos ou qualquer outro tipo de cobrança que possa incidir sobre o trabalhador. Se houver a necessidade de fazerem horas extras, ou turnos mais longos, trabalhar de noite para que a entrega ocorra em tempo hábil de algum pedido especial, ou até o aumento de número de turnos, o custo no Brasil se torna ainda mais expressivo e extremamente burocrático, devido a horários noturnos com valores extras de salário e encargos, adicionais de insalubridade e periculosidade, horário remunerado de descanso, entre diversos outros acréscimos e onerações para este tipo de operacionalização no Brasil.

Além disso, o Paraguai possui leis e regras trabalhistas mais flexíveis podendo ser acordado um método de trabalho entre patrão e empregado que não seja tão oneroso e que seja benéfico aos dois, não limitando o acordo, como no Brasil, àquilo que está obrigado na CLT, sem possibilitar a escolha de abrir mão destes padrões, podendo ser negociados horários mais flexíveis e facilitando grandemente o método de remuneração por meritocracia.

Também no Paraguai há a possibilidade de trabalho terceirizado, com custo de remuneração completamente variável, sendo assim o custo pago pela mão-de-obra é diretamente proporcional a produção feita pelo indivíduo; que pode trabalhar



com dias fixos e horários fixos ou não, de sua casa, ou em um lugar designado pelo contratante, a noite, de dia, somente para um contratante ou para vários, sem que haja implicação de custos trabalhistas ou possibilidade de processos legais que trarão custos desnecessários e não planejados a empresa.

Desta forma, mesmo remunerando acima da média do mercado pela produção estabelecida como padrão, beneficiando assim ao trabalhador, o custo se torna bem menor, e também possibilita maior desenvolvimento pessoal, por seu ganho ser vinculado a produção, sendo assim quem trabalha de forma mais eficiente e eficaz, ganhará mais.

Sendo assim, analisando tanto os pontos objetivos quanto os subjetivos deste critério a vantagem é claramente o trabalho no Paraguai, que permite o melhor desenvolvimento da empresa e de todos que trabalharem neste projeto, e obtendo o menor custo ao mesmo tempo.

2.5. CRITÉRIO 5

O critério que será analisado em seguida é o custo da energia elétrica nos dois países, por se tratar de uma indústria que possui o uso de máquinas e que tende a aumentar isso com o passar do tempo, o custo de energia é um critério que se torna cada vez mais importante na formação de custos do produto e, portanto, na presente avaliação.

Tabela 5 - Critério 5

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Custo de Eletricidade (R\$/MWh)	<i>O custo da energia no estado do Paraguai, é de <u>R\$195,30/MWh</u> segundo THE WORLD BANK (2017)</i>	<i>O custo da energia no estado do Paraná é de <u>R\$564,92/MWh</u> segundo FIRJAN (2017)</i>	Opção 1

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Conforme dados coletados através de THE WORLD BANK (2017) e FIRJAN (2017), o custo de energia no Paraguai é aproximadamente 2,9 vezes menor do que no estado do Paraná, onde a empresa se encontra e pretende exercer suas atividades.

É uma diferença gigantesca que afeta grandemente qualquer indústria. Apesar de inicialmente a empresa estudada não ter grande utilização de maquinário e o utilizado ser de pequeno porte, não consumindo muita energia, ainda assim é



algo a ser avaliado por afetar no momento o custo fixo podendo reduzir o ponto de equilíbrio.

Também, quando se leva em conta que a longo prazo as indústrias tendem a se mecanizar, reduzindo assim a mão-de-obra humana e aumentando o custo de hora-máquina este critério se torna cada vez mais importante pois a redução proporcional gerada pelo aumento da utilização da energia em detrimento do custo de mão-de-obra torna o custo efetivo do produto cada vez menor ao longo do tempo e torna esta opção cada vez mais favorável ao Paraguai.

2.6. CRITÉRIO 6

O critério que será analisado em seguida é o custo do aluguel, que é importante pois integra o custo fixo e, portanto, aumentando o ponto de equilíbrio da empresa, que sempre é importante que permaneça o mais baixo possível para que em momentos em que a empresa tenha que se adaptar rapidamente, seja por mudanças no mercado, ou por mudanças e problemas dentro da própria estrutura, ela consiga fazê-lo com o mínimo de prejuízo.

Tabela 6 - Critério 6

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Custo do aluguel (m ²)	³ Local encontrado com custo de R\$7,25 por m ²	⁴ Local encontrado com custo de R\$4,30 por m ²	Opção 2

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Conforme percebido na tabela acima, é visível uma grande diferença entre os custos de locação no Brasil e no Paraguai, sendo no caso do segundo 68% maior do que no primeiro, e isso ocorre devido, principalmente, a desvalorização da moeda brasileira nos últimos anos e a redução dos valores de aluguéis que ocorreram na cidade que a empresa está estabelecida devido a grave crise econômica e política que o Brasil vem sofrendo, que reduziu a demanda.

Como dito anteriormente os pontos que influenciam diretamente no custo fixo afetam diretamente o ponto de equilíbrio da empresa, quando este ponto aumenta isso enrijece a estrutura da empresa e dificulta sua adaptação às mudanças rápidas do mercado.



Portanto neste critério a vantagem é claramente do Brasil, por apresentar custo bem menor que a Opção 1, e, portanto, proporcionar um ponto de equilíbrio potencialmente menor.

2.7. CRITÉRIO 7

O sétimo critério a ser avaliado é o de custos aduaneiros, por se tratar de uma empresa que já atua no mercado internacional e apresenta intenções de desenvolvimento de seus produtos em outros países, que também vê como oportunidade a importação de materiais que não são produzidos no Brasil para serem industrializados e criar produtos diferenciados, além de possibilitar a redução de custos de matéria-prima por considerar um mercado maior com mais concorrência.

Tabela 7 - Critério 7

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Custo aduaneiro	<i>Importação - Cerca de 14% já acrescido todos os impostos, taxas e custos de despachante Exportação - Cerca de 4% do valor da fatura, já incluindo taxas e despachante</i>	<i>Importação - Cerca de 23% de impostos não passíveis de crédito e taxas + cerca de 32,75% de impostos antecipados ao governo em forma de crédito + R\$1350,00 de despachante Exportação - Cerca de 3% de taxas + R\$600,00 de despachante</i>	Opção 1

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Conforme pode ser analisado na tabela acima, vemos que no Paraguai o processo e tarifação é facilitado, com menos taxas e impostos e facilmente compreendido e explorado, enquanto no Brasil o processo aduaneiro é extremamente complexo e oneroso.

No Paraguai ao se tratar de custos de importação, existe o IVA de 10% que é cobrado sobre o valor da mercadoria, as taxas aduaneiras e o custo do despachante, totalizando em geral aproximadamente 14% do valor da mercadoria, com fácil tributação e avaliação.

Quando se trata de exportação, são cobrados apenas pequenas taxas e o custo do despachante, com isso o valor fica em torno de 4% do total da mercadoria e é simplificado em geral o processo.



No caso do Brasil a importação é um processo complexo, possuindo diversas taxações e custos extras, tais como marinha mercante, capatazia², taxa de Siscomex, antidumping, entre outros, dependendo de como se dá a importação, além desta taxa é cobrado também necessariamente os impostos de II, IPI, ICMS, PIS e COFINS, dos quais o II nunca se credita, o IPI e o ICMS são creditado por empresas que tem sua empresa nos regimes tributários do Lucro Real e do Lucro Presumido, e PIS e COFINS são creditados apenas por optantes do Lucro Real, além dos custos de despachantes os quais são cobrados a parte.

Quando a mercadoria é adquirida de um país integrante do MERCOSUL com certificação de origem, a mesma fica isenta do Imposto de Importação, que no caso do produto estudado é de 16%, ou seja, importando com esta certificação o custo final do produto para o importador fica cerca de 16% menor do que importando o mesmo produto de qualquer país que não providencie a mesma certificação.

No caso da exportação o sistema é simplificado, tendo isenção de todos os impostos de saída, havendo pequenas taxas aduaneiras e tendo custo reduzido de despacho devido a sua simplicidade de execução junto à Receita Federal.

Portanto a vantagem neste critério é do Paraguai por sua simplicidade, incentivo ao comercio internacional e custos consideravelmente menores principalmente quando se trata de impostos.

2.8. CRITÉRIO 8

O oitavo critério se trata de uma análise diferente das demais, pois avalia o custo que existirá ao se escolher operacionalizar a produção no Paraguai tendo matérias-primas compradas no Brasil, havendo assim custo de transporte de matéria-prima para o Paraguai.

E é algo que será trazido para verificar a viabilidade desta operação e qual custo existirá, também se o custo/benefício é interessante logisticamente.

Tabela 8 - Critério 8

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Custo de transporte das materias-primas	<i>Não há acréscimo de fretes internacional devido a modelo de flexibilização de exportação vigente, existindo apenas custo de frete nacional</i>	<i>Frete nacional para Foz do Iguaçu</i>	<i>Indiferente</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

² É a taxa cobrada para pagamento de atividades de movimentação de cargas dentro de áreas portuárias, que incluem o recebimento, conferência, manipulação interna da carga, transporte interno, entrega para retirada, entre outros serviços cabíveis.



Podemos notar que da forma que é analisada a situação neste tópico é indiferente a vantagem deste critério, devido a alguns fatos estudados que serão explicados a seguir.

A empresa ao estudar a viabilidade de uma produção através de *outsourcing* foi informada pelo seu despachante da possibilidade de operar através da aduana integradas que existe no MERCOSUL, que permite que utilize para transporte internacional carros particulares devidamente registrados junto à Aduana Integrada, com faturas de no máximo dois mil e quinhentos dólares por vez, efetuando um único Registro de Exportação dos materiais no final de cada período.

Sendo assim e tendo a possibilidade de comprar produtos no Brasil para entrega em Foz do Iguaçu, com suspensão de impostos por se tratar de produtos com destino a exportação, o único frete nesta operação ao Paraguai será o frete nacional da matéria-prima até a cidade em que a organização tem sua sede.

Portanto, como o material será comprado dos mesmos fornecedores e não há acréscimo de frete na Opção 1 apesar de ser uma operação de *outsourcing*, este critério se torna indiferente na avaliação geral para determinação de melhor opção logística.

2.9. CRITÉRIO 9

O próximo critério a ser analisado é o custo do transporte do produto pronto até o local em que será distribuído aos clientes. Este custo deve ser avaliado para que se possa entender qual a diferença total do custo do produto produzido em relação as opções logísticas avaliadas.

Tabela 9 - Critério 9

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Custo de transporte do produto pronto	<i>Custo de travessia de US\$ 500,00</i>	<i>Não há incidência deste custo</i>	<i>Opção 2</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Conforme demonstra a tabela, como o produto inicialmente deve ser distribuído a partir de Foz do Iguaçu, então no caso de ser produzido na mesma localidade não terá custos de transporte do produto pronto, apenas o custo de distribuição ao cliente.



Enquanto isso na opção de produção no Paraguai existe o custo de travessia da mercadoria pronta que é feito através de contratação de empresas transportadoras habilitadas junto à Receita Federal do Brasil para transporte internacional. Possuem custos de quinhentos dólares para entrega em Foz do Iguaçu.

Evidentemente a vantagem neste critério é de se produzir no Brasil devido a inexistência deste custo, e a agilidade, sem a necessidade de passar por controle alfandegário que pode ser afetado por greves, atrasos, investigações do produto, entre outros aspectos incontroláveis que o comércio internacional acrescentam.

2.10. CRITÉRIO 10

O décimo critério avaliado neste estudo é o de impostos pagos para venda interna. Este ponto será avaliado principalmente como algo subjetivo, não simplesmente comparando o custo monetário, mas avaliando também o custo de oportunidade desta decisão.

Tabela 10 - Critério 10

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Impostos a serem pagos na venda interna	<i>Para vendas dentro do país é taxado 10% sobre o valor da mercadoria; nenhum imposto é cobrado na exportação</i>	<i>Para a venda é cobrado aproximadamente 42,25% de impostos</i>	Opção 1

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Podemos notar a clara diferença dos custos dos impostos quando são vendidos produtos no mercado interno de cada um dos países analisados como opções de operação.

No Brasil, uma empresa que seja optante por regime tributário segundo Lucro Real pagará 42,25%³ em impostos para o produto estudado, sendo eles, com exceção do IPI, cobrados com cálculo circular, ou seja, o próprio imposto já está incluído em sua base de cálculo, gerando um ônus bem maior do que a alíquota que já é alta.

Mesmo que a empresa opte por ter seu regime tributário através do Lucro Presumido, ainda pagará 36,6% nos mesmos termos, em que apenas o IPI será

³ Os cálculos realizados são para produtos classificados através da Nomenclatura Comum do Mercosul como 4819.50.00 e para vendidos a consumidores finais a fim de simplificação de cálculo.



tributado diretamente sobre o valor e o restante dos impostos entrarão em sua própria base de cálculo, porém não havendo o crédito dos impostos PIS e COFINS na importação dos matérias-primas, se houver materiais importados.

No Paraguai a venda do produto acarretaria apenas 10% de impostos sobre o preço do produto, simplificando e onerando menos ao consumidor.

Levando em consideração que a empresa já possui o *know-how* de importação e seu mercado estabelecido no Brasil, permanecerá o mesmo nas duas opções ou até com custos levemente superior para produção no Paraguai. Porém ao se avaliar o custo de oportunidade de não explorar o mercado do Paraguai, um país que vem crescendo e se desenvolvendo grandemente na América do Sul, que tem mais facilidade de comércio com outros países da América Latina, e visão de crescimento e desenvolvimento, isto passa a ser um critério a ser avaliado.

O mercado brasileiro já é amplamente explorado pela Companhia X, que vende para todos os estados da federação, através de diversos representantes, porém o mercado paraguaio ainda é pouco explorado devido a dificuldades de encontrar clientes importadores para a distribuição. Se a empresa optar por ter sua fábrica neste país existiria uma facilitação da entrada do produto no mercado paraguaio expandindo a o alcance de seus produtos, sem perder sua atuação no Brasil por possuir empresa que poderá fazer a distribuição dos produtos fabricados.

Avaliando desta forma, o Paraguai é um mercado a ser explorado com menores custos para a venda ao cliente e maior chance de aceitação do produto por ser produzido no país e sendo distribuído diretamente pela fábrica, e encontra-se em vantagem neste critério.

2.11. CRITÉRIO 11

O critério seguinte é correlato ao critério anterior, por se tratar de outro ponto a ser avaliado através da opção de operacionalização de mercado no Paraguai através de uma fábrica estabelecida no país citado.

Portanto além dos impostos pagos na saída, outro ponto que deve ser avaliado para que se invista em *outsourcing* é o imposto que será cobrado sobre os lucros do país em que se pretende operar, para entender qual é a melhor maneira de tributar e quanto este país irá requerer da renda obtida nas operações.

Como podemos analisar acima, no Paraguai será tributado 10% sobre o lucro que a empresa obtiver, já decrescido quaisquer custos e despesas por ela gerado.

Em comparação, no Brasil as taxas de impostos cobrados sobre o lucro para optantes pelo Lucro Real, são de 24% de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para empresas com lucros mensais abaixo de R\$ 20.000,00 e 34%, sobre a mesma base, para empresas com lucros mensais acima deste valor.



Tabela 11 - Critério 11

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Impostos a serem pagos sobre a renda	São cobrados 10% sobre o Lucro Líquido da empresa	24% de IRPJ+CSLL para lucros abaixo de R\$ 20.000,00 por mês, e acima disso as taxas são de 34% de IRPJ+CSLL	Opção 1

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Um optante pelo Lucro Presumido irá recolher 27% de IRPJ + CSLL sobre o lucro presumido de 8%, tendo como base de cálculo a Receita Bruta menos as Vendas canceladas menos os Descontos incondicionais concedidos menos o IPI incidente sobre venda menos o ICMS devido por Substituição Tributária, havendo ainda a consideração de que se esta base de cálculo for maior do que R\$ 20.000,00 mensais, será acrescido 10% a alíquota de IRPJ, totalizando uma alíquota total de 37%.

Sendo assim pode-se notar que a obtenção de lucros é muito mais vantajosa quando é feita no Paraguai, e assim, havendo a possibilidade de aumento de renda através da distribuição no Paraguai que é um ponto a ser considerado. A Opção 1 possui vantagem neste critério.

2.12. CRITÉRIO 12

O critério a seguir é completamente subjetivo, porém de muita importância para quaisquer negócios a serem feitos, a burocratização de um país pode atrasar processos e trazer prejuízos quando se trata de produtos e serviços, é um ponto que merece atenção ao ser avaliado.

Para auxiliar na compreensão desta análise será utilizado o estudo do *World Bank* (2017), de classificação das economias pelo grau de facilidade de se fazer negócios, além da experiência de mercado da empresa estudada.

Conforme visto através dos dados coletados, apesar do Paraguai ainda estar demoroso em relação a automação de informações, dificultando alguns processos por não haver um sistema integrado e depender principalmente de papeis para transitar a informação, ainda assim é um país menos burocrático em geral, com estruturas mais flexíveis que facilitam as operações e o trabalho de uma organização.



Tabela 12 - Critério 12

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Nível de burocratização de processos	<i>O Paraguai apesar de ter algumas complicações nos processos pela falta de sistemas tecnológicos integrados é simples e rápido nas tramitações em geral, sendo flexível e incentivando o trabalho</i>	<i>O Brasil apesar de ser bem informatizado e ter acesso de sistemas, ainda é extremamente burocrático complicando a maioria das medidas comerciais, principalmente tratando-se de medidas de meritocracia e flexibilidade em todas as áreas de trabalho</i>	Opção 1

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

O *World Bank* (2017) usa dez critérios para a avaliação de facilidade de se fazer negócios: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção dos investidores minoritários, pagamento de impostos, comércio internacional, execução de contratos e resolução de insolvências.

Cada um destes aspectos é classificado com notas que vão de 1ª posição, que significa com maior facilidade, até 190ª, que é a de pior facilidade, esses critérios após serem analisados são transformados em uma média, tendo todos os critérios com o mesmo peso, e esse número é a classificação do país nesta escala. O Paraguai, se encontra na posição 106ª, enquanto o Brasil se encontra na 123ª, atrás de diversos países como por exemplo, Argentina, Equador, Irã, Suazilândia.

Dentre os critérios avaliados o Brasil superou o Paraguai em proteção de investidores minoritários, com classificação de 32 contra a de 137 do Paraguai, obtenção de eletricidade, de 47 contra 102, execução de contratos, de 37 contra 74, e resolução de insolvência, de 67 contra 102.

Enquanto isso o Paraguai teve vantagem sobre o Brasil nos quesitos, facilidade para a abertura de empresas, com classificação 143 contra a de 175 do Brasil, obtenção de alvarás de construção, de 56 contra 172, registro de propriedade, de 56 contra 128, pagamento de impostos, de 153 contra 181 e comércio internacional, de 116 contra 149. Os países empatam no quesito obtenção de crédito, ambos com classificação 101.

Alguns aspectos deste vasto estudo do *World Bank* (2017) que são importantes para a compreensão desta análise serão expostos, mas por se tratar de



um estudo extremamente complexo, iremos nos limitar aos fatores mais significativos para o presente trabalho.

Primeiramente vemos que “o tempo gasto para preparar, arquivar e pagar (ou reter) o imposto de renda das empresas, o imposto sobre o valor agregado e as contribuições de previdência social (em horas por ano)” (WORLD BANK, 2017) no Brasil é de 2038 horas, enquanto para os mesmos processos no Paraguai, utiliza-se apenas 378 horas anuais.

No Brasil a duração do procedimento de abertura de novos negócios é de 101 dias e meio, enquanto no Paraguai este período é reduzido para 35 dias. Porém o custo de abertura no Paraguai é proporcional a 39,8% da renda *per capita* da economia, enquanto o mesmo medidor registra uma porcentagem de 4,1 no Brasil (WORLD BANK, 2017), o que dificulta a abertura de novos negócios para moradores do país, mas não necessariamente para pessoas vindo de outros países, devido ao valor da renda *per capita* proporcional ao valor monetário que advém do investidor.

Um aspecto que é de grande importância de ser examinada para este critério é a burocratização da contratação e manutenção da mão-de-obra, por ser algo extremamente essencial neste projeto, a facilitação deste quesito é algo que deve ser avaliada com cuidado.

No Brasil é incrivelmente difícil instaurar uma cultura empresarial baseada na meritocracia, e também é difícil oferecer trabalhos com remuneração variável baseada na produção, por qualquer tipo de trabalho ser facilmente enquadrado a onerosa tributação trabalhista brasileira e suas obrigações.

Enquanto isso no Paraguai a flexibilização do trabalho é fácil e rápida de ser atingida, o que torna benéfica a situação tanto para o empregado quanto para o empregador, que podem trabalhar de forma justa, como acordarem entre si, sem que haja risco de o empresário receber processos jurídicos onerosos e sempre favoráveis ao empregado indiferentemente do que foi acordado entre as partes.

Os trâmites aduaneiros e de venda são muito mais simples, o governo é mais acessível e flexível, não possuindo uma legislação extremamente complexa, com leis que se opõem umas às outras a ponto de se tornar impossível trabalhar sem cometer falhas passíveis de multas, como é a situação em que se encontra o Brasil.

Portanto a vantagem deste critério é da Opção 1, por facilitar o trabalho empresarial e o crescimento e desenvolvimento das empresas ali estabelecidas, principalmente no tocante a legislação trabalhista.

2.13. CRITÉRIO 13

O último critério que será avaliado no presente estudo é outro aspecto subjetivo que deve ser avaliada ao empreender um negócio, e este é a facilidade de obtenção de mão-de-obra qualificada.



Tabela 13 - Critério 13

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Facilidade de obtenção de mão-de-obra qualificada	<i>Há bastante dificuldade de adquirir mão-de-obra qualificada, tendo que normalmente ser importada</i>	<i>Devido a empresa ser localizada em Foz do Iguaçu, também há escassez de mão-de-obra qualificada, sendo necessário trazer de outras cidades</i>	<i>Indiferente</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

O Paraguai, devido a sua história, teve retrocessos na educação que estão se recuperando apenas na última década, e, portanto, a obtenção de mão-de-obra qualificada é difícil, por haver poucas opções de capacitação perto de Cidade do Leste, onde a empresa estuda pretende iniciar suas operações.

Apesar do Brasil possuir um bom nível de mão-de-obra qualificada, as pessoas que se encontram em Foz do Iguaçu, não tem cultura industrial, por se tratar de uma cidade a qual a principal atividade que gera fonte de renda é o turismo, não havendo assim grande incidência de profissionais da área, tendo que ser trazidos de outras cidades para que efetuem seus serviços ou então treinados para capacitação e conhecimento industrial.

Também é um ponto passível de avaliação que as pessoas que se encontram em Foz do Iguaçu, em geral não tem objeções quanto a trabalhar em Cidade do Leste, desde que a remuneração seja adequada.

Portanto podemos considerar este critério indiferente dentro da situação apresentada neste estudo.

2.14. ANÁLISE GERAL

Por fim será analisado o panorama geral, para análise de quais pontos são favoráveis para cada uma das opções, e uma análise mais profunda dos aspectos gerais.

Podemos observar na tabela completa que há dois critérios que podem ser desconsiderados por serem indiferentes, ou seja, gera o mesmo custo independentemente da escolha, estes sendo: a facilidade de obter mão-de-obra qualificada e o custo de transporte de matérias-primas, que indiferente da opção escolhida existirão da mesma forma.



Tabela 14 - Tabela geral de análise

Critério avaliado	Opção 1 - no Paraguai	Opção 2 - No Brasil	Vantagem
Custo do papel já cortadas (por folha)	Custo cotado na gráfica é de ⁴ R\$ 0,57 por folha já pronta para a produção	Custo cotado na gráfica é de R\$ 0,41 por folha já pronta para a produção	Opção 2
Custo da embalagem (R\$/pacote)	Custo cotado na gráfica é de R\$ 0,489 por folha já pronta para a produção	Custo cotado na gráfica é de R\$ 0,487 por embalagem desmontada	Opção 2
Custo da embalagem para transporte (R\$/caixa)	Custo cotado na fábrica é de R\$ 1,88 por caixa, já incluso o custo de entrega	Custo cotado na fábrica é de R\$ 1,94 por caixa, já incluso o custo de entrega	Opção 1
Custo de mão-de-obra direta (h)	Custo de R\$8,98 por hora ⁵	Custo de R\$11,08 por hora ⁶	Opção 1
Custo de Eletricidade (R\$/MWh)	O custo da energia no estado do Paraguai, é de <u>R\$195,30/MWh</u> ⁷ segundo THE WORLD BANK (2017)	O custo da energia no estado do Paraná é de <u>R\$564,92/MWh</u> segundo FIRJAN (2017)	Opção 1
Custo do aluguel (m ²)	⁸ Local encontrado com custo de R\$7,25 por m ²	⁹ Local encontrado com custo de R\$4,30 por m ²	Opção 2

⁴ Taxa de conversão usada é de 1690 PYG para cada Real (data base: setembro de 2017).

⁵ Salário bruto considerado de R\$ 1.119,00 com vale alimentação de R\$ 240 e 44 horas semanais acrescido os encargos.

⁶ Salário bruto considerado de PYG 1.950.000,00 com 44 horas semanais acrescido os encargos.

⁷ Valores convertidos para reais na taxa de R\$ 3,15 por dólar americano (data base: setembro de 2017).

⁸ Depósito de 600 m² encontrado na região do Alto Paraná.

⁹ Barracão de 700 m² encontrado em Foz do Iguaçu.



Custo aduaneiro*	Importação - Cerca de 14% já acrescido todos os impostos, taxas e custos de despachante Exportação - Cerca de 4% do valor da fatura, já incluindo taxas e despachante	Importação - Cerca de 23% de impostos não passíveis de crédito e taxas + cerca de 32,75% de impostos antecipados ao governo em forma de crédito + R\$1350,00 de despachante Exportação - Cerca de 3% de taxas + R\$600,00 de despachante	Opção 1
Custo de transporte das matérias-primas	Não há acréscimo de fretes internacional devido a modelo de flexibilização de exportação vigente, existindo apenas custo de frete nacional	Frete nacional para Foz do Iguaçu	Indiferente
Custo de transporte do produto pronto	Custo de travessia de U\$ 500,00	Não há incidência deste custo	Opção 2
Impostos a serem pagos na venda interna*	Para vendas dentro do país é taxado 10% sobre o valor da mercadoria; nenhum imposto é cobrado na exportação	Para a venda é cobrado aproximadamente 42,25% de impostos	Opção 1
Impostos a serem pagos sobre a renda*	São cobrados 10% sobre o Lucro Líquido da empresa	24% de IRPJ+CSLL para lucros abaixo de R\$ 20.000,00 por mês, e acima disso as taxas são de 34% de IRPJ+CSLL	Opção 1
Nível de burocratização de processos	O Paraguai apesar de ter algumas complicações nos processos pela falta de sistemas tecnológicos integrados é simples e rápido nas tramitações em geral, sendo flexível e incentivando o trabalho	O Brasil apesar de ser bem informatizado e ter acesso de sistemas, ainda é extremamente burocrático complicando a maioria das medidas comerciais, principalmente tratando-se de medidas de meritocracia e flexibilidade em todas as áreas de trabalho	Opção 1
Facilidade de obtenção de mão-de-obra qualificada	Há bastante dificuldade de adquirir mão-de-obra qualificada, tendo que normalmente ser importada	Devido a empresa ser localizada em Foz do Iguaçu, também há escassez de mão-de-obra qualificada, sendo necessário trazer de outras cidades	Indiferente

* Dados obtidos a partir da empresa estudada e legislações vigentes.

Fonte: Elaborado pela autora (2017)



Podemos ver também que a vantagem na maioria dos critérios analisados é da Opção 1, que é no Paraguai, possuindo 7 critérios vantajosos. Estas vantagens se dão principalmente nos aspectos que dizem respeito a impostos, tributos e burocratização, e podemos considerar que isso se dá pelos incentivos de industrialização e crescimento que vem regendo a situação política do Paraguai.

Enquanto isso a Opção 2, ou seja, o Brasil foi vantajoso em 4 critérios de avaliação, destacou-se principalmente em relação a aquisição de matérias-primas por se tratar de um país com maior nível de industrialização e tecnologia que o Paraguai, portanto conseguindo uma redução significativa do custo final da mercadoria em questão.

Também vale expor que estes custos baixos obtidos no Brasil, mesmo que o Paraguai possua um custo muito menor de impostos e custo de mão-de-obra, também foi influenciado pela parceria já existente previamente entre a empresa aqui analisada e seus fornecedores, que ofereceram preços muito mais baixos do que os praticados normalmente no mercado, enquanto os novos fornecedores no Paraguai não tinham nenhum histórico de relacionamento com a empresa estudada, e isto refletiu diretamente no valor de seus orçamentos.

Há também a observação que não há uma vantagem predominante de uma única opção, fazendo assim com que seja considerado como mais vantajoso uma união das forças de cada uma das opções aqui apresentadas, para que se atinja o resultado de melhor rentabilidade à empresa.

Cada uma das opções apresentadas tem suas vantagens e desvantagens, este é o benefício de se operar além das fronteiras do país em que se encontra a sede de uma empresa, pois permite o estudo e aproveitamento das vantagens que cada país oferece, havendo naturalmente custos extras para a execução de logística internacional, porém por existir vantagens monetárias nesse processo em diversos casos é algo que deve ser analisado e estudado, principalmente no mundo globalizado que hoje temos acesso.

3. CONCLUSÃO

Baseado em todas as informações provenientes deste estudo e os dados coletados, propõem-se a seguinte solução para o problema apresentado:

Para melhor custo/benefício desta operação é ideal a utilização dos recursos com menores custos, utilizando-se de um modelo operacional de *outsourcing* que possibilite usufruir o menor custo de cada um dos países, devido à localização da empresa e benefícios ofertados por cada uma das operações.

Sendo assim, sugiro que a empresa que possui sua matriz em Foz do Iguaçu compre a matéria-prima que tiver menos custo no Brasil com destino a exportação, para a isenção de impostos, inclua um pequeno ganho, para não gerar problemas fiscais com a Receita Federal do Brasil por estar revendendo uma mercadoria sem ganho algum que pode ser considerado evasão de divisas, e exporte esse material



para a empresa no Paraguai, usando o método de aduana integrada para praticamente reduzir completamente o custo de transporte.

Após isso, aproveitando-se de baixos custos de mão-de-obra, produzir-se-á o produto no Paraguai, e então será exportado para o Brasil o produto pronto para a distribuição dentro do território brasileiro.

Apesar desta proposta se utilizar de serviços aduaneiros e, portanto, ter custos extras e maior tempo para a realização das operações, a mesma possibilita diversas formas de expansão e melhoria de infraestrutura para aumentos de ganhos futuros.

Desta forma também é possível aproveitar de forma completamente legal os benefícios tributários do Paraguai, utilizando de administração tributária para minimizar os custos da tributação sobre a renda adquirida.

E ainda, há a possibilidade de gerar renda e novos mercados no MERCOSUL com a venda dos produtos na América Latina, mas principalmente no Paraguai que é um país emergente.

Portanto a criação da indústria no Paraguai, com a compra de matéria-prima no Brasil e apenas uma empresa de distribuição no Brasil é, segundo o entendimento desta pesquisa, a melhor opção logística dado o amplo conhecimento que a empresa já possui na área de comércio exterior, e nas possibilidades que podem ser abertas através desta escolha.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. Atual situação econômica do Brasil – Carta do gestor. **Site da Par Mais**, 2017. Disponível em: <<https://www.parmais.com.br/blog/atual-situacao-economica-do-brasil/>>. Acesso em: 04 Agosto 2017.

ATKINSON, A. A. et al. **Contabilidade Gerencial**. 1ª. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2000. 124-200 p.

BALLOU, R. H. **Logística Empresarial: Transportes, Administração de Materiais e Distribuição Física**. 1ª. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1993. 388 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Dados diários. **Site do Banco Central do Brasil**, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/selic/selicdiarios.asp>>. Acesso em: 18 Agosto 2017.

BLOOMBERG BUSINESSWEEK. The Stateless Comporation. **Business Week**, Nova York, p. 98, 14 maio 1990.

BNDES. Guia do financiamento. **Site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, 2017. Disponível em: <http://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa!/ut/p/z1/rVRdb5swFP0te-CR-trmw0yaJkpZs4YoaRK6hJfKEAOeEiDgtNu_n5Omi9omWaWOB5AP1j33nHtsIKAZSir>



-IAuuZF3xpV7PE-f-
hkVBz7MguiYTB_zRLaa9cUyC2EU_dhvgxOMDSvTvyOuHPWslEQs05F8RN6LRIP
QDjO5Qg>. Acesso em: 10 Agosto 2017.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B. **Gestão da cadeia de suprimentos e logística**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CAVES, R. E.; FRNKEL, J. A.; JONES, R. W. **Economia internacional Comércio e Transações Globais**. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 31-40 p.

COLOMBO, S. Com crescimento acima da média, Paraguai vira caso de sucesso na região. **Site da Folha de S. Paulo**, Assunção, 05 Fevereiro 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1855944-com-crescimento-acima-da-media-paraguai-vira-caso-de-sucesso-na-regiao.shtml>>. Acesso em: 18 Agosto 2017.

CONSELHO DO MERCOSUL. **Septuagésimo Sétimo Protocolo Adicional - AAP.CE Nº 18**. Montevideu: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.aladi.org/nsfaladi/textacdos.nsf/f7a2d493807d9e8c032574e100640526/e95fbdf677d71dfd0325780800431dbb?OpenDocument>>.

DUTRA, R. G. **Custos uma Abordagem Prática**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010. 16-60 p.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FIRJAN. Publicações de Economia - Sistema FIRJAN. **Site da FIRJAN**, Fevereiro 2017. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/default-1.htm?IdPublicacaoEditoria=&IdPublicacaoAbrangencia=&IdPublicacaoTema=4028808B4C0F7A40014C111D13F362EA&strConteudo=>>>.

Acesso em: 23 Agosto 2017.
Pesquisas e Estudos Socioeconômicos.

FRETES, A. Maquila made in Paraguay: los costos de “tornarse competitivos” (I). **Site de la Cultura y Participación**, Assunção, 20 Março 2017. Disponível em: <<http://www.cyp.org.py/index.php/analisis/154-maquila-made-in-py>>. Acesso em: 14 Agosto 2017.

IBGE. Indicadores IBGE. **Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**, 2017. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2017_jul.pdf>. Acesso em: 18 Agosto 2017.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 28ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna, Novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997. Disponível em: <[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788537805978/epubcfi/6/4\[;vnd.vst.idref=body002\]!/4/2@0:0](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788537805978/epubcfi/6/4[;vnd.vst.idref=body002]!/4/2@0:0>)>.



- LAKATOS, M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3^a. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1991.
- LÉLIS, E. C. **Gestão da produção**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. 13-16 p. Disponível em:
<<http://fgvrj.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543010113/pages/15>>.
- LEONE, G. S. G. **Custos Planejamento, implantação e controle**. 3^a. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008. 58-80 p.
- LINS, L. S.; SOUSA SILVA, R. N. **Gestão Empresarial com Ênfase em Custos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 3-23 p.
- LUDOVICO, N. **Logística Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2007. 13-148 p.
- MAIA, J. D. M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 16^a. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2014. 398-419 p.
- MALUF, S. N. **Administrando o comércio exterior do Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.
- MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. 3^a. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- MANKIW, N. G. Capítulo 4 - Introdução à Economia. **As forças de mercado da oferta e da demanda**, 2017. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176977/mod_resource/content/3/cap04.pdf>. Acesso em: 24 Agosto 2017.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7^a. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2007.
- MDIC. Regime de Origem do Mercosul. **Site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços**, 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/206-assuntos/categ-comercio-exterior/sgp-sistema-geral-de-preferencias/1805-sgp-regime-de-origem-do-mercosul>>. Acesso em: 14 Setembro 2017.
- MOREIRA, D. A. **Administração da Produção e Operações**. 2^a. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 1-23 p.
- NOVAES, A. G. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- PEINADO, J.; GRAELM, A. R. **Administração de Produção (Operações industriais e de Serviços)**. Curitiba: UnicenP, 2007. 52-54 p. Disponível em:
<<http://www.paulorodrigues.pro.br/arquivos/livro2folhas.pdf>>.
- POZO, H. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais - Uma Abordagem Logística**. 7^a. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012. Disponível em:



<[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597004427/epubcfi/6/18\[;vnd.vst.idref=chapter01\]!/4/374@0:0](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597004427/epubcfi/6/18[;vnd.vst.idref=chapter01]!/4/374@0:0)>. Acesso em: 13 Setembro 2017.

RATTI, B. **Comércio Internacional e Câmbio**. 11^a. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2013.

RECEITA FEDERAL. Introdução - Receita Federal. **Site da Receita Federal do Brasil**, 2014. Disponível em:

<<https://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira/manuais/despacho-de-exportacao/topicos/despacho-a-posteriori/introducao>>. Acesso em: 14 Setembro 2017.

RECEITA FEDERAL. Port. DRF/FOZ N° 183 - 2017. **Site da Receita Federal do Brasil**, 2017. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=85247>>. Acesso em: 2017 Setembro 14.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21^a. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, R. O. D. **Teorias da Administração**. 2^a. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. 291-305 p. Disponível em:

<<http://fgvrj.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788581431857/pages/295>>.

SOSA, R. B. **A Aduana e o Comércio Exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

THE WORLD BANK. Getting Electricity in Paraguay. **Doing Business**, 2017.

Disponível em:

<<http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/paraguay/getting-electricity>>. Acesso em: 23 Agosto 2017.

TRADING ECONOMICS. PARAGUAI - INDICADORES ECONÔMICOS. **Trading Economics**, Nova York, 2017. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/about-te.aspx>>. Acesso em: 14 Agosto 2017.

Recebido em 27/09/2017
Aprovado em 19/12/2017



PREVISÃO DE CUSTOS DE UM CONDOMÍNIO DE APARTAMENTOS UTILIZANDO A METODOLOGIA DE BOX E JENKINS PARA SÉRIES TEMPORAIS

COST FORECASTING OF A CONDOMINIUM OF APARTMENTS USING THE METHODOLOGY OF BOX AND JENKINS FOR TEMPORARY SERIES

Carlos dos Santos*

Resumo

Conhecer bem para onde vai o dinheiro é essencial nos tempos atuais. A maior preocupação dos condôminos é o valor de condomínio, que deixou de apenas assustar para passar a "amedrontar" quem vive nesse tipo de moradia. A previsão desses custos pode auxiliar a reduzir os mesmos. Do exposto, o presente trabalho tem por finalidade realizar a previsão do custeio com energia elétrica, água, folha de pagamento, entre outros, de um condomínio de apartamentos do município de Foz do Iguaçu, para os 12 meses subseqüentes, utilizando o método de Box e Jenkins para a previsão de séries temporais.

Palavras-chave: Box e Jenkins, previsão, séries temporais.

Abstract

Knowing where money is going is essential in today's times. The biggest concern of the condominium owners is the condominium value, which stopped from scaring to start to "frighten" those who live in this type of housing. The forecast of these costs may help to reduce them. From the above, the purpose of this study is to forecast the cost of electric power, water, payroll, among others, of a condominium of apartments in the municipality of Foz do Iguaçu, for the following 12 months, using the Box method and Jenkins for the time series forecast.

Keywords: Box and Jenkins, forecast, time series.

* Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: sancars@bol.com.br



1 Introdução

O controle de custos tem por finalidade o fornecimento de informações que contribuem para auxiliar no setor administrativo e auxilia na lucratividade da empresa de acordo com o seu planejamento adequado. Para que uma empresa tenha um bom desempenho com o controle de custos, precisa-se de uma análise muito rigorosa em todos os setores da empresa, já que o controle de custos não está somente ligado à produção (Martins,2011).

A taxa de condomínio, de apenas mais um item nas despesas mensais, passou a disputar a linha de frente com alimentação, escola e aluguel. E quem são os vilões do condomínio: salários e encargos, serviços públicos, com especial destaque para as contas d'água e conservação de elevadores, etc., (<http://www.controlpred.com.br/nossomanual.pdf>, acessado em 24/02/2017). A previsão desses custos pode auxiliar no controle ou até mesmo na redução dos seus valores. Do exposto, o presente trabalho tem os seguintes objetivos:

- Geral: Estudar e aplicar a metodologia de Box e Jenkins para séries temporais;
- Específico: Realizar a previsão da taxa de condomínio individual, de um conjunto de apartamentos.

1.1 Série temporal

Pode-se dizer que uma série temporal $Z_1, Z_2, Z_3, \dots, Z_t$, é um conjunto de observações ordenadas no tempo (t), e que apresentam dependência serial, ou seja, dependência entre instantes de tempo. A notação $Z_1, Z_2, Z_3, \dots, Z_t$, indica uma série de tamanho T . O instante T geralmente indica o último instante disponível (MORETTIN & TOLOI, 2006). São exemplos de séries temporais:

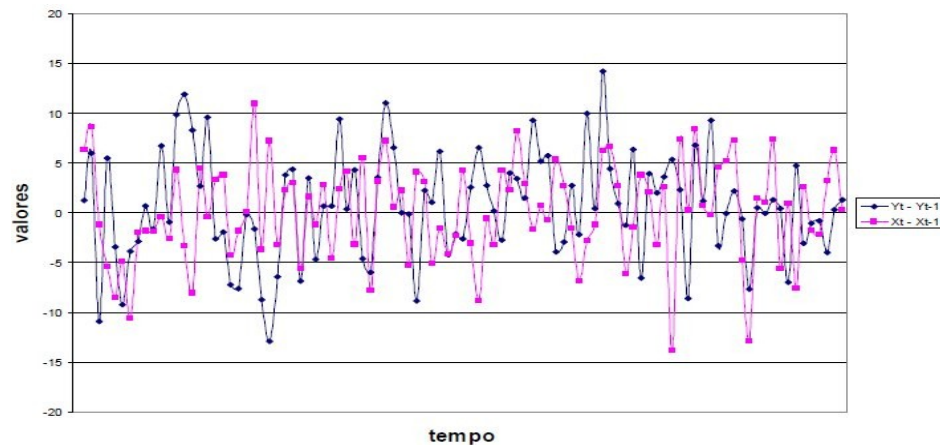
- Registro de acidentes, num cruzamento;
- Índice Pluviométrico, por mês, na cidade de Foz do Iguaçu;
- Produção de energia, por dia, na Usina Hidrelétrica de Itaipu;
- Registro de marés no porto de Paranaguá.

A Série temporal é discreta se forem obtidos valores em intervalos de tempo iguais, como mostram os exemplos ii e iii , enquanto i e iv, são exemplos de séries temporais contínuas, pois as ocorrências podem ser observadas a qualquer instante do intervalo de tempo.

1.2 Estacionariedade

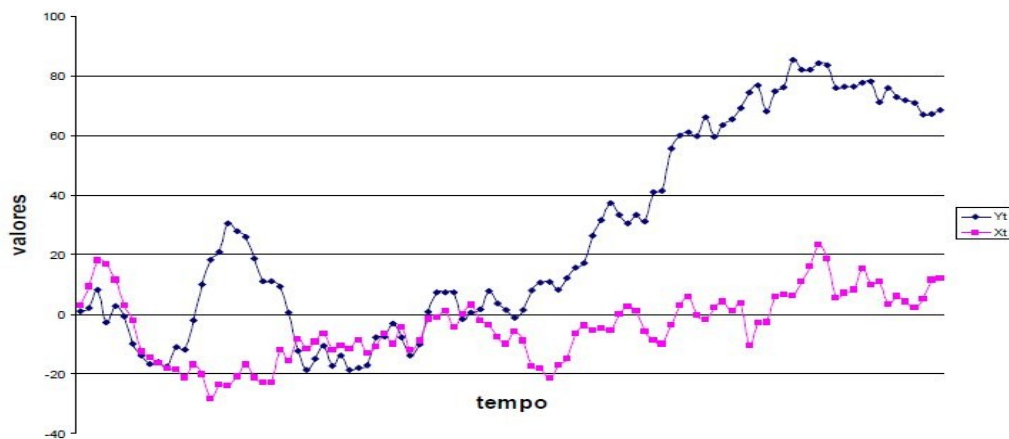
Uma das suposições que se faz a respeito de uma série temporal é a de que a mesma deve ser estacionária, ou seja, desenvolve-se no tempo, aleatoriamente, ao redor de uma média constante, refletindo alguma forma de equilíbrio estável (MORETTIN & TOILOI, 2006), conforme mostra a figura 3.4.

FIGURA 1 – Comportamento de uma série estacionária



Fonte: Elaboração própria

Figura 2 – Comportamento de uma série não estacionária



Fonte: Elaboração própria



1.3 Autocorrelação

Segundo Bueno (2008), coeficiente de autocovariância e de uma única variável em defasagem j (número de intervalos de tempo defasados) é dada por:

$$\text{cov}(Z_t; Z_{t+j}) = E(Z_t - \mu_{t+j}) \cdot (Z_{t+j} - \mu_{t+j})$$

No caso de uma série estacionária, a média e a variância não variam no tempo. Dessa forma, a autocovariância entre duas observações quaisquer depende somente do número de intervalos defasados e é dada por

$$\text{cov}(Z_t; Z_{t+j}) = E(Z_t - \mu) \cdot (Z_{t+j} - \mu)$$

O coeficiente de autocorrelação é utilizado para verificar se há correlação de uma única variável em defasagem j , no tempo. Sua expressão é dada por:

$$\rho_j = \frac{\text{COV}(Z_t, Z_{t+j})}{\text{DP}(Z_t) \cdot \text{DP}(Z_{t+j})}$$

em que:

$\text{DP}(Z_t)$ é o desvio padrão da série $Z_1, Z_2, Z_3, \dots, Z_t$; e

$\text{DP}(Z_{t+j})$ é o desvio padrão da série com defasagem j .

O estimador do coeficiente de autocorrelação ρ_j é representado por r_j , cuja expressão é dada por:

$$\hat{\rho}_j = \frac{\sum_{t=1}^n (Z_t - \bar{Z})(Z_{t+j} - \bar{Z})}{\sqrt{\sum_{t=1}^n (Z_t - \bar{Z})^2} \sqrt{\sum_{t=1}^n (Z_{t+j} - \bar{Z})^2}}$$

Em que:

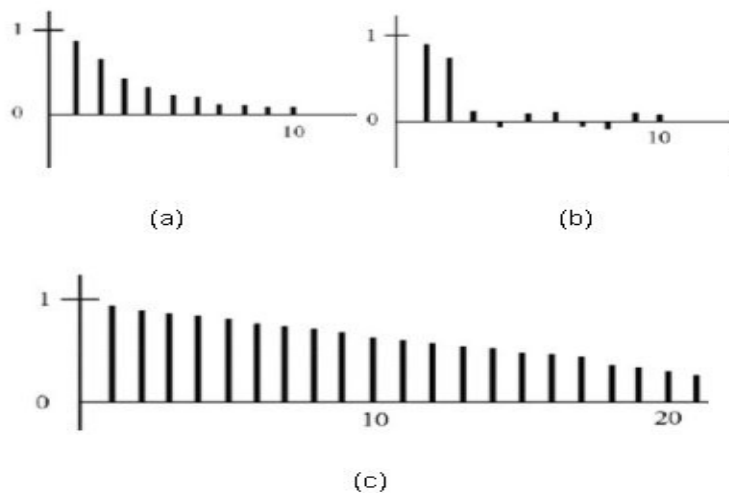
\bar{Z} é a média amostral da série;



Z_t é o valor amostral observado no instante t ;
 Z_{t+j} é o valor amostral observado, no instante $t + j$.

Quando a equação do coeficiente de correlação e suas estimativas são colocadas para todas as defasagens, então a equação é chamada de função de autocorrelação (FAC). O correlograma corresponde ao gráfico da FAC, no qual é possível realizar um diagnóstico da condição de estacionariedade da série em estudo. Uma série é estacionária se os valores de da FAC caem lentamente (figura 3a), ou se há um truncamento abrupto, ou um padrão de decaimento rápido (figura 3b). Uma série é não estacionária se há um padrão de decaimento lento para zero (figura 3c).

FIGURA 3 – Correlogramas de verificação de estacionariedade (a e b) ou a não estacionariedade (c) da série da série



Fonte: Elaboração própria

1.4 Autocorrelação parcial

A autocorrelação parcial mede a dependência linear entre Z_t e Z_{t+k} , eliminando o efeito das variáveis intermediárias $Z_{t+1}, Z_{t+2}, \dots, Z_{t+k-1}$.

1.5 Ruído Branco

O ruído branco é uma sequência onde cada valor tem média zero, variância constante e não tem relação com qualquer valor observado da própria série, ou seja, a autocorrelação é igual a zero. A média zero é conveniência, pois seria possível



especificar um ruído branco cuja média fosse diferente de zero. O processo é um ruído branco porque sua função espectral é horizontal como a luz branca e causa alterações na série como as ondas eletromagnéticas produzem ruídos na sintonização de um rádio. Portanto, um ruído branco é, ao mesmo tempo, temporalmente homogêneo, estacionário e sem memória (BUENO, 2008).

1.6 Modelos auto-regressivos AR(p)

Os modelos AR(p) (ou modelos auto regressivos de ordem p), têm a estrutura

$$\phi(B) \cdot Z_t = a_t \Rightarrow (1 - \phi_1 B - \phi_2 B^2 - \dots - \phi_p B^p) \cdot Z_t = a_t$$
$$Z_t = \phi_1 Z_{t-1} + \phi_2 Z_{t-2} + \dots + \phi_p Z_{t-p} + a_t$$

em que:

B é o operador retardo, ou operador translação para o passado, denotado por B e definido por: $B \cdot Z_t = Z_{t-1}$, ..., $B^p \cdot Z_t = Z_{t-p}$

$Z_t, Z_{t-1}, \dots, Z_{t-p}$, são variáveis aleatórias com distribuição

$\phi_1, \phi_2, \dots, \phi_p$ são os coeficientes do modelo, os quais são estimados pelo método de mínimos quadrados, minimizando a soma dos quadrados dos erros (diferenças entre os valores da observados na série e os estimados pelo modelo);
 a_t é o ruído branco.

1.7 Modelos Médias Móveis MA(q)

Segundo Barros (2004), o modelo MA(q) (médias móveis de ordem q) é sempre estacionário e sua expressão é dada do por:

$$Z_t = \theta(B) \cdot a_t \Rightarrow Z_t = (1 + \theta_1 \cdot B + \theta_2 \cdot B^2 + \dots + \theta_q \cdot B^q) \cdot a_t$$
$$Z_t = a_t + \theta_1 \cdot a_{t-1} + \theta_2 \cdot a_{t-2} + \dots + \theta_q \cdot a_{t-q}$$

Onde:

θ_i são parâmetros da estrutura, $i=1, \dots, q$ (a ordem da estrutura)
 a_t é ruído branco com média zero e variância σ_a .

1.8 Modelo Auto-Regressivo Médias Móveis (ARMA)

Esse modelo é uma combinação dos dois anteriores onde Z_t é descrito por seus valores passados e pelos ruídos branco corrente e passados.

A estrutura geral ARMA(p,q) é expressa por:



$$Z_t = \phi_1 Z_{t-1} + \phi_2 Z_{t-2} + \dots + \phi_p Z_{t-p} + a_t - \theta_1 a_{t-1} - \theta_2 a_{t-2} - \dots - \theta_q a_{t-q}$$

Em que:

ϕ_i são os parâmetros da estrutura auto-regressiva, $i=1, \dots, p$

θ_i são os parâmetros da estrutura médias móveis, $i=1, \dots, q$

a_t é o ruído branco

1.9 Modelo Auto-Regressivo Integrado de Médias Móveis (ARIMA)

O modelo ARIMA (p, d, q) (*Auto-Regressive Integrated Moving Average*) é adequado para a previsão de séries temporais cujo processo estocástico não é estacionário. Logo, a série original passará por algumas diferenciações a fim de torná-la estacionária (Box & Jenkins, 1994).

O número necessário de diferença para tornar uma série estacionária é denominado ordem de integração (d).

A estrutura geral ARIMA(p, d, q) com a constante θ_0 é expressa por:

$$(1 - \phi_1 B - \dots - \phi_p B^p)(1 - B)^d Z_t = \theta_0 + (1 - \theta_1 B - \dots - \theta_q B^q) a_t$$

$$\phi(B) \nabla^d Z_t = \theta_0 + \theta(B) a_t$$

Em que:

B é operador de translação para o passado definido como $B^m Z_t = Z_{t-m}$;

i) $\phi(B) = 1 - \phi_1(B) - \dots - \phi_p(B)^p$ representa o operador auto-regressivo de ordem p ;

ii) $\theta(B) = 1 - \theta_1(B) - \dots - \theta_q(B)^q$ representa o operador médias móveis de ordem q ;

iii) até o ruído branco;

d representa o número de diferenças

$\nabla = 1 - B$ representa o operador diferença

Este operador diferença é definido como:

$$Z_t - Z_{t-1} = Z_t - B Z_t = (1 - B) Z_t = \nabla Z_t$$

$$\nabla^d = (1 - B)^d$$

1.10 Modelo Sazonal Auto-Regressivo Integrado de Médias Móveis (SARIMA)

Os modelos ARIMA exploram a autocorrelação entre os valores da série em instantes sucessivos, mas, quando os dados são observados em períodos inferiores a um ano, a série também pode apresentar autocorrelação para uma estação de sazonalidades. Os modelos que contemplam as séries que apresentam autocorrelação sazonal são conhecidos como SARIMA. O modelo SARIMA contém



uma parte não sazonal com parâmetros (p,d,q) e uma sazonal com parâmetros (P,D,Q). Logo, o modelo geral para a nossa série, com estação sazonal 5, é escrito da forma:

$$\phi(B)\Phi(B^5)(1-B^5)^D(1-B)^d Z_t = \theta(B)\Theta(B^5)\alpha_t$$

em que:

- i) B é operador de translação para o passado definido como $B^m Z_t = Z_{t-m}$;
- ii) $\phi(B) = 1 - \phi_1(B) - \dots - \phi_p(B)^p$ é a parte auto-regressiva não sazonal ou estacionária de ordem p;
- iii) $\Phi(B^5) = 1 - \Phi_1 B^5 - \dots - \Phi_p(B)^p$ é a parte auto-regressiva sazonal de ordem p e ordem sazonal 5;
- iv) $(1 - B^5)^D$ é a parte de integração sazonal de ordem D e estação sazonal 5;
- v) $(1 - B)^d$ é a parte de integração não-sazonal de ordem d;
- vi) $\theta(B) = 1 - \theta_1(B) - \dots - \theta_q(B)^q$ é a parte não sazonal de médias móveis de ordem q;
- vii) $\Theta(B^5) = 1 - \Theta_1 B^5 - \dots - \Theta_Q(B)^Q$ é a parte sazonal de médias móveis de ordem Q e estação sazonal de ordem 5.

$$\phi(B)\Phi(B^5)(1-B^5)^D(1-B)^d Z_t = \theta(B)\Theta(B^5)\alpha_t$$

O modelo SARIMA(2,2,0)x(2,2,0) fica:

$$(1 - \phi_1 B - \phi_2 B) (1 - \Phi_1 B - \Phi_2 B) (1-B^5)^2(1-B^5)^2 = \alpha_t$$

1.11 Método de Box e Jenkins

Neste trabalho foi utilizada a metodologia de Box e Jenkins (1970). Tal metodologia é bastante utilizada na análise de modelos paramétricos e consiste em ajustar modelos auto regressivos integrados de médias móveis ARIMA (p, q, d) a um conjunto de dados (MORETTIN & TOLOI, 2006).

Segundo Bueno (2008), os termos auto regressivos correspondem a defasagens da série transformada, e os termos médias móveis (“moving averages”) referem-se a defasagens dos erros aleatórios. Já, o termo “integrado” refere-se ao processo de diferenciar a série original para torná-la estacionária.

O objetivo da metodologia Box & Jenkins é determinar os três componentes que configuram qualquer estrutura que são: p parâmetros auto-regressivos, d processos de diferenciação (integração) e q parâmetros de médias móveis. De uma forma geral, a notação apresentada por Box & Jenkins é do tipo ARIMA (p, d, q). Por exemplo, a estrutura ARIMA (1, 2, 0) significa que esta possui um parâmetro auto-regressivo, duas diferenciações a partir da série original e nenhum parâmetro de



médias móveis. O procedimento padrão para utilização da metodologia de previsão ARIMA consiste nos seguintes passos, segundo Box & Jenkins:

1. Realiza-se a diferenciação da série original tantas vezes quanto necessário para torná-la estacionária;

2. Identifica-se os valores p e q através da análise das funções de autocorrelação (FAC) e de autocorrelação parcial (FACP) estimadas e a estimação dos parâmetros (ϕ_i , $i = 1, \dots, p$ e θ_i , $i = 1, \dots, q$). A análise destas funções permite a tomada de decisão acerca do número p de parâmetros auto-regressivos e do número q de parâmetros de médias móveis que devem ser escolhidos de maneira a se obter uma estrutura parcimoniosa (ou seja, uma estrutura que tenha o menor número de parâmetros dentre todas as estruturas que se ajustem aos dados da série);

3. Realizam-se as previsões (obtenção dos novos valores da série) e os intervalos de confiança para as mesmas. Para verificar se é necessária a diferenciação da série original, é comum utilizar o gráfico da mesma. Na maioria dos casos, a série pode ser não-estacionária quanto ao nível ou quanto à inclinação. Quando a série for não-estacionária quanto ao nível, para torná-la estacionária basta tomar a primeira diferença e, quando for não-estacionária quanto à inclinação, basta tomar a segunda diferença (Souza e Camargo, 2004). Por vezes é necessário realizar uma transformação logarítmica na série original para torná-la estacionária. Deve-se considerar que, na metodologia desenvolvida por Box & Jenkins, os estágios da identificação e estimação se sobrepõem. Muitas vezes, ao se sobrefixar uma estrutura na etapa de identificação, aquela será corrigida na estimação, quando a significância dos parâmetros estimados será avaliada. Na maioria dos casos, o resultado da identificação não será preciso e mais de uma. Metodologia de Previsão de Séries Temporais - Box & Jenkins 20 estrutura será identificada. Esta imprecisão é consequência de que, na prática, o ajuste a situações reais induz a alguns erros. A identificação visa encontrar uma classe de estruturas a serem ajustadas e validadas (BOX, JENKINS & REINSEL, 1994) e (SOUZA E CAMARGO, 2004). Procura-se então, encontrar um subconjunto adequado de estruturas ARIMA (p, d, q).

A estratégia para a construção do modelo é baseada em um ciclo iterativo, no qual a escolha da estrutura do modelo é baseada nos dados observados. Os estágios do ciclo iterativo são:

- a) uma classe geral de modelos é considerada para análise (especificação);
- b) há identificação de um modelo com base na análise de autocorrelações e autocorrelações parciais;
- c) finalmente, há a verificação ou diagnóstico do modelo ajustado, através de uma análise de resíduos, para saber se este é adequado para previsão.

Caso o modelo não seja adequado, o ciclo é repetido, retornando à fase de identificação. Um procedimento que muitas vezes é utilizado é o de identificar não apenas um modelo, mas um conjunto deles que serão estimados e verificados. Se o propósito é a previsão, será escolhido o modelo com menor erro quadrático médio (MORETTIN & TOLOI, 2006).



Ha certa dificuldade na aplicação do método de Box e Jenkins, por ser laborioso. Assim, requer a utilização de programas computacionais adequados. Na análise dos dados foram utilizados os programas Statgraphics.

1.12 Medidas da acurácia do erro

As estatísticas MAPE, MAE e RMSE são informações importantes para compararmos os modelos de suavização e decidirmos se estes representam um bom ajuste aos nossos dados (disponível em <<http://www.portalaction.com.br/series-temporais>>, acessado em 25/10/2017).

A média percentual absoluta do erro (MAPE - Mean Absolute Percentage Error) expressa a acurácia do erro em percentagem. Por exemplo, se temos um MAPE de 7%, quer dizer que o nosso ajuste esta errado em 7% dos dados. Para calcular o MAPE utilizamos a seguinte expressão:

$$\text{MAPE} = \frac{\sum_{t=1}^n |(y_t - \hat{y}_t) / y_t|}{n} \times 100 \text{ se } y_t \neq 0$$

onde y_t são os nossos dados, \hat{y}_t são os ajustes e n é o número de observações. Note que se $y_t = \hat{y}_t$ obtemos MAPE = 0, ou seja, quanto menor o MAPE melhor é o nosso ajuste.

O erro médio absoluto (MAE - Mean Absolute error) representa o erro médio dos valores ajustados pelo modelo em relação aos valores observados. Por exemplo, se estamos ajustando uma série temporal de visitas durante o tempo e encontramos um MAE de 72, significa que a diferença dos valores ajustados em relação aos observados foi, em média, igual a 72. Para encontrarmos o MAE, realizamos o seguinte cálculo:

$$\text{MAE} = \frac{\sum_{t=1}^n |y_t - \hat{y}_t|}{n}$$

onde y_t são os nossos dados, \hat{y}_t são os ajustes e n é o número de observações. Note que se $y_t = \hat{y}_t$ obtemos MAE = 0, ou seja, quanto menor o MAE melhor é o ajuste do modelo aos dados.



Raiz do erro quadrático da média (RMSE – Root Mean Squared error). Esta medida de acurácia é bastante comum em ajustes de séries temporais. Para calcularmos o RMSE utilizamos a seguinte expressão:

$$\text{RMSE} = \sqrt{\frac{\sum_{t=1}^n (y_t - \hat{y}_t)^2}{n}}$$

onde y_t são os nossos dados, \hat{y}_t são os ajustes e n é o número de observações. Note que se $y_t = \hat{y}_t$ obtemos $\text{RMSE} = 0$, ou seja, quanto menor o RMSE melhor é o nosso ajuste.

1.12 Resultados e discussões

Utilizando o programa Statgraphics foram digitadas 52 observações mensais passadas e o modelo de previsão selecionado foi o ARIMA (0,1,1), com diferença de ordem não sazonal 1, para prever os valores da taxa de condomínio, por apartamento, de 12 meses futuros. Foram feitas simples diferenças de ordem 1.

A Tabela 1 resume a significância estatística dos termos no modelo de previsão. Os termos com valores P inferiores a 0,05 são, estatisticamente, significativamente diferentes de zero no nível de confiança de 95,0%. O valor P para o termo MA(1) é inferior a 0,05, portanto, é significativamente diferente de 0. O valor P para o termo constante é inferior a 0,05, portanto, é significativamente diferente de 0. O desvio padrão estimado do ruído branco de entrada é igual a 33.502. Nota-se que ocorrem as seguintes estimativas: $\theta_0 = 2,75059$ e $\theta_1 = 0,98586$. Logo, a equação do modelo ARIMA(0,1,1) fica

$$(1 - B) Z_t = \theta_0 + (1 - \theta B) a_t$$

$$(1 - B) Z_t = 2,75059 + a_t - 0,98586 a_{t-1}$$

Ou

$$Z_t - B Z_t = \theta_0 + a_t - \theta B a_t$$

$$Z_t - Z_{t-1} = \theta_0 + a_t - \theta a_{t-1}$$

$$Z_t = \theta_0 + Z_{t-1} + a_t - \theta a_{t-1}$$

$$Z_{t+h} = \theta_0 + Z_{t+h-1} + a_{t+h} - \theta a_{t+h-1}, \forall h$$

$$Z_{t+h} = 2,75059 + Z_{t+h-1} + a_{t+h} - 0,98586 a_{t+h-1}$$



Tabela 1 – Análise dos coeficientes do modelo ARIMA(0,1,1)

Parâmetro	Estimati va	Erro padrão	T	Valor P
MA(1)	0,98586	0,0181657	54,270	0,000000
Mean	2,75059	0,27928	4	0,000000
Constant	2,75059		5	

Fonte: Elaboração própria

A tabela 2 mostra algumas estatísticas que envolvem o erro ou resíduo, ou seja, as diferenças entre os valores observados e os ajustados pelo modelo.

- (1) raiz do erro quadrático médio (RMSE)
- (2) erro absoluto médio (MAE)
- (3) média percentual absoluta do erro (MAPE)
- (4) o erro médio (ME)
- (5) o erro médio percentual (MPE)

Esta tabela compara os resultados de cinco modelos de previsão diferentes:

- (A) ARIMA(0,1,1) com constante
- (B) Média constante = 344,275
- (C) Curva de tendência $S = \exp(5,86539 + -0,403023 / t)$
- (D) Média móvel simples de três termos
- (E) Suavização exponencial simples com alfa = 0,2323

Observando as medidas de acurácia do erro, o modelo com o menor erro quadrático médio (RMSE) é o modelo A. O modelo com o menor erro médio absoluto médio (MAE) é o modelo A. O modelo com menor média percentual absoluta do erro (MAPE) é o modelo A. O MAPE, expressa a acurácia do erro em percentagem. Neste caso, temos um MAPE de aproximadamente 7%, quer dizer que o ajuste do modelo ARIMA(0,1,1) está errado em apenas 7% dos dados, um resultado bom.

Tabela 2 – Comparação dos resíduos de 5 modelos .

Model	RMSE	MAE	MAPE
(A)	33,3317	24,334	7,10209
(B)	52,309	43,6272	12,8791
(C)	47,9566	39,282	11,4661
(D)	40,8722	31,1205	8,79196
(E)	37,2958	27,3132	7,68942

Fonte: Elaboração própria



A tabela 3 resume os resultados de cinco testes executados nos resíduos para determinar se cada modelo é adequado para os dados. Um “OK” significa que o modelo passa o teste. Um * significa que ele falha no nível de confiança de 95%. Dois * significa que ele falha no nível de confiança de 99%. Três * significa que ele falha no nível de confiança de 99,9%. Observe que o modelo atualmente selecionado, modelo A, passa 5 testes. Uma vez que nenhum teste é estatisticamente significativo ao nível de confiança de 95% ou mais, o modelo ARIMA(0,1,1) provavelmente é adequado para os dados.

Tabela 3 - Testes dos resíduos

Modelo	RMSE	RUNS	RUNM	AUTO	MEAN	VAR
(A)	33,3317	OK	OK	OK	OK	OK
(B)	52,309	OK	***	***	***	OK
(C)	47,9566	OK	**	***	***	OK
(D)	40,8722	*	OK	OK	OK	OK
(E)	37,2958	OK	OK	OK	OK	OK

Onde:

RMSE = raiz do erro do quadrado médio;

RUNS = Teste para corridas excessivas para cima e para baixo;

RUNM = Teste para corridas excessivas acima e abaixo da mediana ;

AUTO = Teste de Box-Pierce para autocorrelação excessiva

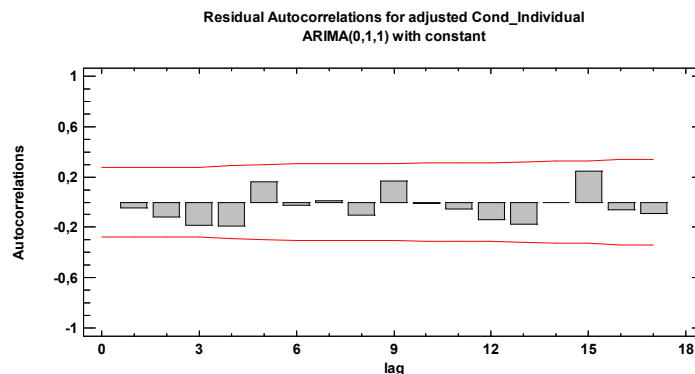
MEAN = Teste para a diferença na média da metade;

VAR = Teste para diferença de variação 1ª metade para 2ª metade.

Fonte: Elaboração própria

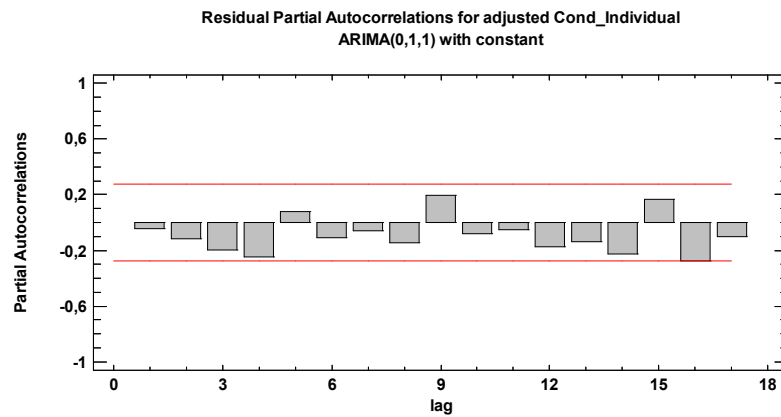
Também foram plotados os gráficos da função de autocorrelação (FAC) e da função auto correlação parcial (FACP), dos erros ou resíduos, nas figuras 4 e 5, as quais mostram que não existe autocorrelação alta entre os mesmos, ou seja, os resíduos são independentes. A figura 6 mostra os resíduos se distribuindo de forma equilibrada em relação à linha central, o que mostra um comportamento aleatório dos mesmos.

Figura 4 - Gráfico da autocorrelação dos resíduos



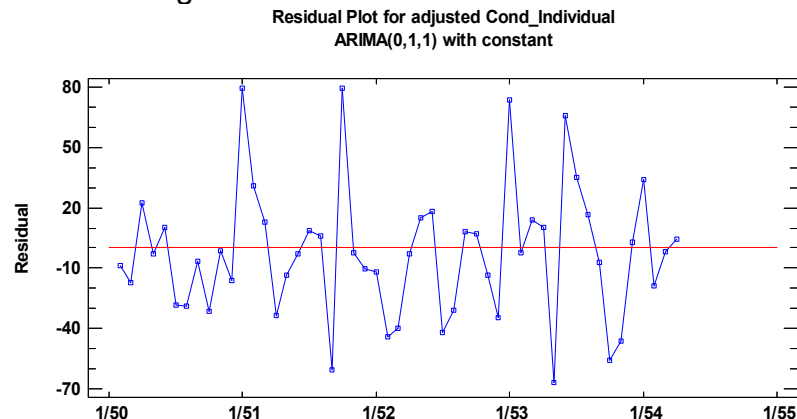
Fonte: Elaboração própria

Figura 5 - Gráfico da autocorrelação parcial dos resíduos



Fonte: Elaboração própria

Figura 6 - Gráfico de resíduos



Fonte: Elaboração própria

Três testes foram realizados para determinar se os resíduos formam ou não uma sequência aleatória, como mostra a tabela 3. Uma sequência de números aleatórios geralmente é chamada de ruído branco, pois contém contribuições iguais em muitas frequências. O primeiro teste fez a contagem do número de vezes que a sequência estava acima ou abaixo da mediana. O número dessas corridas é igual a 24, em comparação com um valor esperado de 26,0 se a sequência fosse aleatória.



Uma vez que o valor $P = 0,668167$ é maior do que $0,05$, não podemos rejeitar a hipótese de que os resíduos são aleatórios no nível de confiança de 95% ou superior.

O segundo teste conta o número de vezes que a sequência cresceu ou decresceu. O número dessas corridas é igual a 28, em comparação com um valor esperado de 33,6667 se a sequência fosse aleatória. Uma vez que o valor $P = 0,0806011$ é maior do que $0,05$, não podemos rejeitar a hipótese de que a série é aleatória no nível de confiança de 95,0% ou superior.

O Teste de Box-Pierce é baseado na soma dos quadrados dos primeiros 24 coeficientes de autocorrelação. Uma vez que o valor $P = 0,578877$ para este teste é maior do que $0,05$, não podemos rejeitar a hipótese de que a série de erros é aleatória no nível de confiança de 95% ou superior.

Uma vez que ocorre um comportamento aleatório dos resíduos para os três testes, o modelo selecionado ARMA(0,1,1), captura toda a estrutura nos dados e pode ser utilizado para a previsão.

Tabela 3. Testes de aleatoriedade dos resíduos

Teste	Estatística	Valor P
A	0,428661	0,668167
B	1,74721	0,080601
C	14,2664	0,578877

*A = teste do número de corridas acima e abaixo da mediana

*B = teste do número de corridas para cima e para baixo

*C = teste de Box-Pierce

Fonte: Elaboração própria

As previsões e seus respectivos intervalos de 95% confiança para os doze meses subsequentes, ou seja, de maio de 2017 a abril de 2018 estão apresentados na tabela 4.

Tabela 4 - Previsões e respectivos intervalos de 95% de confiança para a taxa de condomínio, por apartamento

Mês/ano	Previsão da taxa de condomínio(R\$)	Limite inferior de 95% de confiança	Limite superior de 95% de confiança
Maio/2017	418,398	351,073	485,722
Junho/2017	421,148	353,816	488,48
Julho/2017	423,899	356,56	491,237
Agosto/2017	426,649	359,304	493,994
Setembro/2017	429,400	362,048	496,752
Outubro/2017	432,150	364,792	499,509
Novembro/2017	434,901	367,536	502,266
Dezembro/2017	437,652	370,28	505,024
Janeiro/2018	440,402	373,023	507,781
Fevereiro/2018	443,153	375,767	510,538
Março/2018	445,903	378,511	513,296
Abril/2018	448,654	381,255	516,053

Fonte: Elaboração própria



2 Conclusão

Através de várias tentativas, aplicando o método de Box e Jenkins, foi achado o modelo ARIMA(0,1,1), com $\theta_0 = 2,75059$ e $\theta_1 = 0,98586$, cujos valores são significativos, com valores P menores que 0,05, e a equação de previsão foi $Z_{t+h} = 2,75059 + Z_{t+h-1} + a_{t+h} - 0,98586a_{t+h-1}$. Esse modelo foi escolhido devido ao fato de, através dele, serem achadas previsões da taxa de condomínio com erros não correlacionados e com distribuição normal. O gráfico de resíduos e o teste de Box-Pierce mostraram que os erros ou resíduos se comportam de forma aleatória. Este modelo ainda foi comparado com outros e foi o que apresentou o menor MAPE (erro médio percentual absoluto), menor raiz do erro quadrático médio (RMSE) e menor erro médio absoluto médio (MAE). Alguns dos valores previstos da taxa de condomínio pelo modelo, de maio a outubro de 2017 foram comparados com os valores reais e apresentaram diferenças bem baixas, bem como todos valores reais caíram dentro do intervalo de confiança proposto, indicando que o modelo proposto serve para a previsão dessas taxas, nesta situação específica.

Referências

- BARROS, M. **Processos Estocásticos**. Rio de Janeiro. Papel Virtual, 2004.
- BOX, G. E. P., Jenkins, G. M., Reinsel, G. (1994). **Time Series Analysis: Forecasting and Control**. Third Edition. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- BUENO, R. L..S. **Econometria de Séries Temporais**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- MARTINS, Elizeu. **Contabilidade de Custos**. 8ªEd. São Paulo, 2011.
- MORETTIN, P. A., TOLOI, C. M. C. **Análise de Séries Temporais**. São Paulo, Blucher, 2006.
- KORMANN, A. C. M.; PORTELLA, K. F.; PEREIRA, P. N. and SANTOS, R. P.. **Estudo do desempenho de quatro sistemas de materiais de reparo para estruturas hidráulicas de concreto de barragens**. 2003, vol.49, n.309, pp. 48-54. Disponível em < <http://www.periodicos.capes.gov.br>>, acessado em 07 de setembro de 2012.
- PORTAL ACTION. **Séries Temporais**. Disponível em <www.portalaction.com.br/series-temporais>, acessado em 25 de outubro de 2017.



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



90

SOUZA, R. C; CAMARGO, M. E. **Análise e previsão de séries temporais: os modelos ARIMA**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Regional, 2004.

Recebido em 06/11/2017
Aprovado em 19/12/2017



AS CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DO EMBATE DIALÓGICO ENTRE A FÉ E A RAZÃO

THE EPISTEMOLOGICAL CONTRIBUTIONS OF THE DIALOGICAL DEBATE BETWEEN FAITH AND REASON

Luis Otávio Sales da Silva Junior*
Guilherme de Oliveira Alonso**
José Edmilson de Souza-Lima***

Resumo

O presente estudo analisa as contribuições epistêmicas extraídas do debate realizado entre o filósofo Jürgen Habermas e o papa emérito Bento XVI (Joseph Ratzinger), no qual trataram dos fundamentos pré-políticos da sociedade secular. Enfrentar-se-ão as perspectivas muito distintas entre os debatedores (antagonicamente ligados à razão e à fé) para investigar as bases morais pré-políticas do Estado Liberal – no sentido de se verificar o que manteria a sociedade coesa, independentemente dos recursos normativos do Estado Democrático de Direito. Da análise apresentada por cada coautor, este estudo irá extrair as contribuições epistemológicas de cada visão, buscando confrontá-las e, quem sabe, encontrar algum fator comum entre ambas as visões.

Palavras-chave: Epistemologia; secularismo; filosofia; razão; fé; bases morais; Estado liberal.

Abstract

The present study analyzes the epistemic contributions drawn from the debate between the philosopher Jürgen Habermas and Pope Emeritus Benedict XVI (Joseph Ratzinger), in which they dealt with the pre-political foundations of secular society. The study will deal with the very different perspectives between the debaters (antagonistically linked to reason and faith) to investigate the pre-political moral foundations of the Liberal State - in order to verify what would keep the society cohesive, independently of the normative resources of the Democratic state. From each co-author analysis, this study will draw epistemological contributions from each view, seeking to confront them and, perhaps, find some common factor between both views.

Keywords: Epistemology; Secularism; philosophy; reason; faith; Moral bases; Liberal state

* Mestrando em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). Advogado. E-mail: luisotavio@dotti.adv.br

** Mestrando em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Especialista em Direito e Processo Penal pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Advogado. E-mail: guilherme@dotti.adv.br

*** Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Pesquisador e docente do Mestrado em Direito do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA) e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: zecaed@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva identificar as contribuições epistêmicas das visões sustentadas pelo filósofo Jürgen Habermas e pelo hoje papa emérito Bento XVI, Joseph Ratzinger¹, em debate realizado na Academia Católica da Baviera (Munique), em 19 de janeiro de 2004, acerca dos fundamentos pré-políticos da sociedade secular. O encontro, em ambiente acadêmico, foi registrado no livro *Dialética da Secularização: sobre razão e religião*² e, conforme registra o organizador e prefaciador Florian Schüller, foi impulsionado por discussões filosóficas precedentes ocorridas em França e Itália entre intelectuais teístas e seculares naquele período.

Os debatedores, um personificando a fé católica e o outro o pensamento secular liberal, expõem suas visões a respeito das “bases morais pré-políticas de um Estado liberal”³, investigando o que haveria de manter a sociedade coesa, independentemente dos recursos normativos do Estado Democrático de Direito. Ou seja, o Estado, por seus próprios meios, seria capaz de garantir a estabilização da comunidade plural ou haveria algo anterior a sustentá-la? Em sendo um debate travado no campo da ética, no domínio das ideias e do “sujeito cognoscente”⁴, o racionalismo poderia se apresentar como a tendência epistêmica prevalente, mas o que se verá é a ocorrência de uma epistemologia dialógica, com apropriação de elementos do empirismo. Ambos os autores mencionam contingências históricas e fatos da vida para fundamentar suas visões, ou seja, recorrem à experiência, daí porque se constatará o efetivo diálogo entre racionalismo e empirismo (epistemologia dialógica). Embora não se identifique a produção de conhecimento mediante experimentação e conclusões *a posteriori* com base em casos particulares, como é próprio da episteme empírica “pura”, não se constata, por outro lado, a produção de conhecimento exclusivamente com base em abstrações e raciocínios formais alheios à realidade tal como ela se apresenta.

Além da introdução, das considerações finais e de uma breve apresentação das epistemes tradicionais, o artigo dedica uma seção específica para cada autor. As contribuições epistêmicas serão indicadas ao longo da explicação das teses de cada autor. Eis uma curiosidade histórica apresentada pelo prefaciador: “no Século XVIII, havia também um papa chamado Bento; era o 14º com esse nome e governou a Igreja entre 1740 e 1758. Como era um dos maiores intelectuais de seu tempo, correspondia-se amiúde com o grande iluminista (e crítico da Igreja) Voltaire”.⁵

¹ Na ocasião do encontro, ainda Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, do Vaticano.

² HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph. **Dialética da secularização: sobre razão e religião**. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2007.

³ Ibid., p. 17.

⁴ SOUZA-LIMA, José Edmilson; MACIEL-LIMA, Sandra. Contornos do conhecimento jurídico: a cientificidade do campo em questão. **Revista Jurídica (FIC)**, v. 2, p. 318-352, 2014. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/951>>. Acesso em 03 mar. 2017.

⁵ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 19-20.



2 BREVES NOTAS A RESPEITO DAS EPISTEMES RACIONALISTA E EMPIRISTA

Antes de se passar ao exame de contribuições epistêmicas dos autores da obra selecionada, são indispensáveis algumas (poucas) considerações sobre as matrizes epistêmicas clássicas, o racionalismo e o empirismo, que compõem a epistemologia, o ramo da filosofia “que trata do tipo de coisa que podemos conhecer; como o conhecemos; o que é o conhecimento”⁶

o conhecimento (ou parte dele) é inato ou aprendemos tudo a partir da experiência? Podemos conhecer algo exclusivamente a partir da razão? Essas questões são vitais para o pensamento filosófico, uma vez que precisamos ter confiança em nosso conhecimento a fim de raciocinar corretamente.⁷

Japiassu anota que o conceito de epistemologia é bastante flexível, podendo designar uma “teoria geral do conhecimento”, ou estudos que interrogam “a gênese e a estrutura das ciências”, que tentam “descobrir as leis de crescimento dos conhecimentos, quer uma análise lógica da linguagem científica, quer, enfim, o exame das condições reais de produção dos conhecimentos científicos”.⁸ O racionalismo e o empirismo constituem as abordagens clássicas dessa filosofia do conhecimento.

Conforme Souza-Lima e Maciel-Lima, a tendência racionalista é “centrada no binômio hipótese-dedução” e “elaborada *a priori*”⁹, sendo-lhe próprio o método dedutivo. “O vínculo de um conhecimento produzido com esta episteme é fundamentalmente lógico, formal”.¹⁰ Segundo Buckingham et al., em sua obra “O livro da filosofia”, a concepção racionalista é de que “podemos adquirir conhecimento sobre o mundo por meio do uso da razão, sem contar com a percepção dos sentidos, considerados como duvidosos pelos racionalistas”.¹¹

Na epistemologia empirista, ao contrário, o conhecimento deriva da experiência. “Além da lógica, é levado em conta o rebatimento provocado pela aplicação da norma no mundo concreto”.¹² Seu método primordial é o indutivo e o conhecimento é obtido *a posteriori*. “O conhecimento derivado deste fundamento epistêmico vai se constituindo ao longo da pesquisa. Se na tendência racionalista o

⁶ BUCKINGHAM, Will et al. **O livro da filosofia**. Tradução de Douglas Kim. São Paulo: Globo, 2011. p. 341.

⁷ Ibid., p. 13.

⁸ JAPIASSU, H. F. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. p. 38.

⁹ SOUZA-LIMA; MACIEL-LIMA, 2014, p. 323.

¹⁰ Ibid., 323.

¹¹ BUCKINGHAM, Will et al., op. cit., 2011. p. 343

¹² SOUZA-LIMA; MACIEL-LIMA, 2014, p. 322.



principal protagonista é o ‘sujeito cognoscente’, na tendência empirista, o ‘objeto’ torna-se o protagonista central”.¹³

Portanto, enquanto para a episteme racionalista impera o método dedutivo (do raciocínio geral para o particular), para a empirista o processo é o oposto, do raciocínio particular chega-se ao geral (método indutivo). Ambos os autores se valem das duas epistemes na pesquisa sobre a existência de um fundamento ético pré-político da sociedade secular (episteme dialógica), não se podendo considerar o racionalismo como critério balizador exclusivo do conhecimento produzido. E não prejudica essa conclusão o fato de que não houve menção a experimentos com casos concretos a partir dos quais fosse possível cogitar da utilização “pura” da episteme empirista, pois a percepção e consideração de dados da realidade indica sua parcial utilização para a produção do conhecimento.

3 JÜRGEN HABERMAS

Sob o título: *Fundamentos pré-políticos do Estado de Direito Democrático*, Habermas investiga a questão da possibilidade de o Estado constitucional democrático garantir normativamente sua existência apenas com base em seus próprios recursos, ou seja, independentemente de tradições éticas de origem ideológica ou religiosa (já que comprometido com a neutralidade), colocada de forma contundente por Ernst Wolfgang Böckenförde, em meados dos anos 60, nestes termos: “Será que o Estado liberal secularizado se alimenta de pressupostos normativos que ele próprio não é capaz de garantir?”.¹⁴

Habermas designa “pós-metafísica” essa suposta justificativa secular, ou seja, não religiosa, que estabilizaria a “comunidade ideologicamente pluralista”¹⁵, expondo sua pretensão de “que a secularização cultural e social seja entendida como um processo de aprendizagem dupla que obriga tanto as tradições do Iluminismo quanto as doutrinas religiosas a refletirem sobre seus respectivos limites”¹⁶ – fornece desde logo, portanto, uma pista sobre sua principal contribuição epistemológica.

Sua primeira **contribuição epistemológica** acerca da justificativa “não religiosa e pós-metafísica” dos fundamentos normativos do Estado constitucional democrático é o *liberalismo político* derivado da razão prática – nas palavras de Habermas: “defendido por mim na forma específica do republicanismo de Kant”.¹⁷ Trata-se de teoria fundamentada no “direito racional”, que dispensa premissas de “ordem cosmológica”.¹⁸ A neutralidade ideológica do Estado assenta no pensamento filosófico dos séculos XVII e XVIII, que proporcionou fundamentação da moral e do

¹³ Ibid., p. 323.

¹⁴ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 23.

¹⁵ Ibid., p. 24.

¹⁶ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 25.

¹⁷ Ibid., p. 27.

¹⁸ Ibid., p. 27



direito autônoma das “verdades reveladas”.¹⁹ O sistema republicano, um derivativo do liberalismo político, é legitimamente aceito como fonte de criação do direito, “na medida em que satisfaz as condições de uma formação inclusiva e discursiva da opinião e da vontade e justifica uma presunção de aceitabilidade racional dos resultados”.²⁰ São os cidadãos associados que se dão a si mesmos a constituição. O poder do Estado é “constituído”, portanto, e não se confunde com a “domesticação de um poder de Estado pré-existente”.²¹ Habermas expõe que a ordem constitucional não necessitaria da religião ou “de algum outro ‘poder sustentador’” (convicções morais ou pré-políticas da comunidade) para garantir sua legitimidade, desde que “o processo democrático não seja entendido de modo positivista [...], e sim como método para produzir legitimidade a partir da legalidade”.²² Nesse sentido, “a concepção procedimentalista inspirada em Kant se baseia na fundamentação autônoma dos princípios constitucionais que pode ser aceita racionalmente por todos os cidadãos”.²³

Complementarmente, “é essencial para a sobrevivência da democracia que as virtudes políticas sejam ‘cobradas’ [...]. Elas fazem parte da socialização e da familiarização com as práticas e os modos de pensar de uma cultura política liberal”²⁴. Para Habermas, o exercício das práticas democráticas contribuem para que os cidadãos participem da formação da opinião e da vontade políticas. Como o Estado de direito não garante apenas liberdades negativas, mas permite “liberdades comunicativas”, incentiva-se, com isso, a participação dos cidadãos em debates públicos sobre temas que interessam a todos. “O ‘vínculo unificador’ que estaria faltando é formado pelo próprio processo democrático – uma prática comunicativa que só pode ser exercida em comum e na qual se discute, em última análise, o verdadeiro entendimento da constituição.”²⁵ A propósito disso, Habermas cita o holocausto e os crimes em massa cometidos em nome do governo

tudo isso fez os cidadãos alemães terem consciência de que a constituição é uma conquista. O exemplo de uma “política da memória” autocrítica (que hoje já não aparece como uma exceção, pois está presente também em outros países) mostra como os vínculos patriótico-constitucionais podem formar-se e renovar-se no próprio meio político.²⁶

Portanto, para Habermas, a primeira contribuição epistemológica consistiria no *processo e na participação democráticas*, nos moldes do liberalismo político de Kant, enquanto fontes de reprodução da solidariedade cidadã.

¹⁹ Ibid., p. 28.

²⁰ Ibid., p. 29.

²¹ Ibid., p. 30.

²² Ibid., p. 32.

²³ Ibid., p. 32.

²⁴ Ibid., p. 34-35.

²⁵ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 36.

²⁶ Ibid., p. 37-38.



Na sequência, o autor sustenta que não haveria nenhuma deficiência interna no processo democrático que possa pôr em risco sua “autoestabilização sob o ponto de vista cognitivo ou motivacional”, mas isso não elimina “eventuais causas externas”, como “um desvio na modernização da sociedade como um todo”.²⁷ E refere como evidência de um “esgotamento da solidariedade cidadã” o “dinamismo político descontrolado que envolve a economia e a sociedade mundiais”, já que os mercados assumem “progressivamente funções de regulação em áreas da vida que até hoje foram mantidas coesas de maneira normativa, isto é, ou politicamente, ou por meio de formas pré-políticas de comunicação”.²⁸ Além disso, a formação democrática de vontade perde força em razão de “processos decisórios transferidos para os níveis supranacionais”. Cita, ainda, os fracassos da constitucionalização do direito internacional iniciado em 1945.²⁹

Habermas passa a abordar então o *papel da filosofia* na sociedade pós-secular, anotando que as crises mencionadas são debitadas pelas teorias pós-modernas à “racionalização espiritual e social autodestrutiva”³⁰, ganhando repercussão, nos dias de hoje, um teorema que aponta como saída o referencial transcendental.³¹ Em vista desses problemas, Habermas reconhece como uma “questão empírica aberta” a pergunta sobre a capacidade de a “modernidade ambivalente” valer-se apenas das “forças seculares de uma razão comunicativa”³², e admite que a permanência da religião num ambiente de secularização progressiva não é apenas um mero fato social. Sustenta, então, que “a filosofia precisa levar a sério esse fenômeno como um desafio cognitivo a ser analisado a partir do lado interior”.³³

Com isso, apresenta sua **segunda contribuição epistemológica**, consistente na mediação entre fé e razão pela filosofia. A filosofia ciente de seus limites, diferentemente de um saber filosófico que “se arvora em instância de julgamento sobre o que seja verdadeiro ou falso nos conteúdos das tradições religiosas”, deve reconhecer sua “falibilidade” e “fragilidade de sua posição dentro do conjunto diferenciado da sociedade moderna”, e deve insistir na “diferenciação genérica, mas de modo algum pejorativa, entre o discurso secular, que ela pretende universalmente acessível, e o discurso religioso, que depende de verdades reveladas”.³⁴ E acrescenta

O respeito que acompanha essa abstenção cognitiva de julgar baseia-se na consideração para com pessoas e modos de vida que, visivelmente, haurem sua integridade e autenticidade de suas convicções religiosas. Além desse

²⁷ Ibid., p. 40.

²⁸ Ibid., p. 41.

²⁹ Ibid., p. 42.

³⁰ Ibid., p. 42.

³¹ Ibid., p. 43.

³² Ibid., p. 43-44.

³³ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 44.

³⁴ Ibid., p. 47.



respeito, a filosofia tem também motivos para se manter disposta a aprender com as tradições religiosas.³⁵

Habermas aborda então sua **última contribuição epistemológica**, a “*secularização como processo de aprendizagem duplo e complementar*”. Ainda a propósito da filosofia, sustenta o autor que “é possível justificar na filosofia uma disposição para a aprendizagem frente à religião, não por razões funcionais, e sim por razões de conteúdo, lembrando os bem-sucedidos processos de aprendizagem ‘hegelianos’”.³⁶ Nesse sentido, “a permeação mútua do cristianismo e da metafísica grega não produziu apenas a forma espiritual da dogmática teológica e a helenização [...] do cristianismo”.³⁷ Ela também provocou a “apropriação de conteúdos genuinamente cristãos pela filosofia”, que tomou formas conceituais “extremamente carregadas, como, por exemplo, responsabilidade, autonomia e justificação, ou história e memória, recomeço, inovação e retorno, ou emancipação e realização, ou despojamento, internalização e incorporação, individualidade e comunidade”.³⁸ Ao que acrescenta

A transformação da condição de similaridade com Deus do ser humano em dignidade igual e incondicional de todos os seres humanos é uma dessas transposições preservadoras que, para além dos limites da comunidade religiosa, franqueia ao público em geral, composto de crentes de outras religiões e de descrentes, o conteúdo dos conceitos bíblicos.³⁹

Nesse contexto, e diante das crises da modernidade, “é também do interesse do Estado constitucional que se usem todas as fontes culturais de uma maneira moderada, porque é nelas que se abastecem a consciência normativa e a solidariedade dos cidadãos”.⁴⁰ Isso repercute inegavelmente no discurso da “sociedade pós-secular”, explicando Habermas que essa expressão

tributa às comunidades religiosas não apenas reconhecimento público pela contribuição funcional que elas prestam à reprodução de motivos e atitudes. Na verdade, reflete-se na consciência pública de uma sociedade pós-secular uma convicção normativa que traz consequências para as relações políticas dos cidadãos não crentes com os crentes.⁴¹

³⁵ Ibid., p. 47.

³⁶ Ibid., p. 49.

³⁷ Ibid., p. 49.

³⁸ Ibid., p. 50.

³⁹ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 50.

⁴⁰ Ibid., p. 51.

⁴¹ Ibid., p. 52.



Na sociedade “pós-secular”, concebe-se uma disposição de aprender em que ambos os lados se autolimitam. Trata-se de um “processo comum de aprendizagem complementar”, no qual se levam a sério as “respectivas contribuições para temas controversos”.⁴² Tem-se, assim, uma via de mão dupla: a consciência religiosa, “sob a pressão da secularização do conhecimento, da neutralização do poder do Estado e da liberdade religiosa generalizada”, viu-se obrigada “a desistir dessa pretensão ao monopólio de interpretação e à forma normativa e abrangente de vida”⁴³, embora lhe seja conferida “a possibilidade de exercer por meio da esfera pública política sua própria influência sobre a sociedade como um todo”.⁴⁴ Por outro lado, a “consciência secular também tem de pagar seu tributo para entrar no gozo da liberdade religiosa negativa. Espera-se dela uma exercitação no relacionamento autorreflexivo com os limites do iluminismo”⁴⁵, ao que acrescenta

A concepção de tolerância de sociedades pluralistas de constituição liberal não exige apenas dos crentes que entendam, em suas relações com os descrentes e os crentes de outras religiões, que precisam contar sensatamente com a continuidade de um dissenso, pois numa política liberal exige-se a mesma compreensão também dos descrentes no relacionamento com os religiosos.⁴⁶

Somente será “sensata” a expectativa de uma “não convergência continuada entre fé e conhecimento” se as convicções religiosas adquirirem um “status epistêmico que não seja pura e simplesmente irracional”.⁴⁷ Habermas complementa

A neutralidade ideológica do poder do Estado que garante as mesmas liberdades éticas a todos os cidadãos é incompatível com a generalização política de uma visão do mundo secularizada. Em seu papel de cidadãos do Estado, os cidadãos secularizados não podem nem contestar em princípio o potencial de verdade das visões religiosas do mundo, nem negar aos concidadãos religiosos o direito de contribuir para os debates públicos servindo-se de uma linguagem religiosa. Uma cultura política liberal pode até esperar dos cidadãos secularizados que participem de esforços de traduzir as contribuições relevantes em linguagem religiosa para uma linguagem que seja acessível publicamente.⁴⁸

Portanto, a contribuição epistemológica decisiva de Habermas é a caminhada conjunta entre seculares e religiosos na composição dos valores relevantes à vida social, em que ambos os lados aprendem e se limitam. Esse

⁴² Ibid., p. 52.

⁴³ Ibid., p. 53.

⁴⁴ Ibid., p. 55.

⁴⁵ Ibid., p. 55.

⁴⁶ Ibid., p. 55.

⁴⁷ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 56.

⁴⁸ Ibid., p. 57.



diálogo contínuo no seio da sociedade secular “pós-metafísica”, com aceitação sóbria e parcimoniosa do dissenso e sem prerrogativas ou compromisso prévio com alguma das visões, garantiria a coesão do tecido social, independentemente das estruturas normativas do Estado democrático de direito.

4 JOSEPH RATZINGER

Sob o título: *O que mantém o mundo unido*, Ratzinger apresenta sua visão sobre os fundamentos morais pré-políticos da sociedade secular, constatando, inicialmente, duas circunstâncias decisivas do atual momento histórico: a) a formação de uma “sociedade mundial em que as diversas potências políticas, econômicas e culturais passam a depender cada vez mais uma da outra, tendo contato mútuo e permeando-se cada vez mais nos diversos âmbitos”⁴⁹; b) o desenvolvimento técnico impar que confere ao ser humano o “poder de criar e destruir [...], superando tudo o que até hoje era habitual”, o que levanta a questão do “controle jurídico e moral do poder”⁵⁰. O intercâmbio singular entre as culturas, além de desfazer “certezas éticas”⁵¹ precedentes, coloca em evidência as seguintes indagações: “o que é o bem propriamente dito, sobretudo no contexto dado atualmente? E por que esse bem deve ser praticado, mesmo que seja em prejuízo próprio?”⁵²

Ratzinger julga que a ciência, por ela mesma, não é capaz de “produzir um etos, ou seja, uma consciência ética renovada não surgirá como fruto de debates científicos”⁵³. Com o desmantelamento das “antigas certezas morais [...], sobrou apenas a responsabilidade da ciência pelo ser humano enquanto ser humano”⁵⁴. A filosofia passou, então, a exercer o importante papel de depurar o conhecimento científico, acompanhando “de forma crítica as ciências singulares, denunciando conclusões precipitadas e certezas aparentes sobre o que é o ser humano, de onde vem e para que existe”.⁵⁵ Em outras palavras, a filosofia eliminaria o não científico dos resultados científicos “com os quais não raramente se confunde, para manter aberto o olhar sobre o todo, sobre as demais dimensões da realidade humana, da qual as ciências só podem mostrar aspectos parciais”.⁵⁶ De todo modo, surge o desafio de encontrar “bases éticas” que permitam a construção comum de uma “responsabilidade jurídica”⁵⁷ para submissão do poder ao direito.

Ratzinger afirma a importância de a sociedade superar a desconfiança em relação ao direito e à ordem, pois “só assim é possível evitar o arbítrio e viver a

⁴⁹ Ibid., p. 61.

⁵⁰ Ibid., p. 61-62.

⁵¹ Ibid., p. 62.

⁵² HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 63.

⁵³ Ibid., p. 63.

⁵⁴ Ibid., p. 63.

⁵⁵ Ibid., p. 63-64.

⁵⁶ Ibid., p. 64.

⁵⁷ Ibid., p. 62.



liberdade de forma compartilhada por todos”⁵⁸, ao que completa: “a liberdade sem direito é anarquia que destrói a liberdade”.⁵⁹ Contudo, o direito que controla o poder deve ser justo, e não um privilégio de quem detém o poder.

À questão fundamental de que o direito não pode ser “instrumento de poder de uns poucos”, mas “expressão do interesse comum de todos”⁶⁰, Ratzinger oferece sua **primeira contribuição epistemológica**, a saber: os *instrumentos de formação da vontade democrática*, “uma vez que por meio dessa todos participam da criação do direito, que, por isso mesmo, se torna o direito de todos, podendo e devendo ser respeitado como tal”.⁶¹ Embora a democracia seja o principal fator de controle para a “administração justa do poder”⁶², Ratzinger destaca seu caráter “provisório”, pela imperfeição do sistema majoritário, potencial difusor de injustiças. “É possível falar em justiça ou em direito em geral, quando uma maioria, por mais absoluta que seja, aflige, por exemplo, uma minoria religiosa ou uma raça por meio de leis opressoras?”⁶³ Anota, então, o autor que o princípio da maioria – sua primeira contribuição epistemológica na investigação sobre o que manteria moralmente a sociedade coesa –, conquanto fundamental, “continua deixando sem solução a questão dos fundamentos éticos do direito”⁶⁴.

Por outro lado, embora as culturas ocidentais disponham de elementos normativos incluídos em declarações de direitos humanos voltados a proteger as minorias de eventuais abusos das maiorias, a alicerçar a compreensão de que “existem valores em si que decorrem da essência do ser humano e que, por esse motivo, são invioláveis em todos os detentores dessa essência”⁶⁵, não se trata de algo unânime entre as culturas. O islã possui seu próprio catálogo de direitos humanos e a China, “apesar de aderir hoje a uma forma de cultura surgida no Ocidente, ou seja, ao marxismo, discute, segundo as informações de que disponho, se não se trata, no caso dos direitos humanos, de uma invenção ocidental que precisa ser questionada”.⁶⁶

O potencial apocalíptico alcançado pela tecnologia bélica, incrementado por um medo mais recentes, as forças anônimas do terror, cujo alcance é incontável, põe em evidência a necessidade de se encontrar mecanismos de controle do poder, com mobilização das “forças éticas em condições de dar forma a essas políticas e torná-las eficientes”.⁶⁷ “[...] continua vivo o fantasma do caos que poderia ser provado no mundo todo por sujeitos criminosos capazes de obter acesso aos

⁵⁸ Ibid., p. 65.

⁵⁹ Ibid., p. 65.

⁶⁰ Ibid., p. 66.

⁶¹ Ibid., p. 66.

⁶² Ibid., p. 67.

⁶³ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 67.

⁶⁴ Ibid., p. 67.

⁶⁵ Ibid., p. 68.

⁶⁶ Ibid., p. 69.

⁶⁷ Ibid., p. 71.



grandes potenciais de destruição, que assim ficariam fora do controle da ordem política.”⁶⁸ Assusta que o terror se legitime, pelo menos em parte, pela moral.

Como pelo menos em parte o comportamento terrorista “é apresentado como defesa de uma tradição religiosa contra a impiedade da sociedade ocidental”⁶⁹, põe-se outra questão: “ainda podemos afirmar que a religião é um poder curador e salvador? Não seria ela antes um poder arcaico e perigoso que constrói falsos universalismos, engendrando a intolerância e o terror?” Enfim, “a abolição gradual da religião, sua superação, deve ser vista como um progresso necessário da humanidade, para que esta possa avançar no caminho da liberdade e da tolerância universal ou não?”⁷⁰

Ratzinger anuncia, então, outro problema para contextualizar a questão do papel da religião: o problema do poder do ser humano de torna-lo um produto, pela assunção da condição de “fazer seres humanos, de produzi-los, por assim dizer, dentro da proveta. [...] Ele deixa de ser uma dádiva da natureza ou do Deus criador e se torna seu próprio produto”. Nasce, então, a tentação de “querer construir o ser humano certo, a tentação de fazer experiências com o ser humano, a tentação de considerar o ser humano um lixo e de eliminá-lo deixaram de ser uma quimera de moralistas retrógrados”.⁷¹ Conclui, assim, que a desconfiança em relação à religião ladeia com necessidade de pôr em dúvida a “confiabilidade da razão”.⁷² Diz o autor: “afinal de contas, a bomba atômica também é um produto da razão, assim como a criação e a seleção de seres humanos foram engenhados pela razão”. Portanto, para o autor, nem razão nem religião dispõem, sozinhas, “de suficiente força motivacional e de persuasão para responder aos desafios mencionados”.⁷³

Apresenta-se, então, a **segunda contribuição epistemológica**, que consiste na concepção do *direito natural* “anterior à forma jurídica cristã” e ao “dogma” e baseado na “natureza e na razão humana”⁷⁴, haja vista episódios históricos de inflexão, como a descoberta da América (que permitiu o contato com povos alheios à única fonte de direitos de então, obrigando a elaboração do “direito das gentes”) e o cisma no cristianismo (cuja hostilidade orientou a definição do direito comum “acima das fronteiras da fé”⁷⁵). Ou seja, o fundamento é encontrado na realidade do ser humano como criatura sob a perspectiva do seu criador, realidade essa anterior a qualquer convenção por parte da comunidade. Ratzinger registra que na Igreja católica “o direito natural continua funcionando até hoje como forma de argumento usado para apelar para a razão comum no diálogo com a sociedade secular e com outras comunidades religiosas”, além de servir “de base para procurar um entendimento sobre os princípios éticos do direito numa sociedade secular

⁶⁸ Ibid., p. 72.

⁶⁹ Ibid., p. 73.

⁷⁰ Ibid., p. 73.

⁷¹ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 74.

⁷² Ibid., p. 74.

⁷³ Ibid., p. 75.

⁷⁴ Ibid., p. 78.

⁷⁵ Ibid., p. 78.



pluralista”.⁷⁶ Mas reconhece que, “infelizmente, trata-se de um instrumento que perdeu o gume”⁷⁷, muito em razão da teoria da evolução, não sendo suficiente, sozinho, para o estabelecimento daquele fundamento ético básico. Não obstante, o direito natural legou os direitos humanos, que “são ininteligíveis sem o pressuposto de que o ser humano, pelo simples fato de pertencer à espécie humana, é um sujeito de direitos, de que seu próprio ser traz em si valores e normas que poder ser encontrados, mas não inventados”.⁷⁸

Ratzinger aborda, então, sua **terceira contribuição epistemológica** pertinente à investigação sobre uma base ética fundamental, que consiste na *interculturalidade*, uma “dimensão que não pode faltar na discussão sobre as questões básicas da condição humana”.⁷⁹ Tanto a tradição racionalista do ocidente como o cristianismo “precisam reconhecer que são aceitos e compreendidos somente em algumas partes da humanidade”.⁸⁰ Aliás, para o autor, sequer existe uniformidade dentro dos espaços culturais. “Mesmo que a cultura secular de uma racionalidade rigorosa [...] predomine em larga escala e se entenda como seu elo de união, a interpretação cristã da realidade continua presente como força efetiva”.⁸¹ Há uma relação de “tensão e proximidade variáveis”⁸², em que um aprende com o outro na mesma intensidade em que se rejeitam. Assim também ocorre no espaço cultural islâmico, como se infere da contraposição entre o “absolutismo fanático de figuras como Bin Laden até as atitudes abertas a uma racionalidade tolerante”.⁸³ Os espaços culturais do hinduísmo e do budismo igualmente apresentam marcas de tensões, além de se verem confrontados “tanto com as pretensões do racionalismo ocidental quanto com os apelos da fé cristã, ambos presentes em seu meio. Elas assimilam uma e outra de formas diferentes, tentando salvar, ao mesmo tempo, sua própria identidade”⁸⁴. Com as culturas tribais da África e da América Latina verifica-se o mesmo. “Em grande parte, essas culturas questionam não só a racionalidade ocidental, mas também a pretensa universalidade da revelação cristã”.⁸⁵

Disso decorre que a “universalidade das duas grandes culturas do Ocidente, ou seja, da fé cristã e da racionalidade secular, de fato não existe, por mais que ambas exerçam sua influência, cada uma a sua maneira, no mundo todo e em todas as culturas”.⁸⁶ Por mais que a racionalidade secular pareça evidente à mente ocidental, “não o é para qualquer mente. [...] Sua evidência está ligada, de fato, a determinados contextos culturais, o que obriga a reconhecer que, com tal, ela não é

⁷⁶ Ibid., p. 79.

⁷⁷ Ibid., p. 79.

⁷⁸ Ibid., p. 81.

⁷⁹ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 82.

⁸⁰ Ibid., p. 82.

⁸¹ Ibid., p. 83.

⁸² Ibid., p. 83.

⁸³ Ibid., p. 83.

⁸⁴ Ibid., p. 84.

⁸⁵ Ibid., p. 84.

⁸⁶ Ibid., p. 85.



transparente para toda a humanidade”.⁸⁷ Não há, enfim, “aquela fórmula universal, racional ou ética ou religiosa, que seja aceita por todos e que poderia sustentar o todo”⁸⁸. É por isso que o pretense “etos mundial continua sendo apenas uma abstração”.⁸⁹

Em conclusão, Ratzinger afirma que, tendo em vista as “patologias na religião”, extremamente perigosas, é preciso que se “use a luz divina da razão como uma espécie de órgão de controle que a religião deve usar constantemente para sua purificação e reordenação, ideia que, aliás, já era defendida pelos padres da Igreja”⁹⁰. Mas considerando também as “patologias da razão”, não menos perigosas – “por causa de sua eficiência potencial, é até mais ameaçadora, pois produz a bomba atômica e enxerga o ser humano como um mero produto”⁹¹, a razão também deve reconhecer limites e “aprender com as grandes tradições religiosas da humanidade. Quando ela passa a se emancipar completamente, deixando de lado a disposição de aprender e de se correlacionar, ela se torna destruidora”.⁹² Não se trata de um retorno à fé, mas sim, nas palavras de Karl Hübner *apud* Ratzinger, uma “libertação da obcecação histórica de que a fé já não teria nada a dizer ao ser humano atual pelo simples fato de ela contradizer a ideia humanista da razão, do Iluminismo da liberdade”.⁹³

Disso advém a **quarta contribuição epistemológica** do autor, qual seja, “uma *correlacionalidade* entre razão e fé, entre razão e religião. Ambas são chamadas a se purificarem e curarem mutuamente, e é necessário que reconheçam o fato de que uma precisa da outra”.⁹⁴ O autor acresce que não se trata de “falso eurocentrismo”. “Não há dúvida de que a fé cristã e a racionalidade secular do ocidente são os parceiros principais dessa correlacionalidade. [...] Ambas determinam a situação do mundo como nenhuma outra das forças culturais”.⁹⁵ O que não significa que as demais culturas devam ser deixadas de lado, como se fossem “uma ‘quantité négligeable’”.⁹⁶ Ratzinger fecha sua tese com o argumento de que se deve tentar promover uma “correlação polifônica” entre as culturas

na qual elas próprias possam abrir-se à complementariedade essencial de razão e fé, de modo que possa ter início um processo universal de purificação no qual possam ganhar, por fim, um novo brilho aqueles valores e normas que, de alguma forma, são conhecidos ou vislumbrados por todos

⁸⁷ Ibid., p. 85.

⁸⁸ Ibid., p. 86.

⁸⁹ Ibid., p. 86.

⁹⁰ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 87.

⁹¹ Ibid., p. 88.

⁹² Ibid., p. 88.

⁹³ HÜBNER, K. **Das Christentum im Wettstreit der Religionen**. Tübingen: 2003. p. 148 *apud* RATZINGER, Joseph. **Dialética da secularização: sobre razão e religião**. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2007. p. 89.

⁹⁴ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, op cit, p. 89.

⁹⁵ Ibid., p. 89.

⁹⁶ Ibid., p. 90.



os homens, para que possa ganhar força e eficácia na humanidade aquilo que mantém o mundo unido.⁹⁷

Com efeito, essa *correlacionalidade*, entendida, sobretudo, como um “saber ouvir”⁹⁸ as outras culturas, consiste na **contribuição epistemológica decisiva** relacionada à base ética fundamental da sociedade pós-secular proposta por Joseph Ratzinger.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante que abordagens derivadas de fontes diversas (razão e fé) cheguem a resultados semelhantes na investigação sobre as bases pré-estatais do Estado democrático de direito, sendo a principal contribuição epistemológica dos autores o diálogo entre os setores seculares (nos seus diversos matizes) e não seculares, em sua compreensão mais generosa (a que um designa processo de aprendizagem duplo e complementar, e o outro interculturalidade ou correlacionalidade).

Não é diferente a conclusão quanto às epistemes utilizadas. Há diálogo entre o racionalismo e o empirismo, do que resulta a conclusão do uso de uma epistemologia dialógica por ambos. Não se identificou a presença das epistemes tradicionais de forma exclusiva ou isolada. Ambos os autores mencionam contingências históricas e fatos da vida para fundamentar suas visões, ou seja, recorrem à experiência. Tanto o “sujeito cognoscente” como o objeto tiveram destaque na produção do conhecimento, que não se mostrou totalmente *a priori* (a partir de abstrações e raciocínios formais independente da realidade), tampouco apenas *a posteriori* (com base somente em experimentações).

REFERÊNCIAS

BUCKINGHAM, Will et al. **O livro da filosofia**. Tradução de Douglas Kim. São Paulo: Globo, 2011.

HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph. **Dialética da secularização: sobre razão e religião**. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2007.

JAPIASSU, H. F. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

SOUZA-LIMA, José Edmilson; MACIEL-LIMA, Sandra. Contornos do conhecimento jurídico: a cientificidade do campo em questão. **Revista Jurídica (FIC)**, v. 2, p. 318-352, 2014. Disponível em:

⁹⁷ Ibid., p. 90.

⁹⁸ HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph, 2007, p. 90.



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



105

<<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/951>>. Acesso em 03 mar. 2017.

Recebido em 27/11/2017
Aprovado em 19/12/2017



ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento, fronteiras ou temas de políticas públicas e planejamento urbano e regional. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) **Artigos Científicos** – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em, pelo menos, dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples. Artigos de iniciação científica devem ter, no máximo, 10 laudas.
- ii) **Resenhas** – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples.
- iii) **Demais Contribuições** – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações, sem identificação, através do *website da revista* - <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>.